

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA SOCIAL

**FUTEBOL, COLONIALISMO E ASSOCIATIVISMO EM LOURENÇO MARQUES
(C. 1910-50)**

JANDSON JOUBERTH MACIEL RODRIGUES

São Luís – MA
2019

JANDSON JOUBERTH MACIEL RODRIGUES

FUTEBOL, COLONIALISMO E ASSOCIATIVISMO EM LOURENÇO MARQUES (C.
1910-50)

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal do Maranhão para
obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História Social
Linha de Pesquisa: Cultura e Identidades

Orientador: Dr. Antonio Evaldo Almeida Barros

São Luís - MA
2019

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Bibliotecária Xxxx – Xxxx/xxx

Rodrigues, Jandson Joubert Maciel.

FUTEBOL, COLONIALISMO E ASSOCIATIVISMO EM LOURENÇO MARQUES (C. 1910-50). / Jandson Joubert Maciel Rodrigues. – São Luís - MA, 2019.

114 f.

Orientador (a): Prof. Dr. Antonio Evaldo Almeida Barros.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História /
cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís – MA, 2019.

1. Futebol. 2. Colonialismo. 3. África. I. Rodrigues, Jandson Joubert Maciel. II. Título.

CDU XXXXXX

JANDSON JOUBERTH MACIEL RODRIGUES

FUTEBOL, COLONIALISMO E ASSOCIATIVISMO EM LOURENÇO MARQUES (C.
1910-50)

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal do Maranhão para
obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em 30 de Dezembro de 2019

BANCA EXAMINADORA

Dr. Antonio Evaldo Almeida Barros (Orientador)
Doutor em Estudos Étnicos e Africanos (UFBA)
Universidade Federal do Maranhão

Dra. Adriana Maria de Souza Zierer (Avaliadora Interna)
Doutora em História (UFF)
Universidade Federal do Maranhão

Dr. Wheriston Silva Neris (Avaliador Externo)
Doutor em Sociologia (PPGS/UFS)
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

São Luís – MA
2019

Ao meu pai, Helton, minha mãe, Núbia, e minha avó, Iraci, pelos ensinamentos que serviram de guia para minha vida. E aos amigos e amigas da UFMA e de outras instituições, que contribuíram de guia para a vida desta pesquisa.

Todo aquele que não luta pelo seu direito condena-se voluntariamente a ser capacho dos outros.
Parar é morrer. Aos povos subjugados então, mais do que aos outros, esse dever é uma religião.

João Albasini

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que fizeram parte dessa etapa extremamente importante para minha vida. Quero agradecer ao meu pai, grande herói, e à minha mãe, grande guerreira, sempre pude contar com o apoio dessas duas pessoas em todas as fases de minha vida, inclusive na acadêmica. Gostaria de agradecer aos grandes ensinamentos dos professores que serviram para esta pesquisa, de imediato, agradeço aos professores do PPGHIS: Ítalo, Vitor, Lyndon, Josenildo e Marcus Baccega. Todos têm uma grande contribuição nesta pesquisa.

Quero agradecer em nome da inspiração e da amizade seis pessoas, em especial: Luciano, Aldina, Inaldo, Cláudia, Iara e Gleiciane. Vocês serviram e servem de inspiração até hoje. Colegas oriundos do curso interdisciplinar de Ciências Humanas-Sociologia da UFMA de Bacabal-Ma, que tiveram e ainda têm grande sucesso na carreira acadêmica, o sucesso de vocês serve de inspiração para mim. Obrigado aos colegas pelos ensinamentos!

Agradeço aos coordenadores do Colégio Reis Magos, Mary Nalda e João de Deus. Sempre apoiaram minha trajetória, mudavam meus horários para que eu pudesse adaptar-me às aulas do mestrado. Mary Nalda sempre diz que apoia a qualificação de seus professores, dessa forma, muito obrigado!

Agradeço aos colegas de graduação, Marlison e Paulo, pela amizade e por toda a força dada, fatores que ajudaram bastante neste árduo caminho. Agradeço também ao colega Fladney, grande inspiração, lembro-me da sua frase: “mestrado em perspectiva”, frase que usei para dar nome à minha pasta de arquivos para estudar para o mestrado.

Agradeço a Alinny Valentim, por acompanhar minha luta desde o início, sempre me acolheu em todas as suas casas, esse acolhimento estrutural quase não é nada perto das demonstrações de afeto e amor ao próximo que essa pessoa tem como qualidade. Se não fosse por você, eu não teria conseguido ir tão longe, muito obrigado! Quero agradecer imensamente ao professor Wheriston Neris, pela amizade e pela grande contribuição em minha formação enquanto sociólogo, agradeço por também contribuir em minha carreira enquanto historiador. São sábios os conselhos, são sábias as orientações, muito obrigado!

Gostaria de agradecer ao colega, irmão, amigo, Jeferson Mota, esse sofreu comigo na pele as pancadas do mundo acadêmico, reprovamos em seleções, caímos, levantamos, sempre dando força ao amigo, uma ajuda mútua abençoada por Jah. Os debates sobre as provas de mestrado, sobre teoria, método, foram primordiais para minha aprovação no mestrado, agradeço ao irmão pela grande contribuição!

Finalmente, quero agradecer ao professor Antonio Evaldo pela força e pela maior parcela de contribuição em relevância para esta pesquisa, agradeço imensamente. Apesar de distante, sempre se fez presente nos diálogos sobre esta pesquisa. Agradeço pelas orientações, não somente para a pesquisa, mas também para a vida, em visita à cidade de Bacabal, o professor, ao olhar o Rio Mearim, sempre dizia: “que quando olharmos para aquele rio, que víssemos o Oceano Atlântico”. Uma grande metáfora para alçar uma trajetória de sonhos possíveis, nesse caso, alcançar um mestrado. Agradeço também pelas conexões que foram proporcionadas a partir da mediação do Prof. Antonio Evaldo, conexões com um dos maiores pesquisadores sobre a temática futebol em África, o Prof. Marcelo Bittencourt (UFF), que também foi de extrema relevância para o desenvolvimento do trabalho, fico feliz pelo auxílio do professor Marcelo durante esta trajetória, eu o agradeço de coração.

Outra conexão proporcionada pela mediação do Prof. Antonio Evaldo e, senão a mais importante, a qual está relacionada às fontes, menciono a importância da Universidade Federal da Bahia e do Programa de Pós-Graduação em História e o Centro de Digitalização, da mesma universidade. Foi compartilhada pelos grandes pesquisadores africanistas, Valdemir Zamparoni e José Capela, a “Coleção digitalizada pelo Centro de Digitalização do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia a partir de microfilmes” os jornais que deram vida a esta pesquisa, neste caso, edições de *O Africano* e *O Brado Africano*.

Grato a todos e a todas que deram vida a esta pesquisa!

RESUMO

Esta pesquisa analisa as relações entre futebol e colonialismo em Lourenço Marques (atual Maputo, capital de Moçambique) a partir da primeira década do século XX, quando começam a ser fundados diversos clubes esportivos. A partir da análise de fontes jornalísticas como *O Africano* e *O Brado Africano*, periódicos de circulação do ambiente colonial junto a fontes bibliográficas, realizou-se uma História Social do Futebol e do Colonialismo em Lourenço Marques. Desse modo, com essa formulação, não veremos apenas o futebol, mas sua lógica no contexto da trama colonial portuguesa em Moçambique. Abordou-se a formação excludente da cidade de Lourenço Marques e suas dinâmicas segregacionais que acabaram criando dois mundos distintos, o mundo colonial português, a “cidade de cimento”, e o mundo destinado aos povos “africanos”, o subúrbio. Expõem-se as formas de como o jogo era praticado nesse contexto segregado e descreve-se a criação das associações e clubes, tanto no grande centro colonial quanto nos subúrbios. O trabalho sintetiza a dupla via do processo do associativismo em tempos coloniais e como esse fenômeno serviu tanto de controle quanto de resistência de quem executava. Com ênfase final, abordam-se as questões de como as cosmovisões africanas, em especial as do Sul de Moçambique, foram adaptadas ao contexto colonial, fazendo do futebol um local de invenção de tradições e de resistência ao colonialismo.

Palavras-chave: Futebol. Colonialismo. África

ABSTRACT

This research analyses the relations between soccer and colonialism in Lourenço Marques (now Maputo, capital of Mozambique) from the first decade of the 20th century, when several sports clubs started to be founded. From the analysis of journalistic sources such as *O Africano* and *O Brado Africano*, periodicals of circulation of the colonial environment together with bibliographic sources, a Social History of Football and Colonialism was made in Lourenço Marques. Thus, with this formulation, we will not only see soccer, but its logic in the context of the Portuguese colonial plot in Mozambique. The exclusive formation of the city of Lourenço Marques and its segregational dynamics that ended up creating two distinct worlds, the Portuguese colonial world, the "city of cement", and the world destined for the "African" peoples, the suburbs, were addressed. The ways in which the game was practiced in this segregated context are exposed and the creation of associations and clubs is described, both in the great colonial center and the suburbs. The work synthesizes the double way of the associativism process in colonial times and how this phenomenon served both as a control and as a resistance for those who executed it. With a final emphasis, it addresses the questions of how African cosmovisions, especially those of southern Mozambique, were adapted to the colonial context, making soccer a place of invention of traditions and resistance to colonialism.

Keywords: Football. Colonialism. Africa

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Planta da cidade de Lourenço Marques	25
Figura 2: Grupo Desportivo Beira-Mar (1932)	32
Figura 3: Sporting de Lourenço Marques (1920).....	41
Figura 4: Mocidade Portuguesa nos anos 50.....	60
Figura 5: Crescimento populacional de Lourenço Marques (1900 – 1930).....	62
Figura 6: Eusébio no Sporting de Lourenço Marques.....	68
Figura 7: Bantu Men’s Social Centre (1924)	79
Figura 8: Hilário Rosário da Conceição	102
Figura 9: Pai Santana, massagista e “Pai de Santo” do Vasco da Gama.....	104

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 - O COLONIALISMO PORTUGUÊS EM LOURENÇO MARQUES: DA GEOGRAFIA COLONIAL À GEOGRAFIA DO CAMPO DE JOGO	24
1.1 A Geografia Colonial da Desigualdade: preparando o campo para dois jogos	24
1.2 Futebol, esporte, jogos e lazer na “cidade de cimento”.....	31
1.3 Associações, clubes, jogadores e as regras para jogar na “cidade de cimento”	51
2 - O FUTEBOL NO SUBÚRBIO DE LOURENÇO MARQUES.	62
2.1 O processo de disseminação do futebol no subúrbio de Lourenço Marques.....	62
2.2 Sobre os jogos de bairro	65
2.3 A institucionalização do futebol no subúrbio de Lourenço Marques	70
2.4 O Controle político e assimilação sobre o futebol suburbano	74
2.5 Fronteiras segregacionais	79
2.6 Futebol, esporte e lazer em outras realidades coloniais.....	81
2.6.1 Em Angola.....	82
2.6.2 Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe	87
3 A MAGIA DO FUTEBOL EM LOURENÇO MARQUES: A COSMOVISÃO EM JOGO.	94
3.1 Problematizações de magia e cosmovisão como elementos da cultura futebolística.....	94
3.2 Um debate contemporâneo sobre o que a Europa classificou como feitiçaria	95
3.3 Cosmovisão africana: os clubes, o futebol, cuxo-cuxo, cuscuxeiro e o vovô.	98
CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS.....	106
REFERÊNCIAS	109

INTRODUÇÃO

O futebol sempre esteve presente em todas as etapas da minha vida, desde o meu nascimento, quando houve a primeira disputa de cunho esportivo em que fui envolvido: qual time o menino deve torcer? Fui “formado” nos jogos de “travinha” e no campo do “Berredão”, campo do subúrbio da Vila Pedro Brito, na cidade de Bacabal-MA, campo que jogo “peladas” até hoje. Cresci vendo partidas de futebol, aprendi a viver esse esporte. Quando criança, eu ouvia muito falar de um atleta camaronês chamado Roger Milla, que jogou a Copa do Mundo com 42 anos. Não apenas pela idade, mas pelo talento de atletas como Milla, tornei-me grande fã do futebol “africano”, sempre torci para essas seleções, que me encantavam pelo talento e a maestria de seus jogadores.

Talento e maestria eram qualidades vistas por mim, já era um olhar diferenciado, pois na época, e ainda hoje, o que se vê descrito pelas bocas e pelas mídias, ao falar de futebol africano, são as “qualidades” como força e velocidade, ouvia-se: “como corre aquele *negão*”, “zaga com um *nego* forte desse, não há quem passe”. Desse modo, passei também a interessar-me por questões de cunho social, como o racismo no futebol e, a partir da minha inserção ao ambiente acadêmico, resolvi pesquisar algo que sempre esteve intrínseco à minha vida, o futebol.

Ao falar de vida, e como historiador, rebusco “o importante princípio, de saber, que a história é enraizada nas necessidades sociais para orientar a vida dentro da estrutura tempo”. Ou seja, “o entendimento histórico é guiado fundamentalmente pelos interesses humanos básicos: assim sendo é direcionada para uma audiência e tem um papel importante na cultura política da sociedade dos historiadores” (RÜSEN, 2006, p. 8).

Desse modo, esta pesquisa analisa as relações entre futebol e colonialismo em Lourenço Marques (atual Maputo, capital de Moçambique), a partir da primeira década do século XX, quando começam a ser fundados diversos clubes esportivos na região¹. Com esta formulação, não veremos apenas o futebol, mas sua lógica no contexto da trama colonial portuguesa em Moçambique. O pressuposto de partida desta pesquisa é de que os repertórios, organizações e

¹São diversos os clubes fundados em Lourenço Marques na primeira metade do século XX: Sporting Club de Lourenço Marques (1916), fundado como uma filial do Sporting Clube de Portugal, tendo sido depois da independência rebatizado de Maxaquene; Grupo Desportivo de Lourenço Marques (1921), Clube Ferroviário de Lourenço Marques (1924), Lourenço Marques Athletic Club, Vasco da Gama, Sporting Club Azar, Grupo Desportivo João Albasini, Grupo Desportivo Beira-Mar, Grupo Desportivo Mahafil Islamo, Grupo Atlético Luso-Africano, Grupo Internacional Africano, Grupo Desportivo Nova Aliança e Atlético Club Mahometano.

atividades desportivas, constituem elementos-chave para captar componentes constitutivos da história sociocultural de diversos países e regiões (DOMINGOS, 2006), oferecendo, ainda, um campo privilegiado para observar os contornos das lógicas de dominação colonial e suas recomposições frente à emergência e disseminação dessa prática esportiva (MARZANO; NASCIMENTO, 2013). Isto é, desde que estejamos em condições de reconhecer que os jogos de futebol e todo o conjunto de ações e práticas, representações e imagens, que lhes dão sentido e forma, são capazes de traduzir experiências, expectativas e imagens sociais daqueles que os realizam e neles se envolvem, ou deles falam, apresentando-se como objetos da historiografia para entender e descrever os movimentos de uma determinada coletividade, para compreender processos particulares de uma dada época.

A partir da compreensão das relações entre futebol e colonialismo, as organizações esportivas, a exemplo dos clubes de futebol que passam a ser significativos na paisagem social de Lourenço Marques na primeira metade do século XX, tornaram-se elementos por meio dos quais pude pensar as dinâmicas e processos de mudança social nesse período.² Partindo da perspectiva de uma História Social do Futebol (STRUNA, 2007; MELO, BITTENCOURT, 2013), entende-se que por meio da análise das práticas dos jogos é possível reconstituir experiências singulares de sujeitos e setores sociais, e entender variáveis significativas da história de Moçambique, notando-se, por exemplo, diferentes modos de exercer o poder em uma sociedade hierarquizada e as formas como os sujeitos lidavam com diferenças e desigualdades em tempos de colonização.

Certamente, esta pesquisa possibilitou observar as conexões entre organizações esportivas e a construção do exercício da cidadania e da própria humanidade, reivindicações, lutas e contestação à opressão colonial. Também foi possível observar que as representações elaboradas por diferentes atores, especialmente sujeitos letrados, disponíveis particularmente nos jornais de circulação periódica, sobre o universo do futebol, constituem um campo pelo qual se pôde observar como foram sendo construídas e reconstruídas as ideias de africano, África, igualdade e desigualdade, diferença e identidade; os lugares de homem e de mulher, do branco, do negro e do mestiço. Nesta pesquisa, também descrevo como as cosmologias ou cosmovisões africanas foram reinventadas e adaptadas ao jogo de futebol, demonstrando como o “religioso” aparece no contexto da dominação colonial.

Objetivou-se na pesquisa construir uma História social de Moçambique a partir da análise das práticas e sentidos relacionados ao mundo do futebol.

² Sobre as relações entre cultura (inclusive práticas esportivas e festivas) e mudança social, ver, dentre outros, Natalie Zemon Davis (1990) e Edward Thompson (1998, 2001).

Em grande medida, esta pesquisa pretende dar continuidade, embora construindo um problema significativamente diferente, a um trabalho realizado ao longo da graduação, que resultou em monografia de conclusão no curso de Licenciatura em Ciências Humanas-Sociologia, nesta universidade (RODRIGUES, 2015). O foco da pesquisa era analisar a escrita sobre o futebol praticado em África, atentando para as manifestações de lutas através do esporte, as questões de dominação e resistência que caracterizam os processos sociais.

Desse modo, fundamentalmente, objetivou-se analisar o tema do esporte e do lazer, e do futebol em particular, na produção acadêmica do campo dos estudos africanos, basicamente em parte da literatura disponível em língua portuguesa. Portanto, do ponto de vista metodológico, a pesquisa foi, sobretudo, bibliográfica. Consideraram-se os escritos acadêmicos dos estudos africanos que têm como ênfase o esporte, jogos, as práticas de lazer, e especialmente o futebol. Assim, buscou-se destacar quais tipos de questões, problemas, ênfases e contextos costumam ser analisados pelos pesquisadores quando tomam o esporte e o lazer como objetos primários (como ocorre nos Novos Estudos Africanos, que são praticados atualmente, recaindo a ênfase sobre os estudos de caso nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – PALOP) ou mesmo como temas transversais e residuais (como ocorre na Coleção da História Geral da África da UNESCO, publicada a partir dos anos 1970). Em uma análise exploratória sobre as relações entre futebol, memória e nação na África do Sul, Barros (2010) argumenta que “para quem vive, para quem torce ou para quem obtêm algum dividendo simbólico, político ou econômico através do futebol, este esporte é uma coisa muito séria”. Assim, “através da análise desse jogo se podem descortinar múltiplas faces das relações e processos sociais locais e globais, a exemplo de questões como nacionalismo, racialismos e etnocentrismos, memórias, identidades e desigualdades”.

Como diferencial nesta pesquisa, trago uma análise diversificada sobre o futebol, pois pude utilizar uma variedade de fontes. Diferentemente da minha pesquisa anterior, isso possibilitou maior abertura para meu leque de conhecimentos sobre a história do futebol junto ao colonialismo, dessa forma, enfoco o futebol como prática esportiva, de lazer e de trabalho, e, sobretudo, como elemento através do qual pude melhor compreender alguns aspectos da história das lutas e das vivências coloniais em Moçambique.

A presente pesquisa pode ser compreendida como relevante por diferentes razões. Vale ressaltar que este trabalho lança mão de uma reflexão e mostra as complexidades do continente africano. Segue, ainda, uma linha respaldada em leis e com base na Constituição de 1988, que reconhece a prática do racismo como crime, com o objetivo de superar a herança cultural do modelo escravista. Também promove a valorização da contribuição africana, baseada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e aprovação da Lei 10.639/2003, que

torna obrigatório o ensino de história e da cultura africana e afro-brasileira no currículo da Educação Básica. Seguindo os objetivos do NEÁfrica, a retórica deste trabalho contribui e cria um espaço de diálogo e de aprendizagem reforçando os conhecimentos sobre histórias e culturas do continente africano.

Cabe destacar que o interesse pelos estudos africanos no Brasil tem crescido expressivamente nas últimas décadas. Essa mudança se relaciona a diversos fatores, de ordem local e mesmo internacional. Uma primeira razão seria aquela sugerida por Joseph Ki-Zerbo, organizador do primeiro volume da História Geral da África (HGA) da UNESCO. Segundo ele, trata-se de uma questão subjetiva: os africanos buscam uma identidade por meio da reunião dos elementos dispersos de uma memória coletiva (KI-ZERBO, 2010). Mas outras razões podem ser elencadas. No Brasil, tem havido um aumento significativo dessas pesquisas nas universidades, a formação de pesquisadores a partir de alguns núcleos de estudos sobre história da África, o que certamente se relaciona com a Lei 10.639/03. Além disso, aumentam as publicações internacionais sobre o continente (OLIVA, 2003; 2004).

Durante um bom tempo na escrita da História, o continente africano e os africanos, em suas diversidades, foram descritos como homogêneos e negativados por fatores de cunho biológico. Sequelas que ainda atormentam a contemporaneidade e têm suas heranças num passado distante.

Sabe-se que, pelo menos desde o primeiro milênio antes da Era Cristã, os povos estrangeiros (especialmente europeus e árabes) têm deixado registros sobre os povos do continente africano. A relação entre os “africanos” e os estrangeiros tem sido marcada, ao menos desde os tempos de Heródoto, pelo distanciamento, estranhamento e pela comparação negativa (OLIVA, 2003; 2004).

Considerando-se apenas as representações sobre África produzidas a partir do século XIX, o cientista social guineense Carlos Lopes (1995) afirma existirem três grupos: a Corrente da Inferioridade Africana (1850-1950), a Corrente da Superioridade Africana (1950-70) e uma Nova Escola de Estudos Africanos. A primeira coincide com o tempo da colonização, quando os homens e mulheres do continente são vistos como incapazes de fazer e contar suas histórias, e as teorias raciais classificam os africanos como primitivos e inferiores. A história é escrita a partir das ideias-chave de Estado-nação e Civilização, e os povos africanos serão aqueles, por excelência, identificados com a ausência dessas noções. Os africanos seriam povos tradicionais e sem escrita. O filósofo alemão Hegel afirmava, no século XIX, a inexistência da História em África.

Em grande medida, é contra essa primeira corrente de interpretação do passado africano que a segunda corrente se apresenta. Esta coincide com o período das independências africanas, os anos de 1950-70. É composta basicamente por intelectuais e pesquisadores do continente: entendia-se que os africanos possuiriam todas as qualidades apresentadas pelos povos de outros continentes. A Coleção HGA é produzida nesse contexto e, em alguns casos, traria uma abordagem afrocêntrica (OLIVA, 2004, p. 23-28). Em sua pesquisa de doutorado que enfocou a HGA, Barbosa (2012) observa que essa coleção parte da “perspectiva africana”, privilegiando os fatores internos ao continente em oposição aos externos, na explicação histórica e científica da África. As abordagens dominantes são o regionalismo, o difusionismo intra-africano e o sujeito africano. Aqui, consubstanciar-se-ia uma perspectiva pós-eurocêntrica da história de África.

Com a independência das colônias portuguesas e as influências da Guerra Fria, ganhou força em algumas análises históricas o viés marxista que conduzia governos, mas também inseria os mecanismos da dialética marxista na interpretação da história do continente. Posteriormente, surge a Nova Escola dos Estudos Africanos, que seria característica dos dias atuais, quando há um grande crescimento de pesquisas acadêmicas sobre África. Os intelectuais destes tempos seriam acadêmicos, sobretudo, e menos engajados politicamente.

Na Coleção HGA, há algumas notícias sobre futebol e esporte no volume 7 que trata da “África sob dominação colonial, 1880-1935” e no volume 8 que enfoca “África desde 1935”. Não há estudos com foco central no futebol na HGA. Entretanto, tratando de temas variados relativos ao contexto da colonização e dos processos de resistência, alguns autores trazem à baila a questão do futebol.

Ao trabalhar nesta pesquisa a colonização e seu processo de dominação, ressalte-se que “a conquista foi um processo por meio do qual se acelerou a violência geográfica, com a exploração generalizada dos diversos espaços geopolíticos do continente africano”. Os africanos perderam a soberania. Os europeus e a chamada raça branca se autoproclamavam como superiores, ao mesmo tempo em que foi estruturado o sistema colonial. “As práticas políticas criaram e mantiveram relações sociais fundadas na assimetria, na hierarquia e na extrema desigualdade entre europeus e nativos” (HERNANDES, 2005, p. 92).

O sistema colonial seguiria dois princípios básicos: as colônias eram consideradas um recurso decisivo para as crises econômicas dos países metropolitanos e deveriam ser financeiramente autônomas. Visando dar condições de viabilidade a esses princípios, quatro mecanismos eram efetivados: as subvenções e os meios de financiamento – o setor privado metropolitano se apossa do essencial da atividade econômica; o confisco de terras, sobretudo as férteis; as formas compulsórias de trabalho - o trabalho era considerado obrigação moral e legal

de todo africano; a cobrança de impostos, em nível pessoal, dependendo do sexo, e de moradia (HERNANDES, 2005, p. 94-101).

O fato é que, a partir da dominação colonial, a maioria das estruturas sociais dos territórios africanos passa por um processo de transformação, daí surgindo novas modalidades de organizações sociais promovidas pelas políticas de assimilação ou de diferenciação dos colonos. Dentro desse contexto de transformação, as práticas de esporte e lazer seriam agora pautadas de acordo com o modelo cultural de seus colonos. Apenas aqueles considerados “assimilados” estariam autorizados a participar de tais ambientes onde essas novas modalidades seriam realizadas, nesse caso, clubes esportivos e outros ambientes de lazer ou grupos de organizações que objetivavam adaptações para o novo modelo vigente. Como argumenta Adiele Afigbo (2010, p. 585): “Aí se fazia sentir, igualmente, a atração pelos diferentes modos da vida social europeia moderna, tal como a praticavam, em cada colônia, as comunidades europeias. Nessa categoria incluem-se os clubes de futebol, os grupos de escoteiros e de moçasguias, as sociedades de debates e as associações de ex-alunos”.

Existia a pretensão da administração colonial para que os grupos africanos formassem clubes, associações com um caráter elitista e fechado, como ocorre na Tanganica (atual Tanzânia), onde se fundaram uma associação que “era ao mesmo tempo um sindicato e um clube, cujos membros podiam praticar esportes e frequentar aulas noturnas. A organização tinha fama de ser abertamente elitista e, em larga medida, defendia os privilégios da elite” (ATIENO-ODHIAMBO, 2010 p. 779, p. 780).

De fato, foi possível observar como a prática desportiva podia ser usada como elemento segregador, posto que, exclusiva da elite europeia e da elite africana negra local, constitui-se um território de marcação de status social.

Analisando as transformações no universo das artes, Jan Vansina (2010, p. 697) reconhece que “as artes proporcionam um espetáculo de surpreendente fervor criativo, acompanhado de uma atordoante diversidade em todas as camadas sociais”. Ao situar o fenômeno da “televisão”, Vansina (2010, p. 753-7) observa a admiração pela prática esportiva no contexto camaronês a partir de 1984, após a introdução da TV. Os telespectadores passam a identificar-se e a vê-los como ídolos: “eles podem, desde então, assistir aos seus ídolos, sejam eles músicos, esportistas ou líderes políticos”. Existem relatos de que as transmissões de eventos esportivos nacionais serviriam para construir o orgulho, a identidade e cultura nacionais, para romper mesmo com a “alienação” que seria provocada pela valorização excessiva das expressões culturais externas propagadas em parte das transmissões.

Assim, foi possível observar que o futebol, o esporte e o lazer, em alguns contextos, consistiam em elementos que serviam para demarcar diferenças e desigualdades, sobretudo no que tange a servir de autoafirmação a determinados grupos, inicialmente, aqueles da elite e, posteriormente, aqueles dos setores mais subalternizados, já que, no caso do futebol, este passaria a ter grande identificação com a população negra. O futebol aparece como vinculado à construção de identidade nacional. Além disso, passa a haver uma conexão direta entre o esporte e os movimentos sociais e políticos. Portanto, foram explorados alguns desses elementos a partir do caso em análise.

Embora haja poucos estudos específicos sobre a questão, os pesquisadores têm apontado que o universo do esporte se conecta diretamente aos movimentos do pan-africanismo e de contestação colonial em África. Assim, com a análise de uma nova bibliografia e fontes, pude confirmar tal ligação, que irei expor no decorrer do trabalho. Portanto, os esportes, assim como o pan-africanismo, funcionavam como movimentos de integração, que contribuíram para a construção de lutas anticoloniais. Esta sugestão pode ser vista numa breve, porém significativa, alusão feita por Kodjo e Chanaiwa (2010, p. 916): a “Organização Pan-Africana das Mulheres, o Movimento Pan-Africano da Juventude e o Conselho Superior do Esporte na África trabalham em estreita colaboração com a OUA [Organização para a Unidade Africana, 1963] e possuem junto a ela o estatuto de observadores”.

Metodologicamente, esta pesquisa segue inspirada sob o viés da História Social e na escola dos Novos Estudos Africanos. Será no campo dos Novos Estudos Africanos que temas como o esporte e, particularmente, o futebol, tornar-se-ão centrais. Esforço interdisciplinar, no caso dos estudos sobre a chamada África lusófona ou África dos PALOPs, deve destacar as pesquisas levadas a cabo no campo da chamada história social do esporte.

De paixão nacional, passatempo e lazer, o esporte passa a ser visto como ocasião privilegiada para compreender as relações sociais de uma dada época e contexto espacial. Respondendo à questão sobre o que os historiadores sociais do esporte fazem, Nancy Struna (Apud MELO; BITTENCOURT, 2013, p. 1) argumenta que:

Eles examinam os esportes como textos, formações ou práticas sociais, com o propósito de entender ambos, sociedade e esporte. Perguntam e respondem sobre a natureza e formato do esporte em certos períodos, sobre como e por que se concebem formas particulares de praticá-lo, sobre os significados que os agentes humanos a ele concedem, sobre contatos e contestações que existem ao seu redor, sobre padrões de continuidade e de mudanças nas experiências e estruturas esportivas e sobre o significado social das práticas esportivas no contexto de outras práticas, processos e dinâmicas.

De acordo com Melo e Bittencourt (2013), os estudos do esporte têm início a partir da ideia de organização de um campo de análise baseado na investigação histórica e sociológica, tendo como objeto privilegiado os esportes “institucionalizados”. A ideia surge inicialmente no campo internacional com Wray Vamplew, um professor emérito da Universidade de Stirling, na Escócia, Reino Unido, e autor de livros-referência no campo de análises esportivas, entre os quais o renomado *Pay up and play the game: professional sport in Britain, 1875–1914*. Vamplew produz uma série de trabalhos que hoje consiste numa contribuição fundamental para a história econômica do esporte.

Já os primeiros relatos ou ensaios no Brasil surgem desde o século XIX, mas é a partir dos anos de 1990 que aparecem os primeiros estudos propriamente acadêmicos sobre o tema, inicialmente não dentro do campo das Ciências Humanas, mas sim na Educação Física. No caso da disciplina histórica, a partir do século XXI, os estudos sobre o esporte ganham mais força no cenário nacional, tudo isso decorrente das mudanças nessa área do conhecimento, que passa a interessar-se por temas diversificados, como festas e esportes. Depois de Wray Vamplew, os estudos sobre futebol chegam ao Brasil a partir de uma variedade de perspectivas: história econômica do esporte, história da política do esporte, historiografia do futebol, esporte e espaço urbano, estudos que relatam questões de gênero dentro do campo esportivo (mulher, homem, homossexuais, transexuais).

Nesse contexto, surgem pesquisas interessadas em focar a questão dos esportes em África, zona na qual estou incluído. Trata-se, portanto, de um tema relativamente recente da pesquisa nas Ciências Humanas e na História. No caso dos Estudos Africanos, nota-se que a produção brasileira sobre o tema tem considerado, sobretudo, os PALOPs, tanto por razões de proximidade linguística, quanto pela evidência de que os antigos territórios africanos, de colonização portuguesa, não têm sido objetos de interesse frequente da pesquisa internacional.

O primeiro registro da prática do futebol em África é de 1862, quando na África do Sul foi organizada uma partida em Port Elizabeth. As equipes eram formadas apenas por jogadores brancos: um combinado de brancos da metrópole contra brancos da colônia. O esporte nesse período não possuía a organização que tem atualmente no que tange às regras, número de jogadores e processos de institucionalização. Em 1892, será formada a primeira federação futebolística em África: a Federação Sul-Africana de Futebol (FERREIRA, 2010).

O caso da África do Sul seria de fato emblemático no que concerne à relação entre racismo e esporte, sendo que os brancos praticariam ali críquete e rúgbi, e os negros, o futebol. Essas questões ocorrem em outros territórios africanos, não apenas naqueles de colonização inglesa. Em Moçambique, “o futebol, longe de ser um esporte de congraçamento e um espaço

lúdico, tornou-se, nesta conjuntura, num momento privilegiado em que as práticas racistas entre negros e mulatos se expressavam” (ZAMPARONI, 1998, p. 518).

Embora por caminhos diferentes, nas sociedades que foram colonizadas por portugueses, o futebol foi algumas vezes ensinado como forma de educar o africano negro, como elemento similar à educação e ao cristianismo, que seria capaz de civilizá-lo. Ao mesmo tempo, com o desenvolvimento do sistema colonial, a questão do racismo se tornará patente, no que tange ao esporte em geral e ao futebol em particular, nos PALOPs.

Apesar de haver similaridades nas histórias dos diferentes territórios sob colonização portuguesa, reconstituídas pela recente historiografia social do futebol, como Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (BITTENCOURT, 2010; MARZANO; NASCIMENTO, 2013; BITTENCOURT; MELO, 2012), analisa-se aqui o caso específico de Moçambique. Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, certamente a compreensão da história do futebol nos outros países, inclusive no Brasil, puderam ajudar, numa perspectiva comparada, a compreender melhor o caso moçambicano.

Esta pesquisa se situa no campo da História Social do Futebol. “E pesquisa é o trabalho de responder empiricamente as perguntas históricas” (RÜSEN, 2007, p.105), esta atividade só é possível a partir da aplicação do Método Histórico, operação específica do campo historiográfico que define o historiador enquanto especialista. Dessa forma, este trabalho segue as regras da pesquisa histórica, junto à unidade do método histórico, utilizando como guia para a vida da pesquisa as operações processuais e as operações substanciais da História.

Assim, os relatos sobre futebol, a diversa documentação sobre o tema, são tomados como fontes e são significativos pelo seu caráter testemunhal. Pode-se dizer que futebol e futebolistas serão inseridos nos conflitos de suas épocas, pensados como sujeitos e personagens das histórias que contam. Enfim, “para análise do testemunho histórico é preciso ter em vista que os sujeitos vivem a história com indeterminação, com a necessidade cotidiana de intervir para tornar real o devir que lhes interessa” (CHALHOUB; PEREIRA, 1998, p. 09).

Algumas vezes, o pesquisador pode ser seduzido a pensar uma “cultura futebolística” como substrato do nacionalismo ou da consciência de classe. Aqui, contudo, durante esta pesquisa, sempre estive atento ao fato de que “uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole”, cultura é, enfim, “uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um ‘sistema’” (THOMPSON, 1998, p. 16-7; 22).

Isso posto, durante a realização da pesquisa e mesmo da escrita, serviu-se de várias estratégias metodológicas para a realização deste trabalho. Em primeiro lugar, realizou-se um vasto levantamento bibliográfico sobre a realidade e o contexto enfocado, e não somente sobre o tema, embora o interesse primeiro seja a questão do futebol, colonialismo e os clubes. Em segundo lugar, já foram realizadas pesquisas em documentos, fontes disponíveis na rede mundial de computadores, a exemplo da Hemeroteca Digital de Lisboa, em arquivos sobre Moçambique, dando-se destaque para a análise da imprensa periódica. Da mesma forma, foram analisadas pesquisas e os repertórios biográficos disponíveis a respeito de personalidades, lideranças e jogadores. Aqui, incluem-se desde entrevistas publicadas, livros de memória, biografias, autobiografias e/ou elogios fúnebres por meio dos quais foi possível captar os perfis de atuação dos sujeitos históricos que vivenciaram esses processos.

Ao longo da pesquisa monográfica, que visava tão somente fazer uma análise baseada na pesquisa bibliográfica, fui registrando uma série de referências aos clubes e registros de partidas de futebol, ou comentários sobre o futebol e sua importância, sobre jogadores, isso deu grande vida a esta pesquisa.

Considerando-se que a atual historiografia do esporte é construída tendo como fontes, de maneira especial, periódicos, como jornais de circulações diárias, mas também uma série de outras fontes (MELO; BITTENCOURT, 2010), realizei investigação em diferentes jornais publicados de Moçambique no período colonial, conforme os exemplos de *O Africano* e *O Brado Africano*. No primeiro caso, já fiz um levantamento de publicações mensais, quinzenais e diárias de 1909 a 1919, classificadas em ordem temporal com média de 2.650 jornais divididos em 4 blocos. No segundo caso, já foi feito um levantamento de publicações mensais, quinzenais e diárias de 1918 a 1935, classificadas em ordem temporal com média de 3900 jornais divididos em 4 blocos.

Além disso, as pesquisas no Arquivo Histórico de Moçambique e também em possíveis arquivos das associações esportivas, algumas ainda existentes e disponíveis na rede mundial de computadores, serão significativas. A documentação sobre códigos legais, as portarias e outros documentos, a exemplo dos códigos de postura, publicados durante o período colonial, também foram importantes porque o jogo de futebol tendeu a ser disciplinado. Também foi possível acessar documentos e informações de arquivos cartoriais e similares de Maputo. Finalmente, há ainda registros da história do futebol em relatos realizados nos anos de 1970-80 por pesquisadores vinculados ao Centro de Estudos Africanos de Moçambique, sendo que foi possível contar até mesmo com entrevistas biográficas realizadas com figuras destacadas do universo pesquisado.

Desse modo, esta pesquisa está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo faz um panorama histórico do colonialismo português em Lourenço Marques, dando ênfase à sua geografia colonial para a compreensão das dinâmicas da introdução do futebol e de outras atividades esportivas e de lazer. O capítulo demonstra a segregação a partir das dinâmicas geográficas na formação da cidade, que acaba criando duas formas de vida, e, conseqüentemente, criará duas formas de jogos, o futebol do grande centro urbano e o futebol do subúrbio. Abordam-se também as formas de jogos e lazer antes da colonização. O capítulo elenca a formação das associações e clubes, versa acerca da inserção de jogadores ao futebol da cidade colonial e as regras para jogar no grande centro urbano, um ambiente extremamente segregado pelo viés racial da política colonial portuguesa.

O segundo capítulo aborda o futebol no subúrbio de Lourenço Marques, local destinado às massas africanas excluídas pelo colonialismo português. Nessa parte, é realizado um panorama do processo de disseminação do futebol no subúrbio e sobre os agentes responsáveis por tal processo, são elencadas a essa abordagem as formas do jogo de futebol naquele espaço, além do processo de institucionalização do futebol suburbano. São caracterizados, ainda, o controle político e os processos de assimilação através do futebol e dos clubes, por fim, é realizada uma análise sobre as fronteiras segregacionais do mundo colonial, fazendo um comparativo com outras realidades de colonização portuguesa.

No terceiro e último capítulo, analisa-se o universo das cosmovisões dentro do ambiente social e esportivo dos clubes e do jogo de futebol em Lourenço Marques. Para fundamentar esta análise são problematizados conceitos como “cosmovisão”, “religião”, “magia” e “feitiçaria”. Enfatiza-se, ademais, um breve debate sobre o que os europeus concebiam enquanto religião e feitiçaria. Por fim, demonstra-se o significado da cosmovisão africana, a relação com os clubes e com o jogo de futebol e sua influência sobre os atletas.

1 - O COLONIALISMO PORTUGUÊS EM LOURENÇO MARQUES: DA GEOGRAFIA COLONIAL À GEOGRAFIA DO CAMPO DE JOGO

1.1 A Geografia Colonial da Desigualdade: preparando o campo para dois jogos

"Quando os missionários chegaram pela primeira vez na nossa terra, eles tinham as Bíblias e nós tínhamos a terra. Cinquenta anos depois, nós tínhamos as Bíblias e eles tinham a terra."
(Jomo Kenyatta)

Para compreender as dinâmicas de introdução esportiva em Lourenço Marques, em especial o futebol, antes, será necessária uma breve nota sobre o processo de formação da cidade, pois a geografia colonial será de grande relevância para a compreensão dos fenômenos esportivos. Como havia dito anteriormente, esta pesquisa pretende dar continuidade, embora construindo um problema significativamente diferente, a um trabalho realizado ao longo da graduação, que resultou em monografia de conclusão no curso de Licenciatura em Ciências Humanas- Sociologia, nesta universidade, do ponto de vista metodológico, a pesquisa foi, sobretudo, bibliográfica.

No trabalho³ anterior, faço um panorama histórico a respeito da introdução do futebol em Moçambique, que pretendo retomar nesta pesquisa, pois, anteriormente, ao falar de futebol, não abordo a questão do espaço, sendo este um dos fatores primordiais para a pesquisa histórica, a qual necessita de elementos como o tempo e o espaço para a construção de uma escrita complexa. Pois, dentro de um ambiente colonial estratificado há várias formas e variações de práticas esportivas (neste em particular o futebol) e estas estão condicionadas “relativamente” pelo tempo e espaço, condicionadas tanto no âmbito físico geográfico quanto no social, ou seja, será apresentado um quadro de quem pratica, como pratica e onde pratica o futebol.

Lourenço Marques foi fundada e inventada por exploradores portugueses cujas chegadas estão demarcadas desde os anos de 1505, com o posto de feitoria portuguesa, tendo como marco inicial de edificação a construção de um presídio em 1782, mas somente em 1825 dá-se início à colonização. Conseqüentemente, ocorre uma desordenada formação de núcleos de ruas e a migração de comunidades advindas de Damão e Diu. No ano de 1876, a região contava com 600 habitantes e passava ao título de vila, possuindo um centro administrativo comercial colonial (DOMINGOS, 2012, p. 59-60).

³ RODRIGUES, Jandson Joubert Maciel FUTEBOL, ESPORTE E OUTRAS ARTES NA ESCRITA DOS ESTUDOS AFRICANOS. / Jandson Joubert Maciel Rodrigues. – Bacabal - MA, 2015.

O processo de dominação colonial português é lento e gradual, ou seja, não ocorre de uma hora para outra, devo justificar, pois, que já classifico como uma breve nota, não trago com bastante ênfase o processo de colonização⁴ como um todo, até por esse não ser o foco desta pesquisa, e os debates anteriores a 1910 fogem da unidade temporal deste trabalho. Dessa forma, abordo inicialmente o surgimento da cidade de Lourenço Marques, a formação do seu subúrbio e o processo de segregação social e espacial, tendo isso em vista, para melhor compreendermos o fator das desigualdades e a lógica da criação de duas espécies de jogos de futebol, o futebol da cidade colonial e o futebol do subúrbio.

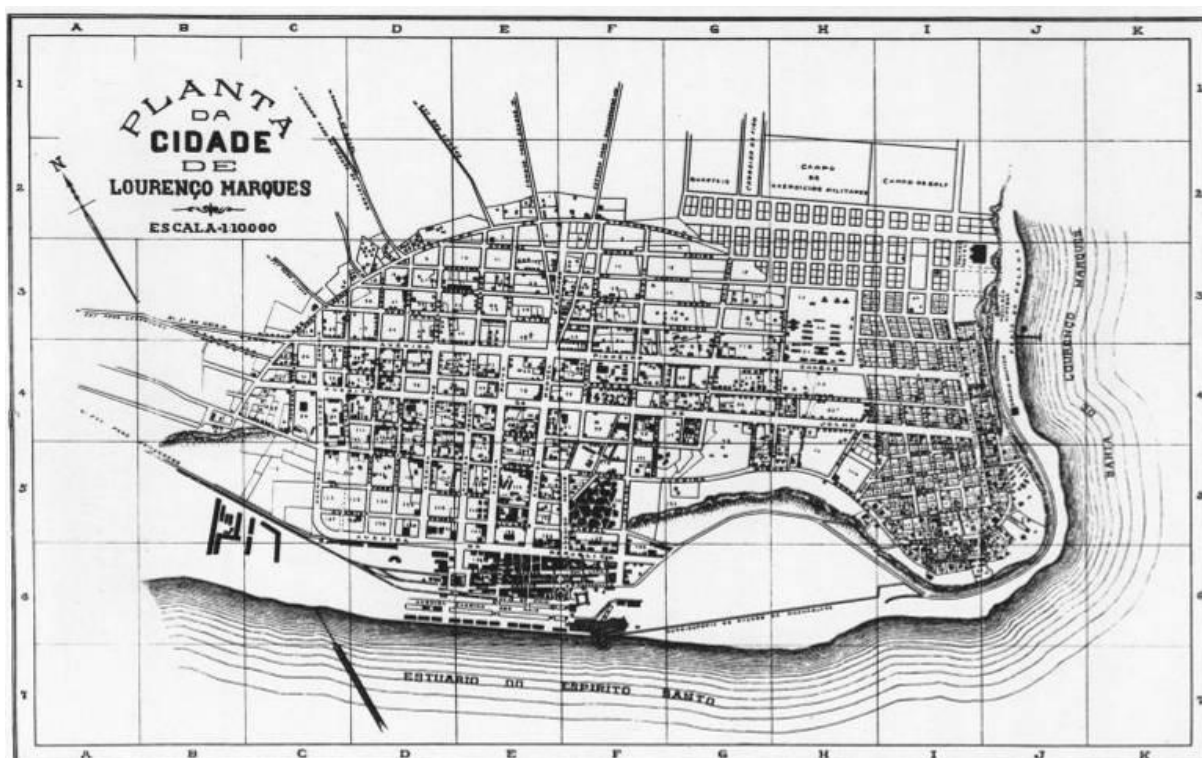


Figura 1: Planta da cidade de Lourenço Marques

Fonte: <https://docplayer.com.br/61570153-Dissertacao-apresentada-para-cumprimento-dos-requisitos-necessarios-a-obtencao-do-grau-de-mestre-em-historia-da-arte-realizada-sob-a-orientacao.html>

A partir do projeto colonial de urbanização de 1877, liderado pelo engenheiro e mais tarde governador local Joaquim José Machado, que Lourenço Marques ganha o título de cidade, no ano de 1887. Em sequência, a administração da engenharia da cidade passa às mãos do também engenheiro português Antônio Araújo. Aqui, inicia a geografia colonial da

⁴Para uma melhor compreensão das dinâmicas de dominação colonial, em especial na região de Lourenço Marques, ver ZAMPARONI, Valdemir D. *Entre Narros&Mulungos*. Colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques, c. 1890- c.1940. 1998. 580f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

desigualdade, onde a “moderna” cidade será construída aos moldes europeus, onde haverá um crescimento colonial a partir de processos de expropriações de terras. Populações locais foram retiradas das zonas centrais (Maxaquene) e transferidas para zonas afastadas, as quais darão origem aos primeiros bairros, zonas como: Mafalala, Munhuana, Huelene e Chamanculo. A lógica do descaso colonial para com as comunidades locais fica nítida no trabalho de Valdemir Zamparoni (1998), quando relata que, em meados de 1907, a peste assolava as populações suburbanas (DOMINGOS, 2012, p. 58-59).

Ao sul de Moçambique, a realidade do processo de expropriação é ainda maior, devido à necessidade capitalista colonial que se apossa das melhores terras e ignora as comunidades locais, a exemplo disso, as terras ocupadas por essas pessoas, quando se tornavam alvo da política colonial, eram designadas como locais “baldios”, Zamparoni (1998) deixa claro a partir do trecho:

No sul de Moçambique, o processo de expropriação das terras foi acelerado devido à crescente demanda de produtos alimentícios para abastecer Lourenço Marques e de matéria prima para a exportação, associadas à construção do caminho de ferro rumo às minas do Transvaal, que criou as facilidades de transporte para melhor atingir as férteis terras aluvionais dos vales dos rios Matola, Tembe e Umbeluzi, que rodeavam a cidade de Lourenço Marques, e do rio Maputo, ao Sul da Baía, e Incomati e Limpopo, ao Norte, vales nos quais se concentrava a maior parte da população e produção camponesa. Já em 1897, Mousinho de Albuquerque, então Comissário Régio de Moçambique, tendo em vista “o desenvolvimento que tem tomado a cidade de Lourenço Marques” e a necessidade de oferecer garantias aos investidores capitalistas, promulgou um decreto pelo qual se autorizava o governo geral da província de Moçambique a fazer arrendamentos, pelo prazo que julgasse adequado, de terrenos necessários para construções de qualquer natureza que interessassem ao desenvolvimento do comércio e indústria da província¹⁵⁹ e, a seguir, concedeu a Leão Cohen, por prazo de 15 anos, 1.000 hectares de terrenos “baldios, do Estado”, às margens do rio Umbeluzi. (ZAMPARONI, 1998, p. 58)

O projeto da geografia colonial gerou uma forte estratificação social, espacial e étnica, que de acordo com Nuno Domingos (2012) criara-se dois mundos opostos: a “cidade de cimento” e o subúrbio, este último demarcado pelo “caniço”⁵ e por construções adaptadas com troncos de madeira, ramos, bambu, capim, fibras, argila, latas. A “cidade de cimento” destinada à população de origem europeia e o subúrbio destinado aos grupos humanos locais⁶,

⁵Cana delgada; canica, caninha, material utilizado na construção das maiorias das habitações suburbanas em Lourenço Marques, na atual Maputo, nas atuais habitações do campo e do subúrbio ainda podemos notar a presença de habitações feitas com caniço.

⁶Dentro os grupos humanos da época em questão, Moçambique possuía uma variedade de povos dentre os quais segundo o pesquisador Carlos Siliya (1996) em seu livro “Ensaio sobre a cultura de Moçambique” destaca:

dos quais havia pessoas que sofreram expropriações na cidade ou que migravam do campo para zonas “próximas” ao centro. Sobre a temática das expropriações de terras, Zamparoni (1998) acorda que:

A crescente presença branca na colônia foi paulatinamente expulsando a população rural das áreas mais férteis e superpopulando as áreas circundantes, fatos que, associados às crises ecológicas e guerras, acabaram por contribuir para uma crescente desestruturação dos processos de produção camponesa e por acelerar a criação e expansão de uma força de trabalho para o mercado. Este processo foi um tanto distinto daquele preconizado por Wakefield: em Moçambique, diferentemente do que ocorria nas colônias norte-americanas e na Austrália, não se tratava de impedir aos colonos brancos o acesso indiscriminado à terra a fim de obrigá-los a assalariarem-se por determinado tempo através da fixação, pelo Estado, do chamado *preço suficiente*, mas, ao contrário tratava-se de expropriar as melhores terras daqueles que as possuíam. (ZAMPARONI, 1998, p. 55)

Evidentemente, devem-se destacar, como acentuam A. Basil Davidson, Allen F. Isaacman e René Pelissér (2010, p. 787-8), os traços específicos da África meridional que resultariam da estratificação étnica da sociedade, mais complexa do que no resto da África, e do caráter da penetração colonial e capitalista. Na década de 1910, “a economia tradicional da maior parte da África meridional tinha sido mais profundamente transformada do que as de outras regiões do continente. Milhões de indivíduos haviam sido arrastados para a órbita da exploração capitalista”, trabalhando, especialmente, nas minas de ouro e diamante sul-africanas. “O desenvolvimento da agricultura europeia e a expropriação em grande escala das terras dos camponeses [...] impediram que os africanos participassem da produção agrícola para a exportação e o comércio”. Situação essa que dificultou “a formação de uma larga camada de agricultores e de negociantes africanos, fato que caracteriza numerosos outros territórios coloniais onde se estabeleceram muito menos colonos brancos”. Desse modo, “a perda das terras, a espoliação dos camponeses, a proletarianização e a urbanização foram, pois, mais rápidas e mais marcantes na maior parte dos países da África meridional do que em outras partes do continente”.

O projeto “civilizador” colonial tratou bem de demarcar as suas desigualdades, tudo isso a partir da criação de uma série de leis que justificavam a “boa ação” portuguesa na região africana. Seguindo os princípios do “darwinismo social” evolucionista, aquele que afirma a existência de raças superiores (europeus) e raças inferiores (povos naturais da Ásia, África, América e Oceania) e sendo missão da raça superior levar o “progresso” e a

Tsongas (Rhongas et Matsua, Shangana), Nguni, Chopi, Lence, Tonga, Gwambe, Tswa, Hlengwe, Danda, dentre outros povos.

“civilização” para aqueles que não os têm, neste caso, sendo a justificativa europeia para seus imperialismos.

Nesse ambiente colonial, será criado desde 1870 um sistema de classificação da população e um sistema de controle das atividades laborais. Esse controle segue regulamentado por leis criadas pela Secretaria dos Negócios Indígenas e Emigração, dentre suas exigências de controle estavam as obrigações de “identificação, autorização de residência, de trabalho e de deslocação”, sendo premissas das obrigações “indígenas”. (DOMINGOS, 2012, p. 54). Em caso de não cumprimentos dessas medidas, como punição, o “indígena” era submetido ao *chibalo*, “o termo *chibalo*, ou variações do mesmo, surge na África Central e Austral abrangendo formas de trabalho forçado, mal pago ou mesmo não-pago, trabalho *contratado*, trabalho compelido ou mesmo escravatura” (ZAMPARONI, 1998, p. 93). Sobre a particularidade do *chibalo* em Moçambique, Zamparoni (1998, p. 93-94) descreve que “em Moçambique, o termo designa todo tipo de trabalho conscrito, seja ele realizado através de contratos, seja o trabalho prisional, realizado pelos detidos por *bebedeira*, *vadiagem* e outros pequenos crimes”.

O sistema de classificação segrega os grupos humanos, os quais se dividem da seguinte forma: populações africanas locais serão classificadas como “selvagens” ou “indígenas”, comunidades europeias designadas como “civilizadas”, e aos que conseguirem aderir às práticas e aos costumes europeus passariam ao título de “assimilados”, estes, quando assimilados, passariam a gozar dos mesmos direitos dos “civilizados”. Essa segmentação social acabava excluindo a população indígena da maior parte dos direitos sociais, econômicos e culturais da “cidade de cimento”. Para alcançar a assimilação, existiam leis que exigiam dos indivíduos de origem “negra e de seus descendentes”, o abandono total dos costumes advindos de sua raça, sendo dever a adesão à cultura europeia monogâmica, trabalhadora autônoma, civilizada, ao viés eurocêntrico, viver sob os meios econômicos lícitos e da sustentação individual e familiar, desde comida, roupa e moradia (DOMINGOS, 2012, p. 65).

Com sua posição racista e nacionalista, o sistema colonial acabava impondo um *ethos* de classe pelo qual favorecia uma elite local, mormente mestiça, classificada por Zamparoni (1998, p. 69) como “pequena burguesia filha da terra”. Essa “pequena burguesia” gozava de certos privilégios como circuitos de comércio na administração pública. Com o passar do tempo, essa elite local passará a ter a concorrência colona e repressão colonial, fato que a tornará uma das grandes defensoras dos direitos nativos. Esse grupo, extremamente educado e tendo identificação cultural aos moldes da sociedade colonial, sempre exerceu um

grande papel na luta contra a opressão colonial, lutando por “igualdade, cidadania, e pela causa indígena”. Possuía identificação pan-africanista⁷, movimento que se caracteriza por articulação política, dessa forma, criaram-se inúmeras ferramentas com esse fim, dentre as quais podemos citar: O Grêmio Africano de Lourenço Marques (GALM), criado em 1908; e os jornais *O Africano* e *O Brado Africano* (DOMINGOS, 2012, p. 64-66). Sobre a importância da criação dessas ferramentas e suas ramificações que condizem em articular-se em diversos pontos da via social, como a educação, o ativismo e as reivindicações frente à política excludente colonial, Zamparoni (1998) debate a importância de haver um porta-voz à causa dos desfavorecidos em uma sociedade extremamente excludente:

A partir do momento em que tiveram um jornal para servir-lhes de porta-voz, os *filhos da terra* passaram a reivindicar, com frequência e denodo, a instalação de escolas e a extensão do ensino em toda a Colônia. A primeira edição do *O Africano*, sintomaticamente publicado no dia de Natal de 1908, anunciava que seu objetivo era lutar pela educação dos *indígenas*. E, imediatamente, da reivindicação passaram à prática: o número seguinte, que saiu em março de 1909, noticiava com destaque, a abertura, por iniciativa do Grémio Africano recém fundado, de uma escola que levaria o nome de António Ennes e funcionaria na própria sede do Grémio, na rua Diogo Cão, 27, no Alto Mahé, em frente ao Quartel da Polícia. Significativamente a sede ficava num bairro popular que, na altura, encontrava-se fora, mas bem junto, dos limites da chamada Avenida da Circunvalação, que definia as fronteiras entre a *cidade* e os subúrbios, quase que a querer indicar, fisicamente, que também esta era a realidade vivida por seus membros: entre o universo da cultura europeia, representada pela cidade, e a africana, representada pelos subúrbios. A escola foi aberta sem a autorização do Conselho Inspector de Instrução Pública, presidido pelo Bispo de Siene, Prelado de Moçambique, porque, embora a tivessem requerido, não obtiveram qualquer resposta e

⁷ Embora sejam diversos os tipos de pan-africanismo, dependendo do contexto espacial e temporal de sua produção, pode-se classificá-lo em pan-africanismo anglófono e francófono. O primeiro tem como principais bandeiras a defesa da África para os africanos (Kwame Nkrumah, 1909-72), a ênfase na dignidade do negro (Alexander Crummell, 1819-1898), a ideia de personalidade africana, de pátria africana em solo africano (Edward Wilmot Blyden, 1832-1912), de luta pela igualdade entre brancos e negros, pensados como raças complementares (William Edward Du Bois, 1868-1963), de união dos negros dispersos pelo mundo em único organismo para organizar uma cultura civilizada de alto nível e promover o espírito de orgulho e amor pela raça (Marcus Garvey, 1887-1940). O chamado pan-africanismo francófono apresenta, antes de tudo, uma perspectiva política. Trata-se de tentar constituir uma identidade de destino de um conjunto de povos sobre os quais se abateram as violências institucional e simbólica em diferentes graus de intensidade, exercidas pela burocracia colonial. Suas ideias foram expressas de maneira mais incisiva na França do que nas Áfricas Ocidental e Equatorial Francesas, tendo se restringido a um pequeno grupo de africanos das colônias francesas, radicados em Paris nos meios intelectuais. São nomes importantes dessa perspectiva: René Marin (1887-1960), Tovaloir Honenou (1877-1936), Lamine Senghor (-1927), Timeko Kouyaté, Aimé Césaire (1913-2008) e Cheikh Anta Diop (1923-86). Ao longo da primeira metade do século XX, foram realizados diversos congressos pan-africanistas: em 1919, em Paris; em 1921, em Londres e Bruxelas; em 1922, em Lisboa e Londres; em 1927, em Nova York; em 1945, em Manchester. Duas formas de pan-africanismo foram constituídas: a minimalista, que aceitava as fronteiras traçadas pela Conferência de Berlim e incentivava a constituição de Estados Nacionais com soberanias interna e externa; e a maximalista, que visava uma África livre e soberana e propunha redefinir as fronteiras, a fundação dos Estados Unidos da África com unidade econômica, política e militar, antecipando em meio século a União Africana (fundada em 9/7/2002). (HERNANDEZ, 2005, p. 131-155)

decidiram abri-la à revelia do que estabelecia a Portaria que Freire de Andrade editara em 1907. A escola teria aulas diurnas, para as crianças, e noturnas para os adultos. Os pais que desejassem ter os seus filhos na escola deveriam contribuir com no mínimo 500 réis mensais e os adultos, além da cota mensal para o Grémio, que também era de no mínimo 500 réis, deveriam pagar igual montante para assistirem às aulas noturnas. Tendo-se em conta que o salário mínimo praticado em Lourenço Marques era de cerca de 200 réis diários, conforme tabela apresentada no capítulo 04, a mensalidade da escola poderia ser considerada razoável, pois correspondia a dois dias e meio de trabalho. (ZAMPARONI, 1998, p. 437)

Importante salientar que, classicamente, dividem-se as políticas coloniais em África em dois modelos: as políticas de assimilação e diferenciação. As primeiras seriam características dos casos português e francês, e visavam converter o africano em europeu. Para tanto, ensinava-se a língua, a religião e a moral ocidentais e cristãs, bem como os costumes, tradições e modos de vida europeus. Dividia-se a sociedade em estratos: civilizado, assimilado e indígena. Embora promettesse a assimilação pela aculturação, o sistema acabava permitindo que poucos deixassem de ser indígenas, e os assimilados quase nunca eram tratados como cidadãos de primeira classe, instituindo-se uma segregação (HERNANDEZ, 2005, p. 103-6).

As políticas de diferenciação seriam características da colonização inglesa e alemã. Visavam o governo indireto, a generalização dos bens da civilização britânica e manutenção e proteção das sociedades indígenas. Incorporavam-se representantes das sociedades africanas na administração indireta das colônias; introduzia-se a educação inglesa para que os africanos entrassem na economia moderna, para melhorarem suas próprias sociedades. Tentava-se, ao mesmo tempo, estimular igual oportunidade para todos e respeitar a pureza e o orgulho raciais. A mudança econômica, social e política deveriam ser atreladas às próprias instituições africanas. Assim, por exemplo, as crianças africanas seguiam o mesmo currículo das europeias, ao mesmo tempo em que eram alfabetizadas em suas línguas maternas (HERNANDEZ, 2005, p. 105-6).

É nesse ambiente colonial segregado, tanto na geografia quanto na questão étnica, e em que o fator “classe” pesava bastante, não tanto quanto a “raça”, que novas práticas vindas da Europa serão introduzidas neste mundo colonial, dentre elas o futebol. Dessa forma, sabemos que Lourenço Marques está dividida em “cidade de cimento” e subúrbio, e que sua população está estratificada nos seguintes seguimentos: “indígenas”, “assimilados” e “civilizados”. Portanto, na sequência, irei demonstrar como o futebol e outras atividades esportivas e de lazer se relacionam com tal ambiente segregado, a partir de uma análise que

aborda o espaço de Lourenço Marques, tendo como ponto de partida a introdução do futebol, esporte, jogos e lazer na “cidade de cimento” e seus desdobramentos para o subúrbio.

1.2 Futebol, esporte, jogos e lazer na “cidade de cimento”

Os estudos sobre as práticas esportivas em Moçambique têm mostrado, a exemplo de outros contextos africanos, uma relação direta com a política colonial. Segundo Domingos (2006) e Zamparoni (2008), a introdução das práticas esportivas, especialmente o futebol, relaciona-se diretamente aos processos de urbanização, intensificados a partir de fins do século XIX, de cidades como Lourenço Marques. Evidentemente, devem-se destacar como acentuam, mais uma vez, A. Basil Davidson, Allen F. Isaacman e René Pelissér (2010, p. 787-8), os traços específicos da África meridional que resultariam da estratificação étnica da sociedade, mais complexa do que no resto da África, e do caráter da penetração colonial e capitalista. De fato, “a perda das terras, a espoliação dos camponeses, a proletarianização e a urbanização foram, pois, mais rápidas e mais marcantes na maior parte dos países da África meridional do que em outras partes do continente”.

O esporte era visto como prática desportiva e educação física. A educação física é apropriada no campo educacional e militar por uma questão de disciplinamento do corpo. É praticada pelo exército e depois introduzida nas escolas. O exército implanta as mais variadas modalidades que variam de desportos de combate até os desportos equestres. Diferente das modalidades de educação física que foram introduzidas por meio de ações centralizadas com os militares, os esportes foram introduzidos de maneira aberta e articulados inicialmente por organizações particulares, as quais promoveram realizações de inúmeras competições de modalidades de esportes diferenciados, como futebol, basquetebol, hóquei, handebol, voleibol, críquete, tênis, rúgbi, dentre outros. Nas décadas iniciais do século XX, ocorrerá um movimento de formação de clubes esportivos (DOMINGOS, 2006, p. 405).

Da mesma forma como em outras regiões do mundo, a exemplo do Brasil, a introdução do futebol e outros esportes em Moçambique tem uma relação direta com a influência inglesa na região. Tanto a níveis de fronteiras quanto em questões culturais, pois Moçambique faz divisa com a África do Sul, então colônia inglesa, e por ser atribuído aos ingleses o título de “inventores” e disseminadores dessa prática.

O futebol, a exemplo, surgiu no Brasil no final do século XIX. A versão dominante dá conta de que Charles Miller realizou, em 1895, a primeira “pelada” no Brasil na Várzea do Carmo em São Paulo. No entanto, Ferreira (2010) afirma que existem relatos de realizações de partidas em 1864, executadas por marinheiros provenientes de guerras que

aportaram no litoral do Cone Sul, que em momentos de intervalo na guerra realizavam partidas de futebol. Há relatos de duas partidas realizadas nos anos de 1874 e 1878, no Rio de Janeiro, também por tripulantes de um navio. Entre os anos de 1872 e 1873 em uma escola em São Paulo, teria ocorrido uma partida depois que um padre professor apresentara o futebol para as crianças.

Para justificar a fala acima, podemos observar que os primeiros clubes esportivos e de lazer foram criados por ingleses, podemos citar, por exemplo, o clube mais antigo fundado por eles, o *English Club* de 1905, sendo que o primeiro clube português de Lourenço Marques também foi fundado no mesmo ano, o *Sport Clube Português*. Posteriormente, mesmo após a formação de alguns clubes naturais de Lourenço Marques, os britânicos ainda formaram outros clubes como o *Lourenço Marques Athletic Club* (1908), *Lourenço Marques Lawn Tennis Club* (1908), o *Club de Golf de Lourenço Marques* (1918), *British Club a Caledonian Society* (1919), *Club da Polana* (1923). Um ano antes da formação dos primeiros clubes esportivos de Moçambique, já havia registros do futebol desembarcando na costa africana. Em 1931, uma figura importante na introdução esportiva em Moçambique, Ismael Mário Jorge, capitão do exército português e dirigente da Associação de Futebol de Lourenço Marques, registra que tripulações de navios que desembarcavam na costa moçambicana haviam jogado partidas de futebol contra esquipes de colonos locais, demarcando-se, assim, em 1904 (DOMINGOS, 2012, p. 69).



Figura 2: Grupo Desportivo Beira-Mar (1932)

Fonte: <http://www.todor66.com/football/Mozambique/1932.html>

Em Lourenço Marques eram realizadas variadas competições esportivas além do futebol, todas essas competições eram de caráter europeu, elementos da cultura portuguesa e de outros cantos da Europa. Antes dos europeus, já se jogava em África, jogos cujos valores estavam atrelados à cultura e vida. Em uma análise exploratória na coleção História Geral da África (HGA), podemos notar que os primeiros registros sobre jogos em África estão relacionados às práticas “tradicionais” e também à tradição oral, dentro de um contexto focado na transmissão de conhecimentos. Aqui, os jogos se relacionariam à transmissão da tradição, como destaca A. Hampate Bà (2010, p. 183), em um dos mais conhecidos artigos da HGA, publicado em seu Volume I (*Metodologia e Pré-História da África*), *A Tradição Viva*:

Certos jogos infantis foram elaborados pelos iniciados com o fim de difundir, ao longo dos séculos, certos conhecimentos esotéricos “cifrados”. Citemos, por exemplo, o jogo do *Banangolo*, no Mali, baseado em um sistema numeral relacionado com os 266 *siqiba*, ou signos, que correspondem aos atributos de Deus. Por outro lado, o ensinamento não é sistemático, mas ligado às circunstâncias da vida. Este modo de proceder pode parecer caótico, mas, em verdade, é prático e muito vivo. A lição dada na ocasião de certo acontecimento ou experiência fica profundamente gravada na memória da criança.

Assim, a tradição oral, que se relaciona aos processos educativos informais, teria nos jogos um meio significativo para difundir-se e, talvez mais que isso, em alguns casos, confunda-se com os próprios jogos e vice-versa. J. Ki-Zerbo (2010) enfatiza que a “pré-história” africana foi a época que mais proporcionou riquezas no campo da produção da arte, em função do seu ambiente extremamente diversificado, registrando que os primeiros grupos sociais em África já tinham modalidades de jogos como passatempo.

Seguramente, essa arte foi muitas vezes o reflexo do deslumbramento individual diante da efervescente vida animal que se agitava ao redor do abrigo. Na maioria das vezes, contudo, trata-se de uma arte social centrada nas tarefas cotidianas, “os trabalhos e os dias” do grupo, seus confrontos com as feras ou os clãs hostis, suas ânsias e seus terrores, seus passatempos e seus jogos, em suma, os pontos altos da vida coletiva. (KI-ZERBO, 2010, p 841)

O objetivo de muitos jogos nas estruturas “tradicionais” das sociedades africanas, como vimos inicialmente, é justamente manter a tradição viva e um forte exemplo disso se observa num relato referente a uma escola corânica na cidade de Lagos, na Nigéria.

A educação autóctone oferecida no seio das culturas de tradição oral, igualmente ela, foi amplamente perseguida fora das escolas fundadas sobre o

sistema ocidental. Contrariamente a uma falsa ideia difundida durante o período colonial, esta forma de educação desdobrava-se além de uma simples socialização no interior da família extensa, do sistema etário das salas de aula e das instituições de ritos de passagem como o *poro* e o *bundo*, na África Ocidental. No nível fundamental, *a educação doméstica da criança realizava-se por intermédio de jogos de palavras, charadas e outros exercícios do mesmo gênero, destinados a prover-lhe o domínio da sua língua materna*. Ensinava-se a criança contar, se lhe narrava histórias e instruam-na a apreciar a cultura do seu povo, os seus valores, a sua visão de mundo e o seu passado. (HABTE, WAGAW, AJAYI, 2010, p. 824, grifo meu)

Assim, podemos notar a importância dos jogos na manutenção da “tradição viva” (HAMPATE BÀ, 2010) da chamada “pré-história” aos tempos atuais do continente africano, o que é demonstrado em várias análises que consideram os jogos na HGA.

Finalmente, pode-se afirmar que, através da HGA, nota-se uma diversidade de esportes e jogos nas sociedades africanas, sendo variados os seus usos e abusos. Das sociedades “tradicionais”, passando pelo mundo criado no processo de colonização e as independências, percebem-se jogos e uma diversificada rede de prática de esportes, a exemplo do futebol. É muito significativo observar que o esporte e os jogos, bem como as práticas de lazer, ligam-se às mais variadas situações na história das sociedades do continente: à tradição, ao mundo da política e da economia, às relações e conflitos de grupos em particular, à afirmação de identidades locais, grupais e nacionais.

O colonialismo nega todas as formas de “jogos” e de lazer da cultura africana e acaba impondo o seu modo de jogar dentro dessas sociedades, com o intuito da aculturação, mas dominação e resistência tendem a andar juntas na história.

Nesse ínterim, cabe destacar aquilo que argumenta Terence Ranger (1997), em seu trabalho clássico sobre “a invenção das tradições”, enfocando a África colonial. Ranger caracteriza o período que vai do século XIX ao século XX como sendo marcado pelo florescimento das tradições inventadas europeias – educacionais, eclesiásticas, militares, republicanas e monárquicas, e mesmo esportivas. Ao mesmo tempo, é o período de forte penetração europeia em África. Segundo Ranger, esses dois processos estariam complexamente ligados. Algumas tradições europeias (para garantir relações de subordinação e dominação) teriam sido distribuídas em África, conformando-se em neotradições, que adquiriram um caráter peculiar, que as distinguiu de suas versões imperiais europeias e asiáticas. Diferentemente da Índia, por exemplo, muitas partes da África tornaram-se áreas de colônias de povoamento de brancos. Os colonizadores se definiram como os senhores naturais de uma grande população africana. Os colonizadores teriam se baseado nas tradições

inventadas europeias, tanto para definir quanto para justificar suas posições, e também para fornecerem modelos de subserviência nos quais, às vezes, incluíram-se os africanos. Assim, em África, o aparelho composto pelas tradições escolares, profissionais e regimentais – e esportivas – veio a exercer um papel de comando e controle muito maior do que na própria Europa. Evidente que se as tradições inventadas importadas da Europa forneceriam aos brancos modelos de “comando”, ao mesmo tempo, dariam a muitos africanos modelos de comportamento “modernos”, muitas vezes usados para questionar a presença europeia em África.

O fato é que houve “tentativas africanas de utilização da neotradição europeia”. Ora, “se o monopólio dos ritos e símbolos da neotradição era tão importante para os brancos, não era ingenuidade da parte dos africanos o tentar apropriar-se deles”. De fato, “a burguesia africana aspirante procurava apropriar-se da gama de comportamentos e atividades que definiam as classes médias europeias”. Em alguns casos, “muitos governantes africanos – e seus partidários – lutavam para obter o direito de exprimirem sua autoridade através dos títulos e símbolos da monarquia neotradicional europeia”. Nesse contexto, os africanos adaptaram o simbolismo neotradicional europeu, “manifestando sua sofisticação não através da imitação dos europeus, mas de uma amostra de sua impressionante capacidade de atualizar-se, de discernir as realidades do poder colonial e fazer sobre elas comentários perspicazes”. A título de exemplo, pode-se mencionar os africanos educados em missões em Kimberley, na África do Sul, em 1890, que aspiravam tornar-se cidadãos estáveis do universo liberal britânico do século XIX, “um universo de liberdade, igualdade sob a lei comum, de direitos de propriedade e de vigor empresarial”. Ao mesmo tempo, eles “pretendiam mostrar que faziam parte deste universo através do domínio das tradições inventadas mais ‘irracionalistas’ da classe média britânica de fins do século XIX, superando os brancos em sua lealdade à coroa, *praticando esportes como o críquete e o rugby*”. No caso da África do Sul, destaque-se que “*não havia lugar para uma classe governante negra e jogadora de críquete. O críquete africano extinguiu-se e foi mais tarde substituído pelo futebol proletário, esporte das massas na África moderna*” (RANGER, 1997, grifo meu).

Na primeira década do século XX, em Lourenço Marques, na “cidade de cimento”, vivia-se um ambiente esportivo e de lazer segregado aos moldes europeus. Em 1911, por exemplo, *O Africano* registra uma distribuição de prêmios aos competidores que haviam participado de um evento esportivo diversificado. O evento foi realizado no salão do Variéta-patinagem e organizado por uma comissão intitulada como “Galla Season” e pela Empresa Buccellato e Brussoni. Com a presença do Alto Comissário e do Governador da

Província, foram premiadas as seguintes atividades e os respectivos competidores vencedores: das atividades, podemos destacar a organização de “corridas” de natação, concursos de salto, competições em mastro escorregadio, lutas a cavalo⁸. É importantíssimo relatar que nas exposições diárias no Variéta Skating Rink (patinagem) eram disponibilizadas cadeiras para os civilizados e assimilados (quando considerados), as entradas custavam o valor de 250 réis; e para indígenas, era disponibilizado um espaço, designado como galeria para indígenas, sem cadeiras e com o mesmo valor. Um espaço fictício, pois a maioria da população indígena não teria dinheiro para participar de tais eventos⁹.

Nas páginas de *O Africano*, outras atividades¹⁰, da mesma competição, chamam a atenção por suas diversidades e curiosidades, como as disputas em regatas de canoas e suas variações em canoas de 4 remos, a presença de competições de pesca, catraios à vela, corrida de batata, corrida de sacos, corrida de três pernas, corrida de 50 metros, corrida de olhos vendados, concurso de construção na areia e corrida de galinhas. Nessas competições, era comum a participação de homens, mulheres, crianças. Eram organizadas, por exemplo, corridas de éguas, montadas por meninos; os registros apontam competições exclusivas para homens, outras para mulheres, tais como: as corridas de galinhas, construção na areia, corrida de três pernas, sendo estas exclusivas para as mulheres.

As competições eram de cunho amador e para entretenimento, sendo que também podemos registrar a presença de disputa profissional na regata de remos. Outras modalidades aparecem, como o concurso de tiro, concurso de beleza para crianças de até 2 anos, concurso de golfe, concurso de roque para sênior. Esportes automobilísticos chamam a atenção, no caso da corrida de motocicleta de até 3 cavalos. Eram comuns também as competições de tiro aos pombos, lançamento de bola de críquete, concurso de obstáculos, salto em altura. Os militares têm destaque, pois suas competições variam por modalidade e patente, a exemplo, realizaram-se percursos de obstáculos para oficiais, saltos em largura, percurso de obstáculos para soldados, luta tração, corrida de 100 jardas, lançamento de bala, corrida 220 jardas, corrida pista plana para oficiais (também para crianças), corrida de bicicletas¹¹. É importante atentar que essas competições e gincanas estão ocorrendo na “cidade de cimento”, portanto, participam dessas competições indivíduos de origem europeia. Vale lembrar que o “cimento” é segregado e excludente.

⁸ *O Africano*, 01/04/1911.

⁹ *O Africano*, 01/03/1912.

¹⁰ *O Africano*, 01/04/1911.

¹¹ *O Africano*, 01/04/1911.

Dentre as atividades de lazer, conta-se ainda com as bem vistas exposições de concertos musicais; ginastas e acrobatas, essas tiram aplausos e risos do público que interagiu com as apresentações. A propaganda procura dar ênfase no sucesso dos artistas fora do país, esses vinham de exposições que maravilharam os espectadores na África do Sul, as entradas variavam entre 750, 500 e 250 réis¹². A partir dos anos de 1912, há registros de atividades como touradas, organizadas pela Comissão de Festejos, o intuito das touradas é arrecadar dinheiro para a “Caixa de Socorros” dos trabalhadores¹³. No mesmo ano, a partir de comissões de ala militar, realizam-se esportes hípicas, praticados por civis, oficiais portugueses e ingleses¹⁴, registra-se, ainda, o surgimento do jiu jitsu nas apresentações no Variéta¹⁵.

Sobre as premiações, costumavam variar em medalhas, dinheiro, armas, objetos domésticos ou adereços (jarras para cerveja, estojo para escritório, carteiras, copos, brinquedos, caixa de surpresa, aparelho de louça, malas, cigarreiras, castiçais, facas, estojo com lapiseiras, papel para cartas, relógios). Pelo modelo assimilacionista português, fica clara a herança do padrão paternalista desse tipo de sociedade implantada. Logo, crianças ganham brinquedos, mulheres ganham utensílios domésticos, os homens ganham armas e dinheiro. Em agosto do ano de 1911, com exatidão, no dia 6, outra competição de “esportes” foi realizada em Lourenço Marques. Dessa vez, promovida pela Associação dos Empregados do Comércio e Indústria, e com as presenças, mais uma vez, do Alto Comissário e do Governador do Distrito. O evento, sob o título de “Festival Sportivo no Pântano¹⁶”, contou com as atrações esportivas citadas anteriormente e trazendo como competições diferentes a corrida de colheres e a “cavalhada”. Manteve-se o padrão de premiação, e mantém-se a participação assídua de militares, inclusive, com muita ênfase, há um destaque no corpo do texto da publicação do jornal que afirmava a positividade e proximidade da classe com os esportes, “abrilhantados pela base militar, os vários esportes” (*O Africano*, 13/08/1911). A cavalhada é uma competição de tradição portuguesa, que nesse evento acabou obtendo maior destaque, foi a exposição que mais atraiu o público e tirou risadas da plateia, o encerramento com honra e um “bravo aos promotores das festas, principalmente a das cavalhadas”¹⁷.

Nota-se o desprezo por tais jogos que causam uma assimilação negativa, denúncias são feitas pelo jornal *O Africano* sobre a falta de professores em escolas. Pois isso

¹² *O Africano*, 19/04/1912.

¹³ *O Africano*, 26/04/1912.

¹⁴ *O Africano* 28/06/1912.

¹⁵ *O Africano* 19/07/1912.

¹⁶ Recebe este nome por ser realizado na Avenida da República (Pântano), avenida localizada em um local que passou por processos de drenagem. *O Africano*, 15/06/1912.

¹⁷ *O Africano*, 13/08/1911.

causa um clima de ociosidade nas crianças que acabam aderindo aos jogos de cartas. Dessa forma, reivindicam-se professores e fiscalização para a não prática de tais jogos¹⁸. Como o sistema colonial português carregava consigo valores do cristianismo, determinadas práticas como o consumo de álcool e jogos de azar eram reprimidas pelo sistema colonial. Um grande exemplo de quão forte foi o colonialismo em práticas de violência simbólica está nas reivindicações, pois estas são feitas por pessoas assimiladas, em que a resistência está em aderir de maneira perfeita a cultura do colonizador. Sendo que dentro dessa nova lógica estão os ideais de “civilização” e capacidade de adesão aos valores do colonizador. Portanto, as críticas são duais, pois aderir às práticas europeias dá um status de capacidade ao africano de Lourenço Marques. Esse era um dos objetivos, senão o principal, do jornal *O Africano*. Em suas primeiras publicações até o seu “fim” (depois retoma como *O Brado Africano*), o jornal sempre se posiciona como a favor da instrução indígena. Não é à toa que o jornal carrega como slogan de amostragem central a frase “quinzenário noticioso e de propaganda a favor da instrução”¹⁹.

Um exemplo bastante enfático está em uma ácida crítica disparada pelo jornal *O Africano*. Em 8 de março de 1912, o jornal publica uma nota sobre os eventos realizados no Variéta-patinagem, a nota faz alerta aos proprietários, os senhores Buccellato e Brussoni. Conta-se que os mesmos só estavam interessados no lucro dos eventos, deixando de lado a preocupação com o público e que isso acarretaria prejuízos aos proprietários. Dessa forma, denunciam a presença de “bandalhões”, em especial nas noites de domingos. Vale ressaltar que o termo “bandalhão” deriva de “bandalho”, pedaço de pano velho ou rasgado. Tratando-se de uma pesquisa histórica, temos a consciência da historicidade dos conceitos e das palavras, portanto, “bandalho”, na época firmada, adquire o sentido para uma pessoa mal vestida, de comportamento desprezível, mal cheirosa, corrupta, devassa, sem família, alguém distantes dos valores pregados na época. O termo está atrelado não somente ao estético, também está ligado ao caráter. Por causa dessas presenças, muitas famílias estavam deixando de participar desses eventos. Falava-se que o local estava cada vez mais “abandalhado”. Como sugestões dadas pelo próprio jornal à empresa, que ela venha a “pôr à entrada da porta um letreiro, dizendo, ‘aqui só podem entrar pessoas que queiram estar decentemente e caso contrário, sujeitem-se a um vexame’, ou então, “em letras bem gordas: não permitimos a entrada a cães de duas patas”. A segunda sugestão era a mais cotada pelo jornal²⁰.

¹⁸ *O Africano*, 24/12/1911.

¹⁹ *O Africano*, 01/03/1909.

²⁰ *O Africano*, 08/03/1912.

Sobre os bandalhos, podemos afirmar que muitos eram indígenas em processos de assimilação. São inúmeros os alertas feitos pelo jornal *O Africano* a respeito das vestimentas dos indígenas que transitavam pelas ruas, causa destaque as notas sobre o não uso de calças. De 1910 a 1912, a maior parte dos periódicos faz isso. Apesar das críticas, o Variéta-patinagem segue suas apresentações e acaba acatando as sugestões críticas do jornal, não há registro sobre a colocação das tais placas com avisos, mas há um registro no próprio jornal, inclusive, fazendo elogios às ações tomadas pelos proprietários do ambiente. Consta-se que a casa de “espetáculos está agora, como nunca esteve antes”, exalta-se a atitude dos donos como um ato “republicano”, banindo daquele local certos grupos que tinham hábitos pouco agradáveis para um ambiente como o Variéta. Houve a diminuição de frequentadores do local, mas com as medidas tomadas, a “família” e toda a “classe” podem ficar sossegadas ao frequentar esse espaço. As críticas são feitas pelo jornal em 8 de Março, a mudança de postura e a retomada de “sucesso” da empresa de eventos esportivos já pode ser notada a partir de 24 de maio de 1912²¹. Mais tarde, a empresa receberá eventos promovidos pelo jornal *O Africano*.

Demonstrando seu ativismo a favor da instrução, em 18 de maio de 1912, *O Africano* publica em inglês e português que realizará uma ação esportiva intitulada como “Programa dos Concursos Esportivos”. Em comemoração ao seu primeiro aniversário, cujo resultado do produto será revestido a favor do “Fundo Auxiliar da Instrução”, “o jornal criaria, esperando também receber donativos, que foram raros e poucos, como o oferecido, por exemplo, em 1924, pelo Centro Republicano Português no valor de £. 2 e Esc. 1.200\$00, para ajudar no funcionamento da escola mantida pelo Grémio Africano” (ZAMPARONI, 1998, p. 438). O evento foi realizado nos dias 9 e 10 de junho no salão da Variéta-patinagem. Contou com as competições: maratona de 10 milhas, concurso de beleza para crianças de 2 a 12 anos (ambos os sexos), corrida de 3 milhas (com patins, para homens), corrida de 1 milha (com patins, para rapazes de até 15 anos), corrida de sacos (com e sem patins, para rapazes de até 15 anos), luta de tração (com patins, para homens, em grupos de 5), jogo da rosa (com patins, para meninas até 16 anos) e o tradicional jogo marcial, o jogo do pau, típico da cultura portuguesa.

Os jogos na “cidade de cimento” demarcavam bem o campo segregacional, as competições seguiam dividindo as classes e as nacionalidades, fora que nesse momento parece não existir pessoas não brancas e indígenas em Lourenço Marques, pelo menos não no

²¹ *O Africano*, 24/05/1912.

“cimento”. Esses agentes estavam excluídos desse processo. Quando nos lançarmos ao subúrbio, veremos o que se joga e como se jogar por lá. O torneio de jogo de soco disputado entre jogadores portugueses e ingleses, a luta greco-romana disputada entre grupos de rapazes gregos, no fim, prêmios, taças, objetos de arte, medalhas aos vencedores²².

O evento contou ainda com a caridade de figuras religiosas, no caso do Bispo de Sciene que havia doado a quantia de 30.000 réis para ajudar nas festas, *O Africano* agradece a gentileza da oferta, outras instâncias do ramo civil também fizeram doações, em dinheiro e brindes, como utensílios domésticos para premiação, totalizando o valor de 70.000 réis²³. São várias as chamadas para o evento, inclusive, divulgam-se os inscritos até meados da sua culminância. *O Africano* divulga as modalidades (as mesmas citadas anteriormente, exceto o boxe) e os nomes dos inscritos, chama-se atenção para o grande número de inscritos nas competições de lutas como o “boxe”, luta greco-romana, jogo do pau. As maratonas não ficam atrás²⁴. A execução do evento esportivo demonstrou ser um sucesso, pois se percebe o entusiasmo dos participantes. Os relatos descrevem uma plateia delirante, principalmente com as lutas, que tiraram gritos e aplausos do público²⁵. Apesar do sucesso no entretenimento, os retornos financeiros foram poucos, já os gastos no dia da execução do evento foram muitos. Os donativos arrecadados só deram para ajudar 11 pessoas.

Dessa forma, foi promovida uma ação junto ao Variéta-patinagem para arrecadar fundos em prol do Fundo Auxiliar de Instrução²⁶. O evento promoveu entretenimento, mas não lucro para a instrução. Para além do futebol, era assim que essa sociedade, em sua maioria “europeia”, divertia-se na província de Lourenço Marques. Os eventos esportivos no Variéta e as promoções esportivas de *O Africano* seguem noticiados nas páginas do mesmo. De fato, são os dois maiores responsáveis pela criação de eventos que envolvem esportes e lazer em Lourenço Marques. São inúmeros eventos a favor do Fundo Auxiliar de Instrução, assim, registra-se em 07 de julho de 1912 outro evento com esse intuito²⁷.

De acordo com as fontes do *Anuário de Lourenço Marques* de 1916, por volta de 1912, a cidade de Lourenço Marques contava com 13.353 habitantes, dos quais 5.324 eram europeus e 1.299 não portugueses, já pelas zonas próximas, viviam 12.726 indivíduos. Acompanhada do crescimento da cidade, junto às práticas esportivas, outras atividades surgiam na “cidade de cimento”. Foram feitos dois teatros de ópera (Teatro Variéta e Teatro

²² *O Africano*, 18/05/1912.

²³ *O Africano*, 31/05/1912.

²⁴ *O Africano*, 31/05/1912.

²⁵ *O Africano*, 15/06/1912.

²⁶ *O Africano*, 21/06/1912.

²⁷ *O Africano* 06/07/1912.

Gil Vicente), trinta bares e botequins. Foram ainda construídos comércios, espaços de recreio, bancos e hotéis. Fica clara a existência e criação dessas vias ao nos debruçarmos sobre as fontes jornalistas da época, a exemplo, em todas as publicações de jornais como *O Brado Africano*, *O Africano* e outros jornais, podemos observar a presença de atividades comerciais nas propagandas no final de cada edição.

Sobre os jogos e partidas dos clubes ingleses, o jornal esportivo *Guardian* (1923) registra um caráter extremamente elitista e excludente por parte da comunidade europeia. As equipes são formadas exclusivamente por atletas portugueses e ingleses, suas partidas eram assistidas por figuras importantes da política, a exemplo do cônsul britânico e o governador civil, durante as partidas, os participantes dos eventos deslanchavam de bebidas, comidas e acomodações confortáveis à sombra.

São inúmeros os clubes formados por portugueses na primeira década do século XX. *O Brado Africano* (1961) registra que, a partir de 1910, ocorre o surgimento de uma gama de clubes esportivos, dentre os principais, temos: o Grupo Lusitano (1910), Grupo Desportivo Francisco Lázaro (1912), Adasmastor (1912), Sportivo de Lourenço Marques (1912), 1º de Maio (1917), Sporting de Lourenço Marques (1920), Grupo Desportivo de Lourenço Marques (1921), Grupo Desportivo Indo-Português e o Clube Ferroviário (1924). Todas essas equipes, por estarem localizadas próximas dos centros urbanos, ou em zonas capitalizadas, são designadas como “equipes da baixa”. São os clubes das elites coloniais. Clubes fechados, que monopolizavam as competições. Portanto, cria-se uma hierarquia do futebol em Lourenço Marques, em que o topo da pirâmide parte da “baixa” para o “subúrbio” (DOMINGOS, 2012, p. 71).



Figura 3: Sporting de Lourenço Marques (1920)

Fonte: <https://delagoabay.wordpress.com/category/futebol-mocambique/equipa-sporting-lm/>

O Africano tem seu primeiro registro futebolístico em 15 de junho de 1912, numa matéria intitulada como “football”. O jornal noticia uma partida de futebol que será realizada no dia 16 de junho do ano corrente, entre as equipes do Grupo Lusitano e o Delagoa Bay Football Club (clube composto por ingleses). Diferente de outras atividades esportivas, para assistir a um jogo de futebol era de graça, isso facilitou a proliferação do esporte entre as massas que não tinham acesso às outras modalidades. O futebol não depende das condições materiais de existência. Para jogar, basta o improvisado, pedaços de madeira e chinelos viram traves, o papel e o plástico transformam-se em bolas. Portanto, essa atividade era aberta, “livre” ao público. Com entusiasmo, as notas do jornal estavam sempre a convidar amantes e não amantes desse esporte²⁸. A respeito da partida (ou partidas) entre o Grupo Lusitano e o Delagoa Bay Football Club, o primeiro jogo teve duração de 20 minutos e terminou empatado, sem gols. Na segunda partida, o time inglês ganhou por 5 a 0. *O Africano* destaca com respeito o quão superior era a equipe inglesa, esta possuía, segundo o jornal, “melhores amadores daquele esporte”²⁹ (pelo menos naquele dia), e que o Lusitano estava desfalcado de muitos atletas, afetando o desempenho do time, o resultado foi colhido na partida. Mais tarde, no mesmo dia, houve outro desafio, entre o segundo time do Grupo Lusitano e um grupo de indianos, o jogo ficou empatado, ambas as equipes não conseguiram fazer mais do que um gol.

O ano de 1912 registra que na cidade de Lourenço Marques havia muitos amantes da prática futebolística. O Grupo Lusitano contava com mais de 60 rapazes em sua equipe, todos dedicados unicamente ao futebol, fiéis a ponto de receberem a sugestão do próprio jornal *O Africano*. *O Africano* sugere que seus jovens se dedicassem a outros esportes. A sugestão é feita com o intuito de fortalecer a prática do futebol na cidade, como? A partir da arrecadação de fundos e do reinvestimento para o próprio clube, que passaria a arrecadar com a exibição de espetáculos esportivos variados e futebolísticos³⁰. Este seria um dos primeiros passos para a organização estrutural de um clube em Lourenço Marques. O jornal aponta a falta desse tipo de espetáculo e um esporte com tantos amantes teria um público fiel, que, dentro da lógica moderna do capitalismo português, o amante do futebol torna-se torcedor que paga para ver as partidas.

O Africano é um apoiador da causa, o jornal sugere que os amadores e não amadores do futebol arrecadem dinheiro para a construção de um local com boas condições

²⁸ *O Africano* 15/06/1912.

²⁹ *O Africano* 21/06/1912.

³⁰ *O Africano* 21/06/1912.

de treinamento para a prática de diversos esportes e com o intuito de promover festas mensais, a fim de angariar lucros e melhorias para o clube. Esse fenômeno pode ser observado a partir de 1918, no próprio jornal registram-se festas, destinando suas rendas à compra de terrenos que receberiam os jogos e a montagem de clubes³¹. Consta que a Câmara Municipal já havia cedido um terreno para a construção da estrutura do clube³². Dessa forma, *O Africano* incentiva o associativismo. O jornal, inclusive, apoia a união de um clube ainda em formação (e sem nome) a unir-se com o Grupo Lusitano, tudo feito com formalidades em uma reunião, o intuito era unir e formar um clube esportivo semelhante ao antigo Sport Club Português. Nas mediações de *O Africano*, o jornal enfatizava a importância de o novo clube possuir uma sede e o Lusitano ainda não. Unindo-se daria grande respaldo ao clube emergente, a partir de agora, o Lusitano deixa de ser “grupo” e passa a ser “clube”, pois possui uma sede³³.

Uma nota curiosa chama atenção em uma publicação de *O Africano* sobre a possível formação de um clube esportivo, na verdade, trata-se de uma lembrança, um relato de memória humorizado. Associados do Porto e da Companhia Caminhos de Ferro de Lourenço Marques (P.C.F.L.M) tiveram a ideia de criar um clube esportivo, mas tiveram dificuldade para elaborar um nome, eis que um dos trabalhadores dá a seguinte sugestão para o clube chamar-se “Sport Club Radical”. Muitos apoiaram a ideia, inclusive pensaram em organizar de “imediato a papelada”. Eis que a indagação surge! O que o patrão vai pensar dessa iniciativa? Um clube de trabalhadores que carrega o nome de “radical”, “só pelo diabo”³⁴.

Em 1913, o futebol passa por um processo de popularização, pois aumentam as publicações a respeito do esporte. As comoções e os deslocamentos para ver as partidas também ganham destaque. Em 19 de julho de 1913, *O Africano* publica uma nota convidativa dirigida à população, pois será realizado em dois dias um evento com esportes “atléticos”, com destaque para o futebol. De maneira informal, as partidas eram realizadas em terrenos, sob o improviso do espaço. Dessa forma, as partidas desse evento ocorrem em um terreno próximo da Câmara Municipal de Lourenço Marques, acompanhado de uma festa, o evento traz como atração principal uma partida de futebol entre dois dos mais populares clubes da cidade, o Grupo Desportivo Francisco Lázaro e o Grupo Desportivo Indo-Português. O que mais chama atenção é o grande número de interessados em ver o evento. Tanto que uma companhia de carros, durante os dias 13 e 14, trabalhou por diversas horas do dia e da noite

³¹ *O Africano* 18/05/1918.

³² *O Africano* 21/06/1912.

³³ *O Africano* 21/06/1912.

³⁴ *O Africano* 10/10/1912.

na locomoção dos interessados pelo evento, é um “serviço especial”, com bilhetes ao custo de 20 réis³⁵.

Na publicação seguinte de *O Africano*, o jornal destaca a fraca concorrência dos diversos esportes. Acerca do ponto positivo do evento esportivo, o jornal enfatiza que, dentre os esportes, os jogos de futebol do segundo dia foram os mais interessantes. Um jogo de 50 minutos foi realizado entre um combinado de indianos contra o Grupo Desportivo Francisco Lázaro, este último vence a partida por 1 a 0. O outro jogo é disputado entre um combinado de ingleses contra o Grupo Lusitano. Percebe-se a falta de regularidade no tempo dos jogos, até então, registramos partidas que variam em seu tempo de execução, é comum partidas com 20, 30, 50 e com tempo normal de jogo, em 90 minutos. O tempo das partidas nesse período é estabelecido pelos próprios jogadores, percebe-se uma informalidade com relação às regras no que tange ao futebol. Portanto, a partida citada é executada em 90 minutos, os dois times tinham bons jogadores, times competitivos, a ponto de o espetáculo chamar ainda mais a atenção do público. Para essa partida havia uma premiação, o que deixou o jogo mais disputado, um dos jogadores deixou a partida após receber uma forte cotovelada, que lhe tirou o sentido por uns cinco minutos³⁶.

Futebolisticamente, os ingleses são aclamados nas manchetes esportivas, a exemplo do último jogo citado acima, o combinado inglês ganhou a partida por 4 a 2, “sem nenhuma dificuldade”, como afirmou o jornal. Em 1913, o futebol inglês (este vindo da África do Sul) já contava com um modelo de jogo padronizado, com jogadas ensaiadas e um sistema tático. Apesar de o clube português ter desfalque de um jogador, os ingleses já eram superiores em campo. Conquanto a derrota, não deixou de falar da entrega do time português e seus destaques individuais³⁷.

A “cidade de cimento” torna-se um ambiente extremamente esportivo e segregado, mais uma vez reforço, no “cimento” os de cor não jogam. O Variéta continua com suas apresentações esportivas, focando principalmente nos esportes marciais, apresentações de luta greco-romana e boxe. Na sua ala destinada ao teatro, o “Teatro Varietá, inaugurado em 1913, com o *Barbeiro de Sevilha*” (ZAMPARONI, 1998, p. 355), inova com menções de cunho artístico, são inúmeras apresentações com artistas jamais vistos em Lourenço Marques. As apresentações artísticas variam com música, dança, espetáculos aeróbicos, dentre outros³⁸.

³⁵ *O Africano* 19/07/1913.

³⁶ *O Africano* 23/07/1913.

³⁷ *O Africano* 23/07/1913.

³⁸ *O Africano* 23/07/1913.

Em 1914, cresce o número de grêmios recreativos, relata-se, por exemplo, uma entidade de nome “Grêmio Popular Recreativo”, cujo presidente era o militar Major Lages. Organizaram a partir de então intensas reuniões para seus sócios e famílias convidadas. Nesses grêmios, ocorriam recitações de poesias, monólogos, canções, jogos, danças e músicas. Também se registra outra entidade com as mesmas características, o Club Transmontano, O Grêmio Náutico³⁹.

Na “cidade de cimento”, criou-se uma grande rivalidade no futebol entre atletas portugueses e ingleses. Até então, em todas as partidas de futebol, os ingleses levavam vantagem em todo o contexto futebolístico. Eram bem organizados, tinham tática de jogo, ganhavam todas as partidas registradas, a ponto de receberem elogios dos jornais de Lourenço Marques. Esse panorama muda a partir da organização de um treino aberto ao público, no dia 3 de maio de 1914, no campo do pântano, em que todos os atletas da cidade foram convidados a participar. Após o treino, foi organizada uma partida entre um combinado inglês e um combinado português. Para a surpresa de todos, inclusive do jornal, que descreve a partida como “um jogo animado”, os portugueses, como *O Africano* diz, “meteu uma lança em África”, venceram a partida por 8 gols a 0. Os ingleses ficaram “arreliadíssimos”, chegando a dizer que os portugueses haviam aproveitado suas lições de futebol dadas anteriormente⁴⁰.

Com o início da Primeira Guerra Mundial, a tensão sobre o conflito toma conta da população, algo que está refletido nas publicações de *O Africano* entre os períodos de 1914 a 1918, período de extensão do evento mundial. Durante os anos da Grande Guerra, o jornal dedica várias de suas páginas para descrever o que ocorria na Europa e os desdobramentos para o continente africano, a partir de uma análise dos fenômenos criados por grandes potências imperialistas europeias, que em sua grande parte foram provocados por disputas coloniais. Logo, observar esses fenômenos a partir do ponto de vista da colônia é sublime, dessa forma, podemos captar tensões e eventos locais. A todo modo, em Lourenço Marques estava o medo de uma possível convocação para a guerra ou o temor do alistamento forçado, algo que mais tarde causaria a fuga de muitas pessoas, fenômeno explicado por Zamparoni (1998):

O certo é que as pessoas faziam de tudo para livrarem-se do recrutamento militar. Os que dispunham de algum dinheiro, gado, bens ou excedentes agrícolas, muitas vezes davam tudo que tinham aos régulos e sipaios e outros ainda fugiam para o mato, abandonando nas aldeias somente mulheres e velhos inválidos para o trabalho pesado, conforme nos narra um destes fugitivos: “Nessa altura costumávamos esconder nas montanhas. As nossas

³⁹ *O Africano* 18/04/1914.

⁴⁰ *O Africano* 13/05/1914.

mulheres traziam-nos comida num balde. Parecia que iam buscar água, mas iam levar-nos comida. Se ouvíamos um cão ladrar, sabíamos que os sipaios tinham chegado. Quando Portugal integrou-se nos conflitos ligados à primeira guerra mundial, acelerou-se o recrutamento compulsório e somente em 1916 foram recrutados cinco mil homens para servirem como carregadores e soldados integrados nas tropas indígenas coloniais. Não se poupava nenhum homem válido: “todos os nossos filhos são apanhados e mandados embora como soldados... Para onde não sabemos. Quando são levados, regressam umas vezes dentro de 3 ou 4 anos, outros nunca mais voltam. Nunca sabemos se estão vivos ou mortos”⁴⁰⁵ não sendo pois de se estranhar não só que “os homens recrutáveis fugiam para o mato, pois preferiam o convívio com as feras ao martírio do Niassa”. (ZAMPARONI, 1998, p. 136)

As atividades de lazer e as esportivas diminuem nesse período, quase não se registram eventos desse caráter. Como vimos acima, não era bom “dar as caras” por aí. A guerra traz consigo tensão, e a crise econômica afeta principalmente a população indígena, provocando uma “contínua” desvalorização do “escudo” e uma intensa deterioração do custo de vida. Sobem os preços e a inflação toma conta do cenário, não é comum jogar ou divertir-se em tempos de guerra. Sobre os afetados, de um modo geral, Zamparoni (1998) exemplifica:

Embora essa conjuntura afetasse de forma semelhante trabalhadores negros e brancos, é de se notar que os maiores aumentos recaíram sobre os produtos destinados a indígenas, indicando que parte do custo social da inflação era repassado a este segmento sócio-racial com reduzidíssima capacidade de pressão junto aos comerciantes e autoridades. O mais agravante, contudo, era que os salários não acompanhavam os preços. O quadro, apresentado na próxima página, que compara os salários diários dos trabalhadores na chamada Ponte-Cais do Porto, dá-nos uma visão da situação de deterioração mostrando que, ainda que tenha havido aumento nominal de salários, estes não acompanhavam a queda da cotação do escudo face à libra, moeda que era o parâmetro para os preços das mercadorias e aluguéis praticados na cidade. (ZAMPARONI, 1998, p. 204)

Apesar de um período conturbado pela guerra, registram-se intensões de retomada de atividades esportivas, a exemplo, em 30 de agosto de 1915, O Club Sportivo de Lourenço Marques convida todos os seus associados para uma reunião que será realizada no dia 3 do mês seguinte. A reunião tem por objetivo tratar dos estatutos do clube. O clube também faz uma chamada para que seus sócios integrantes retornem aos treinos marados⁴¹.

Na falta de adultos, pois muitos foram recrutados para a guerra, as atividades esportivas acabam sendo realizadas com crianças. Em julho de 1916, na Praia da Polana, foi organizado um evento esportivo com os alunos das escolas locais e do Transval. Crianças

⁴¹ *O Africano*, 01/09/1915.

portuguesas e inglesas de vários sexos integravam a maioria dos atletas, também de outras nacionalidades estavam presentes, mesmo sem conhecer os idiomas falados, elas praticavam na mais alta alegria. No fim, cerca de 300 crianças foram aclamadas por uma plateia que assistia com entusiasmo⁴². Os eventos até agora citados eram extremamente segregados. A Praia da Polana era um dos lugares de Lourenço Marques que não permitia a presença de negros. Uma das frases mais ouvidas por essa população era: “não pode entrar”, Zamparoni (1998), mais uma vez, discorre sobre o tema:

“Não pode entrar” era a expressão que, principalmente nos anos trinta, os negros e mulatos ouviam em toda parte⁷⁸¹. Não podiam sentar-se lado a lado com brancos nos elétricos e eram recusados nos ônibus; não ficavam nas mesmas bichas nos correios e outras repartições; nos cinemas e teatros, exceto no Lusitano, localizado nos subúrbios e cuja freguesia era quase exclusivamente indígena, tinham sessões à parte ou, no máximo, classes distintas; não tinham acesso aos vagões europeus nos CFLM; tinham turmas diferentes nas escolas, não podiam tomar banho na praia da Polana. (ZAMPARONI, 1998, p. 290)

A reta final de 1916 traz consigo mudanças no cenário mundial da guerra, como o fenômeno da saída de diversos países. Esses fenômenos acabam impactando no cenário esportivo, algumas partidas de futebol voltam a ser organizadas, dessa vez apenas entre clubes de Lourenço Marques, sem a participação comum dos clubes ingleses. A participação dos ingleses na guerra era mais assídua. Comoções esportivas em função do que ocorria também foram feitas. Na Praia da Polana, no mesmo ano, esportes aquáticos foram realizados para angariar fundos para a “Comissão de Auxílio ao Soldado Português”⁴³. O Adasmastor e o Sportivo de Lourenço Marques realizam partidas entre os dois clubes, o evento tem caráter apenas de entretenimento, *O Africano* lamenta que um esporte tão atrativo não seja realizado com maior frequência⁴⁴. Essa infrequência gerava um público fraco para um esporte tão belo. Os clubes jogam entre si, ambos conseguem vitória nas duas partidas disputadas, com uma para cada lado. Falava-se, ainda, da dependência que os portugueses tinham dos ingleses para propor um bom evento, vimos que, na maioria das partidas de futebol realizadas em Lourenço Marques, a presença inglesa era notada, a ponto de os ingleses serem os protagonistas do futebol na cidade “portuguesa”. Dessa forma, a guerra, que comove grande parte da população inglesa em África e na Europa, acaba criando noções de independência futebolística em Lourenço Marques. Os anos seguintes provam isso, pois são marcados pelo

⁴² *O Africano*, 19/07/1916.

⁴³ *O Africano*, 29/11/1916.

⁴⁴ *O Africano*, 29/11/1916.

surgimento de clubes naturais da cidade, dá-se início às primeiras instituições organizadoras de eventos esportivos, inicia, de fato, o associativismo e a institucionalização do futebol, mas, partindo apenas na “cidade de cimento”.

Apesar da proposta de independência futebolística, esse movimento só se concretiza a partir da década seguinte⁴⁵. Ainda em 1916, podemos notar que os eventos em que os ingleses participavam geravam um público maior. Um jogo entre “nações” desperta maior fervor para quem vive esse esporte. As duas “nações”, que existiam internamente no continente africano, sempre estiveram esportivamente de mãos dadas ao esforço de guerra. A organização militar colonial (portuguesa e inglesa) acabava organizando eventos esportivos para ajudar seus compatriotas na guerra. Em junho de 1917, a comissão realiza uma “festa esportiva”, no Pântano. 25% da arrecadação da festa destinava-se à Cruz Vermelha Inglesa, 25% para a Cruz Vermelha Portuguesa, e 50% à Comissão Feminina de Auxílio ao Soldado Português. Dentre as atividades esportivas, podemos destacar a corrida de bicicleta, salto em altura, lançamento de bola de críquete, lançamento de peso, luta de tração, corrida de 100 metros e partidas de futebol, pela primeira vez, organizadas por agentes militares, nesse caso, como promotor do evento esportivo, temos o “Capitão Quaresma”⁴⁶. Dentre as atividades realizadas, a que mais arrecadou fundos e atenção do público foi o futebol.

Ainda em 1917, outras partidas foram realizadas entre jogadores ingleses e portugueses. O campo do Pântano é o principal local das partidas de futebol em Lourenço Marques. *O Africano* destaca uma partida entre um time inglês, cujo capitão de nome “Sar. Conlon”, contra um time de portugueses, composto pelos atletas: “Alaia Rabelo, Gaspar Ribeiro, A. Bastista, Sobral, F. Anarai, Filipe, Aguiar, Ribeiro, Chico, N.N. e Pegado” (capitão)⁴⁷.

Sobre os militares e o futebol, o ano de 1918 registra a organização de partidas em que a classe forma seus próprios times para jogarem contra grupos portugueses de Lourenço Marques. Foi formado um time de futebol pelos militares do 1º Batalhão, o “Grupo do Batalhão de Infantaria 29”⁴⁸. Nesse contexto, surge o Grêmio Militar, entidade que promove atividades esportivas para essa “classe, e para disciplinamento dos corpos”, o grupo promove

⁴⁵ A porcentagem de membros ingleses em associações desportivas em Moçambique caiu para 13% em 1930 e para 2% em 1958. No *Anuário de Lourenço Marques (1926-1973)* em 1935, os ingleses representavam 4,2% da totalidade de membros associados em Lourenço Marques, 3,2% em 1945 e 1,8 e 1955. (DOMINGOS, 2012, p. 72).

⁴⁶ *O Africano*, 19/05/1917.

⁴⁷ *O Africano*, 16/06/1917.

⁴⁸ *O Africano*, 10/08/1918.

⁴⁸ *O Africano*, 12/04/1912.

ações e atividades das mais variadas, incluindo a formação de escoteiros. Promove também festas e disputas esportivas⁴⁹.

Em 1918, não havia uma organização de campeonato de clubes de futebol, já para esportes como a corrida, há registros de disputas de campeonatos valendo o título de “Campeão da Província de Moçambique”. Sócios do Nacional Sport Club e do Sporting Club de Portugal coordenavam a promoção desses campeonatos, inclusive, em setembro do mesmo ano, foi organizado um campeonato de corrida de 60 metros⁵⁰.

O futebol é praticado no período de esforço de guerra, mas também para celebrar a paz. Em 1919, no pós-guerra e na presença do Governador Geral, foi organizada uma partida de futebol no campo do Matadouro, entre um time inglês local e um misto, composto por jogadores do Sporting e Internacional, os times disputaram uma taça oferecida pela Comissão de Festejos. Essa publicação chama bastante atenção, pois o jornal abre um espaço especial para o futebol, antes, as notícias sobre o esporte vinham desarticuladas, de maneira avulsa, nesse ano, pelo contrário, dedica-se um espaço especial ao futebol, inclusive, sob o título de “Vida Esportiva: Foot-ball”.

Nessa publicação, *O Africano* descreve (narra) a partida completa. De início, podemos observar que o time inglês vem com desfalques de alguns jogadores, conhecidos localmente pelos talentos, falava-se de seu defensor direito, Luthon, e de Klipin, o goleiro, no fim, haviam faltado cinco jogadores do clube. O time português apresenta-se completo, mas preocupava seus torcedores por conta do “peso” dos atletas. Antes de a partida começar, um dos jogadores do clube português “pede para uma menina”, que assistia à partida, que desse o pontapé inicial de jogo, o pedido foi atendido e a partida é iniciada. Segue animada e cheia de emoção, mas com superioridade portuguesa, o que possibilitou sua vitória por “cinco bola a zero”⁵¹. O “cimento” é tão segregado que dá a impressão de estarmos acompanhando uma partida de futebol na Europa. O futebol daqui é branco.

A criação dos clubes fez surgir a necessidade de uma organização para coordenar as partidas e os futuros campeonatos. Em 1923, criou-se a Associação de Foot-ball da Província de Moçambique, que mais tarde passou a denominar-se Associação de Futebol de Lourenço Marques (AFLM). Essa instituição era filiada à União Portuguesa de Foot-ball (UPF). A União Portuguesa de Foot-ball coordenava o futebol português na Europa, dessa forma, em Lourenço Marques, as regras, modelo e todas as questões relativas ao jogo,

⁴⁹ *O Africano*, 11/09/1918.

⁵⁰ *O Africano*, 21/09/1918.

⁵¹ *O Africano*, 06/08/1918.

seguiam o padrão português. O “padrão português” carregava um *ethos* sob o modelo *football association*, aquele de acordo com o estilo inglês, seguindo as normas do *International Board*, ou seja, as regras da entidade regulamentadora da época. O futebol é “português”, mas as regras eram “inglesas”. De fato, nesse momento da história, a maioria dos clubes adota essas regras, seguiam os “inventores do futebol”. Em contrapartida, no subúrbio, será criada outra associação de futebol, a Associação de Futebol Africana (AFA), a AFA “organizou competições próprias, elementos de uma vigorosa vida urbana que crescia na periferia da capital.” (DOMINGOS, 2012, p. 71). Sobre o subúrbio e a AFA, retomaremos no capítulo seguinte.

O fato da existência de duas associações regulamentadoras denunciava claramente o sistema segregacional, indígenas e mesmo assimilados, por questões racistas, acabavam não participando dos eventos esportivos. Quando participavam, ficava nítida a segregação, desde as bancadas até o campo. A introdução de não brancos no futebol inicia-se a partir da observação por cima dos muros, depois nas bancadas e, conseqüentemente, no campo, um processo lento e tardio. Sobre a segregação em Moçambique, ao nos debruçarmos sobre as fontes jornalísticas e bibliografias, fica nítida a exclusão, como exemplo, Zamparoni (1998, p. 247 – 362) aponta que o “uso da cidade”, dos espaços destinados à diversão (cinema, teatros), transportes, hospitais, correios, escolas e as próprias ruas do grande centro estavam segregados, pois, a presença indígena era proibida a partir de certos horários.

As chamadas para eventos festivos e esportivos demarcavam esse teor segregador. Registra-se em uma publicação de *O Africano* (1912) uma chamada para um evento esportivo realizado no dia 12 de abril do mesmo ano, na Praia da Polana, enfatiza a realização de vários esportes e a participação de rapazes “portugueses e estrangeiros” e como atração festiva a presença da banda militar⁵². Na nataçãõ, os resultados das competições tiveram como vencedores homens portugueses e ingleses. O evento foi organizado por empresas locais, estas fizeram as premiações no Hotel da Praia, mais uma vez aparecem os dois empresários que carregam respectivamente o nome de suas empresas Buccellato e Brussoni⁵³.

Esportes hípicas, aquáticos, automobilísticos, o próprio tênis, e o golfe assinalam as atividades da burguesia colonial do grande centro urbano de Lourenço Marques, no caso do futebol, diversificou-se em todos os ramos sociais. A elite colonial portuguesa acabou mantendo a distância do movimento associativo esportivo. Como exemplo, muitos clubes serão criados pela classe de trabalhadores de diversos ramos, o Clube Ferroviário, fundado

⁵² *O Africano*, 12/04/1912.

⁵³ *O Africano*, 19/04/1912.

por funcionários da empresa Caminho, caminho-de-ferro; o Sporting de Lourenço Marques, ligado à ala militar; o Desportivo, clube de funcionários públicos e de médios comerciantes. Dessa forma, “a formação de clubes de futebol integrou uma dinâmica associativa desenvolvida em Lourenço Marques nas primeiras décadas do século XX” (DOMINGOS, 2012, p. 72).

1.3 Associações, clubes, jogadores e as regras para jogar na “cidade de cimento”

Os primeiros anos da I República de Portugal marcam o surgimento de inúmeras equipes em Lourenço Marques, uma rede associativa que incluía colonos de várias classes, chegados a Moçambique em situações de desamparo. As associações de lazer e esportivas, como vimos, proporcionavam aos colonos um contato com redes de conhecimento e de pertencimento metropolitano. Muitos dos clubes de Lourenço Marques surgiram como filiações de clubes portugueses, como é o caso do Grupo Desportivo de Lourenço Marques, este clube era uma filial do Sport Lisboa e do Benfica; o Sporting de Lourenço Marques, do Sporting Clube de Portugal. Esses clubes acabam difundindo na cidade projetos de filiação por toda Moçambique⁵⁴.

Por estarem inseridas em um contexto que envolve o mundo do trabalho, essas associações esportivas estavam ligadas ao paternalismo industrial, evento que afetou inúmeros contextos esportivos. O futebol regia o tempo livre dos trabalhadores e servia para demarcar posições no campo do trabalho, “os melhores jogadores ocupavam os melhores cargos” (DOMINGOS, 2012, p. 74). Nesse contexto, surgem clubes com identificação regional, como o Club Transmontano (1912); em 1935, o Grémio dos Lisboetas; em 1938, a Casa das Beiras; em 1947, a Casa do Porto; em 1953, a Casa do Algarve; em 1953, a Casa dos Poveiros; 1954, a Casa do Alentejo, e, 1956, a Casa do Minho.

Inúmeros clubes são criados no decorrer da expansão do caminho-de-ferro, a exemplo, surge o Trans-Zambezia Railway Recreation Club (1930), o Grémio Desportivo Ferroviário do Lumbo (1931). Em 1940, Domingos (2012) aponta que a AFLM havia organizado um campeonato com alguns desses clubes criados, dessa forma, ocorreu uma comoção mútua para a formação de clubes esportivos para participarem do campeonato. Várias instâncias do mundo do trabalho formaram clubes para competir, a competição possuía

⁵⁴ O clube Sporting criou filiais em Quelimane (1933), Gaza (1934), Nampula (1948), Guija (1949), Massinga (1962) e Pucucune (1962). O Grupo Desportivo de Lourenço Marques abriu delegações em Quelimane (1931), Nampula (1954), Machava (1955), Chimoio (1957) e Guruè (1961). (DOMINGOS, 2012, p. 73).

equipes dos Correios e Telégrafos, da Câmara Municipal, da Polícia Civil, da Repartição da Fazenda e das Obras Públicas.

Depois da Segunda Guerra Mundial, alguns times que competiram no torneio anterior institucionalizaram seus clubes, daí surgem clubes como o Grupo Desportivo da Companhia de Seguros Náuticos (1948), o Clube Recreativo e Desportivo da Companhia dos Algodões de Moçambique (1950), o Grupo Desportivo das Obras Públicas de Inhambane (1951), o Clube Recreativo dos Empregados da Companhia do Boror (1951), o Clube dos Empregados da Sena Sugar Estates de Marromeu (1970), o Desportivo da Fagor (1972), e o Grupo Desportivo dos Empregados do Banco Pinto e Sotto Mayor (1972). Dessa forma, existia uma ligação entre as práticas esportivas e as questões associativistas com as políticas laborais das empresas (DOMINGOS, 2012, p. 74).

As equipes da Associação de Futebol de Lourenço Marques eram compostas “predominantemente” por indivíduos de origem europeia e seus descendentes, havia uma “tolerância” para com os descendentes das antigas famílias locais, sobretudo mestiços, assimilados e com um padrão de classe elevado. O Grupo Desportivo de Lourenço Marques teve como membro uma das grandes figuras intelectuais de Moçambique, Guilherme Cabaço. Cabaço afirmou que as cores do time, em preto e branco, representam a existência de dois mundos na província. Mas, se olharmos sob um ponto de vista mais impactante, enxergaremos que as camisas do Desportivo são extremamente semelhantes às camisas da equipe Associação de Futebol de Lisboa. O Desportivo era um clube mais aberto à diversidade racial, aceitavam indivíduos brancos, negros e mestiços. O Sporting de Lourenço Marques não aceitava negros em seu time. O clube 1º de Maio era de demarcação classista, voltado para a classe trabalhadora, intitulava-se como um time de “operários”, nesse clube também é marcante a presença de pessoas do subúrbio (DOMINGOS, 2012, p. 75).

A primeira década do século XX, “o espetáculo do futebol permaneceu como uma prática de classe no âmbito da sociedade europeia local” (DOMINGOS, 2012, p. 75-76). Quando esse esporte tornou-se um espetáculo público e extremamente competitivo, nascem as rivalidades e os clubes começam a procurar os melhores jogadores. O Brado Africano, na década de 30, relata algumas contratações de jogadores vindos inclusive da metrópole para representar clubes locais, como exemplo, o Ferroviário contrata o goleiro Catolino Brandão, do Vilanovense, para representar suas cores em Lourenço Marques⁵⁵. A década de 30 registra um grande índice do associativismo esportivo, esse fenômeno está ligado à progressiva

⁵⁵ *O Brado Africano* (26/04/1930, 1).

chegada de colonos. Em 1930, Hedges (1999) relata que a população colona somava 17.842 habitantes, e chegando aos 2.7438 em 1940, aos 48.213 em 1950, e aos 97.245 na década de 60.

Junto à chegada desses colonos, o associativismo cresce mutuamente, surgiram clubes de bairros, clubes de empresas. Com o crescimento da população, nasceram clubes como o Malhangalene, Clube do Alto-Maé, Carreira de Tiro, Central. A partir da formação de um pequeno clube, “permitia, simultaneamente, reforçar redes próximas, ligadas a origem regional dos seus membros, e desenvolver redes mais vastas, colocando o novo colono perante as instituições da comunidade mais alargada” (DOMINGOS, 2012, p. 76). Apesar de parecer haver uma abertura para a população negra no futebol, na verdade, com o decorrer do aumento populacional europeu, a demarcação dos clubes, principalmente aqueles próximos ao centro urbano, fica a clara a não presença de negros. O contraste é tão forte a ponto de Dane Kennedy (1987) batizar o fenômeno como “ilhas de branco”.

Apesar da formação de inúmeros clubes, o primeiro campeonato de futebol de Moçambique só foi organizado em 1956. Anteriormente, os “campeonatos” seguiam a lógica de disputas apenas locais, também eram organizados jogos de lazer e entre a formação de uma seleção local contra clubes que visitavam a província. O clube formado em Lourenço Marques tinha um padrão de estar representando “Portugal”, a metrópole sempre se preocupou em despertar o nacionalismo em seus colonos. Paralelamente a isso, sem querer, o sistema colonial despertava um “monstro” contra si. O sentimento de uma “comunidade imaginada” como em Benedict Anderson (1991). Quando nesses jogos participavam a chamada equipe de “naturias”, os “portugueses” nascidos em Moçambique, filhos de colonos, carregavam consigo um sentimento de orgulho local. Suas comoções através do esporte despertaram reivindicações de expressão a uma identidade própria, dentro de uma “dimensão restrita” que por vezes havia assumido uma posição de autonomia (DOMINGOS, 2012, p. 78). Esse tipo sentimento será gerado pelas antigas comunidades locais de Lourenço Marques, que a partir da formação de seus clubes, que em sua maioria serão advindos dos subúrbios, despertaram um sentimento de pertencimento da terra.

Os principais divulgadores dos jogos, até então, são os jornais, nota-se como os colonos são assíduos torcedores da sua seleção metropolitana, aguardavam dias as notícias vindas pelos jornais. A forma de captar informações modifica-se na década de 30, com a chegada do rádio, as notícias esportivas chegam e espalham-se com maior rapidez. As transmissões são comuns na “cidade de cimento” e vão até o subúrbio, dessa forma, o futebol deixa de ser seletivo de um pequeno grupo. Em Lourenço Marques cria-se agora um grande

stock de conhecimento esportivo, “como elemento de uma cultura popular urbana, o futebol, criador de laços e identificações, rompia, não de forma arbitrária rígida e segregadora das práticas” (DOMINGOS, 2012, p. 80), na hora do jogo, tudo era diferente, eram demarcadas as fronteiras sociais.

A entrada de jogadores suburbanos negros no “campeonato da baixa” estava condicionada pela política interna de cada clube e da AFLM. Era raro, mas havia registros, a exemplo, em 1938, Vicente, do Beira-Mar, Américo, do João Albasini, passaram a jogar no time do Desportivo, clube da “cidade de cimento”. Laquino, jogador suburbano, também fez o mesmo caminho. Clubes como o 1º de Maio e o Desportivo foram os primeiros a aceitar jogadores negros. Um exemplo de como a raça e a classe pesam, pois, mal admitiam jogadores negros, muito menos permitiam que clubes da “cidade de cimento” jogassem contra clubes do subúrbio. Um grande exemplo disso está na solicitação do campeão da AFA, o Beira-Mar, time do subúrbio, que reivindicava participar do campeonato da AFLM.

Vale ressaltar não haver divisões de acesso para os campeonatos de Lourenço Marques⁵⁶. O jornal *O Brado Africano* fazia inúmeras críticas contra a exclusão dos jogadores negros, inclusive mestiços, dos campeonatos locais e externos. Conta-se que no ano de 1949, em uma partida disputada na África do Sul, entre um selecionado de Lourenço Marques contra a equipe Transval Sul, apenas jogadores brancos foram escolhidos, o 1º de Maio, já nos anos 50, também faria o mesmo, “deixando seus negros e mestiços em casa” (DOMINGOS, 2012, p. 81) por um orgulho racista e pátrio.

As críticas contra as associações estavam pautadas no viés da possibilidade de assimilação indígena, ao analisar o universo social de Lourenço Marques, fica clara essa capacidade, a comunidade europeia e o próprio governo tendiam em articular-se para a não promoção desses agentes em instâncias dos mais variados ramos sociais, incluindo-se aqui o futebol. No fim, tínhamos um indivíduo africano, de pele negra, com a cultura europeia em seu corpo e mente, mas sem oportunidades. As representatividades de figuras esportivas negras servem de respaldo para as reivindicações em Lourenço Marques, *O Brado Africano* demonstra a grande vitória e capacidade da “raça” demonstradas por Jesse Owens e Joe Louis nas Olimpíadas de 1936, na Alemanha. Estes serviram como inspiração de luta e orgulho para a comunidade suburbana de Lourenço Marques, por outro lado, para os habitantes da “cidade de cimento”, o subúrbio era um lugar desconhecido, tomado pela magia, pelo crime, enfim, pelo estereótipo (DOMINGOS, 2012, p. 81).

⁵⁶ *O Brado Africano* (18/09/1943,5 e 24/07/1943,5).

Os raros acessos ao “cimento esportivo” estavam condicionados pelos fatores da classe e do talento, quando davam “o salto”, dependiam dos critérios das organizações e das particularidades dos clubes. Além disso, já havia uma articulação do próprio Estado com o intuito de favorecer a segregação, “também” no campo esportivo. Em 1931, no Congresso Colonial de Paris, Ismael Mário Jorge apresenta uma proposta para a prática esportiva indígena em Moçambique, a proposta incentiva a separação do esporte “educativo e associativo reservado aos colonos e assimilados das práticas disciplinares a quem eram submetidos os indígenas, no âmbito da sua integração em estrutura militares portuguesas e na rede escolar” (DOMINGOS, 2012, p. 81). Dessa forma, excluem-se os indígenas. São articulações segregadoras, embasadas no racismo da época, essas práticas eram explícitas até em alguns jornais, como *O Intransigente*. Pereira (2013) destaca a nota do jornal intitulada como “Beijo a mais, miolos a menos...”. Sobre esse episódio:

A citação em questão foi retirada do jornal *O Intransigente*, criado na segunda metade de 1911. Tendo sobrevivido apenas entre o seu ano de lançamento e 1912, o semanário não aparenta ter exibido nenhuma característica especialmente inovadora em relação aos demais impressos periódicos circulantes pela cidade naqueles anos. Porém, provavelmente com o objetivo de alavancar suas vendas, em dezembro de seu primeiro ano lançou uma nova empreitada: um suplemento. De cunho humorístico, a primeira edição apresentava o seu programa: “Rir, sempre rir”. Uma das estratégias para atingir esse objetivo era a promessa de que em cada lançamento seriam publicadas charges que representassem as figuras ditas como típicas da cidade de Lourenço Marques. Uma delas era a do “vertical cá da terra”, que mostrava um desenho satírico de um homem negro claramente desajeitado por conta do uso de um fraque. Na legenda da charge dizia: “Beijo a mais, miolos a menos...”. (PEREIRA, 2013, p. 37 – 38)

A exclusão era “regulamentada” pelas leis criadas através dos órgãos portugueses em Lourenço Marques. As leis seguiam bem articuladas, a exemplo, O Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas não concedia direitos políticos nas instituições de caráter europeu, sendo os clubes pautados dessas características, tornava-se mais difícil o acesso e o direito, Zamparoni (1998) afirma que o Estatuto legalizava a figura do “não-cidadão”:

Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas das Províncias de Angola e Moçambique, que de forma definitiva, criava a figura legal do não-cidadão. A introdução que justifica o Estatuto argumenta que Portugal, “a mais antiga nação civilizadora”, não queria ficar atrás de nenhuma outra nos “pensamentos generosos e justos a respeito das populações primitivas de suas colônias” e que com a sua edição não estariam submetendo “a sua [dos indígenas] vida individual, doméstica e pública, se assim é permitido dizer” às leis políticas, aos códigos administrativos, comerciais, civis e penais dos colonizadores. A intenção era manter “para eles uma ordem jurídica própria

do estado das suas faculdades, da sua mentalidade de primitivos, dos seus sentimentos, da sua vida, sem prescindirmos de os ir chamando por todas as formas convenientes à elevação, cada vez maior do seu nível de existência. (ZAMPARONI, 1998, p. 487)

Por meio dos órgãos estatais, o sistema colonial dava um ar de legalidade à segregação. Por meio da Reforma Administrativa Ultramarina (RAU), os indígenas não poderiam formar corporações administrativas, nem associativas, incluindo associações esportivas. A Carta Orgânica do Ultramar (1929) e a RAU fiscalizavam as atividades de todas as associações, em caso de não estarem “regulamentadas” seriam fechadas pelos órgãos. A fiscalização ficava por conta da instância estatal da Direção dos Serviços Administrativos Civil (DSAC), esta, em especial, fiscalizava as atividades de recreio, esporte e estudo, todos os clubes formados tinham que estar regularizados pela DSAC. Que fique claro que as leis davam brechas para interpretação, desse modo, os indígenas não podiam “liderar as associações”, mas podiam participar e, quando participavam (sócios, praticantes), os clubes estavam sujeitos às fiscalizações da Direção dos Serviços dos Negócios Indígenas (DSNI). (DOMINGOS, 2012, p. 82). O aparato burocrático do estado é sufocante e estimula a desistência, criando uma barreira simbólica à resistência.

No ano de 1939 é criada a primeira instituição de regulamentação e promoção das práticas esportivas em Lourenço Marques, a organização pré-militar, Mocidade Portuguesa de Moçambique (MP), com um detalhe: essa instituição atendia ao público “civilizado”. A instituição é criada durante o Estado Novo de Portugal, o Salazarismo, dessa forma, Domingos (2012) aponta as similaridades entre a MP e “as *balilas* fascistas italianas” e com a “Juventude Hitleriana”. Um dos propósitos da MP era o disciplinamento do corpo, propor uma educação moral, militar e a “regeneração da raça” através dos esportes, nesses critérios os africanos estavam excluídos. Por má fé, ou preconceito, o governo dizia que as comunidades indígenas jamais se adaptariam às regras criadas pelos civilizados, daí não partilhavam dos direitos “esportivos”. Jamais conseguiriam por conta do seu “nível cultural”, assim pensava o governo.

Dessa forma, o governo português tinha como proposta a “destribalização”, inúmeros “destribalizados” não partilhavam dos mesmos direitos dos “civilizados”. De acordo com Zamparoni (1998), o racismo colonial não atingia apenas indígenas, atingia todas as populações, “chineses, indianos, mestiços”. Como problema futuro, o governo previa que essa sedimentação acabaria por formar identidades e organização de consciências entre as comunidades excluídas, dessa forma, a partir da década de 40, o governo português fará uma

abertura às populações esportivamente excluídas. A AFLM promove no ano de 1947 o clube Indo-Português.

Mais à frente, fora de nossa unidade temporal, mas é importante citar, que, em 1952, a AFLM cria a chamada 2ª divisão, essa competição era formada por uma segunda linha de clubes, em que participavam atletas negros e mestiços. O Atlético de Lourenço Marques e o Vasco da Gama passaram a integrar essa liga. Parece haver uma abertura, mas essa política é contraditória, a exemplo, o Vasco da Gama⁵⁷ é contestado pelas instâncias regulamentadoras estatais, a equipe é composta exclusivamente por jogadores “não brancos” e ter uma equipe desse porte em uma liga poderia gerar problema de gestão de ordem pública. (DOMINGOS, 2012, p. 87).

Mesmo em períodos e contextos diferentes, a história do racismo e do associativo negro em Lourenço Marques é bastante semelhante aos eventos que ocorreram no Brasil. Dessa forma, o campeão da AFA poderia ter acesso à AFLM. A formação de uma 2ª divisão cria integração e “esta dimensão da integração assinalava que a gestão social não resumia às dualidades indígena/civilizado ou branco/não branco, mas entendia-se por um espaço de classes progressivamente complexo” (DOMINGOS, 2012, p. 87-88).

Sobre essa integração, as fontes do *Anuário Estatístico de Moçambique* apontam que nos clubes e nas associações durante o ano de 1935 a porcentagem de membros negros era de 15%; em 1940, era de 14,3%; 1945, de 10,4%; 1950 tinha a porcentagem de 6,6%. Fica clara a baixa nos números. Sobre a porcentagem de mestiços: 8,7% em 1935; 12,1% em 1940; 9% em 1945; 9,3% em 1950. Tomando como um dado relevante para comparações, na mesma fonte é possível levantar a quantidade de membros dos clubes: 5.579 em 1935; 10.531 em 1945; 28.664 em 1955 e 33.814 em 1958⁵⁸. Os números conduzem a concluir que o crescimento do associativismo seguiu pautado na exclusão da população negra e que os mestiços, comparados com os grupos negros, encontravam-se “mais próximos” das atividades de esporte e lazer da população portuguesa.

Com o fim da Associação de Futebol Africana (AFA), foram integrados alguns clubes a uma 3ª divisão da AFLM, mas sem acesso ao campeão da 3ª subir para a 2ª divisão, uma forma de manter a segregação, deixando mais distantes os indivíduos, que em sua maioria são negros e mestiços, uma exclusão racista. Os jogos e as partidas ficavam nos

⁵⁷ Curiosamente, vale ressaltar que nesse período o Vasco da Gama, do Brasil, era um clube formado exclusivamente por negros e mulatos, e nesse momento foi formada uma nova liga, na qual o Vasco estava excluído. Outro exemplo semelhante do associativismo no Brasil, podemos destacar o primeiro clube a aceitar jogadores negros, *The Bangu Athletic Club*, uma agremiação do subúrbio carioca. (SOUZA, 2014).

⁵⁸ *Anuário Estatístico de Moçambique* (1935-1938).

piores horários e nos piores campos, era dada a preferência às duas primeiras divisões, a dissolução da AFA desarticula o futebol do subúrbio (DOMINGOS, 2012, p. 91). Apesar do salto de alguns clubes e atletas para a “cidade de cimento”, esse salto foi apenas geográfico, pois estes se mantiveram presos no descaso de serem tratados como se estivessem no subúrbio, como pessoas próprias do subúrbio, pessoas “não brancas”, seres que jamais deveriam sair de lá.

Apesar das inúmeras comoções, eventos, ligas esportivas futebolísticas na “cidade de cimento”, o futebol, em tempos de Estado Novo, passou a ser visto pelo estado como algo negativo. A conclusão é tirada a partir de um senso comum criado por “pedagogos, militares e médicos”, muitos desses acreditavam que a partir do implemento da educação física, esta poderia ser utilizada para a “formação moral e social”. Através da educação física, segundo os teóricos, seria possível adestrar corpos, “corpos dóceis”. Para isso, uma instância do Estado ficaria responsável pela organização dos exercícios físicos, a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), em 1935; em 1936, a Mocidade Portuguesa (MP); nos anos 40 ficou por conta do Instituto Nacional de Educação Física (INEF).

Para fiscalizar os esportes, fora do Estado, foi criada a Direcção-Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar (DGEFDSE), esta eximia um controle, em particular, sobre os eventos futebolísticos. A entidade busca regulamentar os eventos, dessa forma, a instituição cria uma lei (Decreto n.º 32 946, de 03/08/1943) que condena a realização do espetáculo de futebol sem a tutela do Estado (DOMINGOS, 2012, p. 100). Além de controlar os eventos, o objetivo em si era adequar o cidadão à ideologia do regime. Educar corpos para, futuramente, o corpo educado transformar-se em um corpo educador, transmissor de “hábitos e de representações sociais” do regime fascista.

A conclusão do Estado está em considerar o futebol como uma “antítese” de toda a “educação”, sendo uma forma de deformação física e fora dos valores cristãos e morais pensados pelo regime. Pois esse jogo promove “movimentos” não regulados, além de suscitar bebedeira e brigas, dentro dessa análise, esse esporte propicia uma assimilação negativa. Em 1932, as partidas de futebol chegam a ser proibidas na “cidade de cimento”, pois o Estado afirma a existência de malefícios nessa prática. O embasamento “científico” segue justificado em bibliografias como *O Futebol Tornado Perigo Social*, de 1928, escrita pelo então tenente e professor de Educação Física Artur Rabelo Almeida, *L'Ésport contre L'éducation physique*, de Georges Herbert, *L'éducation physique de lar race*, de Phillippe Tissiè, e *A educação Intelectual, Moral e Física*, de Herbert Spencer.

As teorias desses livros explanam sobre a adaptação do indivíduo ao meio social através de práticas da educação física, para esses teóricos, determinados exercícios físicos condicionavam à obediência colonial, a partir dessas teorias e do método “científico” de Ling (DOMINGOS, 2012, p. 102-103). Dentre outras noções obtidas a partir dos exercícios físicos, além do desenvolvimento da moral e do cristianismo, estava a “herança da latinidade”, o entusiasmo, o patriotismo, o amor próprio, o sentimento de honra, a esperança e a fé. A educação física, nesse caso, seria uma reguladora social. Então, que movimentos são esses que essa teoria científica fala?

Os movimentos “puros”, “adequados”, que não promovem condutas “desviantes” são, segundo Domingos (2012-2006), aqueles advindos da suspensão, da promoção de apoio, movimentos que em suas execuções almejam o desenvolvimento do equilíbrio, condutas regulares em movimentos retilíneos, como a marcha; práticas que envolvem a força e a retidão, como a corrida; práticas que trabalham movimentos harmônicos, concordância e esforço, como a ginástica. Dessa forma, as atividades esportivas deveriam ser simétricas, “sem desvios”, tanto nas condutas como nas práticas. Isso justifica a promoção de eventos esportivos, em *O Brado Africano*⁵⁹, organizados por militares, dentre os quais se registram eventos como: marcha, corrida, competições de lançamento de peso, de trepar, de equilíbrio, de nadar, de transportar e de levantamento de peso. Essas atividades desenvolveriam um *habitus* motor. Segundo essa “ciência”, os movimentos “retilíneos”, típicos da ginástica, expressariam condutas como a “calma e a determinação”, já os movimentos “curvilíneos”, típicos de esportes, especialmente o futebol, promoveriam condutas negativas, como a “indecisão” (DOMINGOS, 2012, p. 106).

A teoria não ficava presa apenas na questão do corpo, havia também o detalhe do espaço físico, o local da execução dos movimentos deveria seguir certos padrões, tais como: lugares fechados, medidos e organizados por cruzamentos de linhas retas, separava-se o indivíduo do seu universo social. Segundo os teóricos da educação física, era necessário um controle disciplinar dos espaços, em especial nas escolas, onde eram evitados esportes “desregulados” como o futebol. Era, ainda, necessária a divisão sexual dos exercícios físicos, de acordo com o “papel social” de cada indivíduo, para tanto, foi necessária a criação da Mocidade Portuguesa Feminina. No ano de 1937, ocorreu a “separação sexual” (DOMINGOS, 2012, p. 110). Abro um “parêntese” para destacar o quanto são semelhantes os fascismos na história, destaca-se o racismo, a purificação da raça, ações misóginas em suas

⁵⁹ *O Brado Africano* registra competições desse cunho nos anos 30, 40 e 50.

bases, obedecendo a sincronia e a diacronia, sem o pecado do anacronismo, mas muito disso ainda se vive na contemporaneidade sob outra configuração.

Sobre a separação dos sexos, os exercícios devem condicionar os homens a uma posição firme para todas as necessidades sociais, desenvolve-se um caráter de defesa nacional, uma afirmação de personalidade hábil e viril para a luta. Já as mulheres, a partir dos exercícios, seriam condicionadas para a vida “familiar e fecunda”. Documentos da Assembleia Nacional destacam algumas questões relacionadas ao mundo feminino nos esportes, dentro do viés do regime. Dessa forma, a mulher era “defendida” dos grandes esforços musculares masculinos, caso contrário, seria uma aberração. A mulher, pela “delicadeza” do sexo e por sua condição natural materna e educadora, deve impulsionar-se aos exercícios de ginástica, em técnicas adequadas⁶⁰. Em suma, a mulher é condicionada aos espaços domésticos e o homem à defesa nacional, e, para ambos, a teoria acarretaria o surgimento de trabalhadores produtivos para a nação.



Figura 4: Mocidade Portuguesa nos anos 50

Fonte: <https://www.pinterest.com/pin/84864774205222075/>

Desse modo, o Estado procurou corrigir as práticas “desreguladas” na “cidade de cimento”, na sua visão, o espaço urbano encontrava-se “doente, imprevisível, conflitual, indeciso”, em função das promoções “desreguladas”, como o futebol. As associações esportivas, durante o regime, eram consideradas como espaços “subversivos”, pois nesses meios, além de promoverem-se vícios, discutia-se a política, algo que o governo repudiava (DOMINGOS, 2012, p. 112-113). Alguém que pensa fora da lógica do Estado era considerado subversivo, almejava-se formar um indivíduo incapaz de “pensar, de escolher e

⁶⁰ *Diário da Assembleia Nacional*, sessão n. 39º da Assembleia Nacional, 25/02/1939.

decidir”, que seja capaz de receber informações fornecidas por seus líderes e, sem investigar, disseminar ao próximo (PEREIRA, 1939, p. 50).

Em Lourenço Marques, durante o Estado Novo, todos os espaços de manifestação política encontravam-se praticamente fechados, censurados pelo sistema, enquanto isso, os espaços futebolísticos estavam abertos aos protestos. Mesmo com todas essas tentativas de controle e regulamentação da sociedade futebolística, foi impossível para o Estado eliminar ou mesmo controlar a atividade esportiva do futebol, pois este é, como “assertivamente” o Estado o classificou, de fato, um desviante, um *outsider*, o *daimon*, um sobrevivente. Como comentamos anteriormente, para praticar esse esporte, basta o improviso e isso não faltou no “subúrbio”. Partiremos agora para uma análise do futebol no subúrbio.

2 - O FUTEBOL NO SUBÚRBIO DE LOURENÇO MARQUES.

2.1 O processo de disseminação do futebol no subúrbio de Lourenço Marques

“Desde então, o futebol alimentou a propaganda luso-tropicalista. Uma parte da população do subúrbio se sentiu representada por aqueles atletas e, ao mesmo tempo, integrada na ‘modernidade’”.

(Marzano e Domingos)

Em Lourenço Marques, o futebol não se limitou apenas ao espaço do “cimento”. Registros apontam a existência de clubes esportivos no subúrbio desde 1910, tanto em *O Africano* (registros a partir de 1910) quanto em *O Brado Africano* (registros a partir da década de 1920). Há registros da realização de uma diversidade de jogos de futebol nos anos que seguem 1926. Com informalidades e improvisos, o futebol passou a ser disseminado no subúrbio⁶¹. Sobre os números gerais do que é a “cidade de cimento” e o que é o subúrbio, Zamparoni (1998) faz essa reflexão na citação que é refletida após o gráfico abaixo:

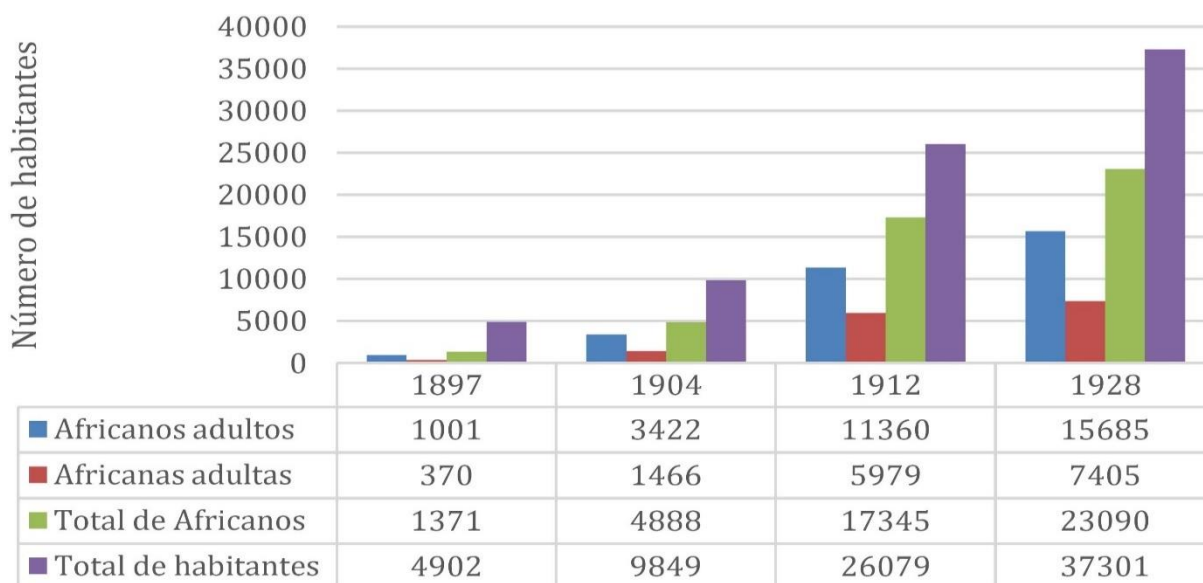


Figura 5: Crescimento populacional de Lourenço Marques (1900 – 1930)

Fonte: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000100204

O *Recenseamento da População da cidade de Lourenço Marques e Subúrbios*, de 1912, aponta que a cidade ___ assim definida a área urbana propriamente dita, com cerca de 6,4 km² ___ contava com uma população

⁶¹ *O Brado Africano*, 12/06/1926 e *O Africano* 28/10/1911.

de 13.353 pessoas, das quais 5.324 eram *brancas*, 304 *amarelas*, 2.030 *pardas* e 5.595 *pretas*. Os chamados *subúrbios*, compreendendo uma área circunvizinha de 41,25 km², tinham uma população total de 12.726 pessoas, das quais 236 eram *brancas*, 69 *amarelas*, 771 *pardas* e 11.649 *pretas*. No cômputo geral do que poderíamos chamar de aglomerado urbano, temos um total de 26.079 pessoas, das quais 66,5% eram negras, 10,75% pardas, 1,43% amarelas e cerca de 21,3% brancas. Mesmo considerando-se apenas o perímetro restrito da chamada *cidade*, temos que os negros representavam 42,64%, os brancos 39,87%, os pardos 15,2% e os amarelos 2,27%. Para controlar, vigiar e fazer cumprir toda esta parafernália legislativa, a cidade contava, nesta altura, com 102 policiais brancos e 32 negros, ou seja a média de um policial para cada 194 habitantes. (ZAMPARONI, 1998, p. 293 – 294)

Seguindo a “estruturação” do subúrbio, aos poucos surgem os primeiros clubes, podemos citar, por exemplo, o *Mashakeni Football Becksing Club* (1911), *Buranga Club* e o *Club Esperanto* (1912)⁶². Sobre o “aos poucos surgem os primeiros clubes”, Domingos (2012) afirma que, mesmo com os processos de segregação urbana, havia uma pequena linha de contato entre o grande centro e a periferia e é a partir desses contatos que o futebol ganhará o subúrbio. Instituições missionárias católicas acabaram por disseminar essa prática. A esfera militar também a fomenta a partir da dedicação de seu tempo ao lazer, dessa forma, religiosos e militares têm papel fundamental para o processo de disseminação. Vale ressaltar que o futebol não fazia parte das atividades curriculares tanto da igreja⁶³ como do exército (no subúrbio), mas foram introduzidas a partir do tempo de lazer (DOMINGOS, 2012, p. 119). No ócio, praticava-se o futebol.

A partir do contato entre militares portugueses e militares indígenas, os primeiros jogos foram organizados por esses batalhões durante os anos de 1927 e 1932. A militarização indígena era algo regulamentado por leis e órgãos do Governo. Os indígenas só tinham aberturas facilitadas para compor as zonas de morte, a exemplo, no exército, eles assumiam as frentes de lutas. Sobre a militarização:

António Ennes, Comissário Régio em Moçambique, em sua *Organização das Forças Militares Regulares e Irregulares* estabelecia que o recrutamento compulsório, se necessário, deveria ser feito com o apoio dos potentados *indígenas*, e que os 1.143 recrutas para as forças regulares deveriam ser oriundos de distritos diferentes daqueles em que as tropas estivessem aquarteladas e servir por um período de cinco anos. Criava ainda uma força irregular formada por 4.784 sipaios que eram obrigados a prestar três anos de serviços, deveriam, neste caso, agir também como força policial e serem

⁶² *O Africano*, 28/10/1911, 01/03/1912.

⁶³ O Estatuto das Missões Católicas de África e Timor não referenciava nenhuma ação na área da educação física e do desporto. Decreto nº 12485 (13/05/1926).

recrutados nas localidades onde *asensacas* estivessem estacionadas em tempo de paz. (ZAMPARONI, p. 133)

Vimos que os principais disseminadores do futebol pelo subúrbio foram o exército e as missões religiosas, mas outra via também carrega extrema importância para a dinâmica dessa prática. Os contatos de sociabilidades a partir do mundo do trabalho carregam uma grande gama de trocas culturais, nessas trocas, o futebol acabou vindo junto. Em um novo mundo arregrado pelas locomoções das necessidades capitalistas, acabava acarretando grande circulação de trabalhadores nas regiões próximas à Lourenço Marques, principalmente na região de fronteira com a África do Sul e também pela região do Transvaal, região de intenso movimento de trabalhadores que seguiam para zonas diversificadas de trabalhos, em especial, a atividade férrea e mineradora. Nas estradas da Zixaxa (Moçambique) e Lydenburg (África do Sul) e bairros como Munhuana, Xipamanine e Chamanculo (mais urbanizados da região de Lourenço Marques) é que o futebol suburbano dará seus primeiros pontapés (DOMINGOS, 2012, p. 120). Outras áreas também foram de intensa circulação e nelas transitaram práticas, valores, objetos, formas de vida e também práticas de lazer, a demanda capitalista acabou proporcionando contatos do sul ao norte:

A crescente demanda de produtos alimentícios para abastecer Lourenço Marques e de matéria prima para a exportação, associadas à construção do caminho de ferro rumo às minas do Transvaal, que criou as facilidades de transporte para melhor atingir as férteis terras aluvionais dos vales dos rios Matola, Tembe e Umbeluzi, que rodeavam a cidade de Lourenço Marques, e do rio Maputo, ao Sul da Baía, e Incomati e Limpopo, ao Norte, vales nos quais se concentrava a maior parte da população e produção camponesa. (ZAMPARONI, 1998, p. 58)

A partir dessas três vias, religiosos, militares e sociabilidades do mundo capitalista, ocorreu o processo de disseminação do futebol pelo subúrbio de Lourenço Marques. Não podemos deixar de fora a grande influência do futebol inglês vindo da África do Sul. Ainda falando em futebol na África do Sul, Nuno Domingos (2012) explana que por lá esse esporte é praticado desde o último quartel do século XIX e, como já abordamos, na década seguinte, o esporte será o mais popular entre a população negra daquele país, a exemplo, em 1897, na África do Sul, já existia uma associação formada exclusivamente por “negros”, o *South African Coloured Rugby Football Board* (DOMINGOS, 2012, p. 121). Voltemo-nos ao subúrbio e seus jogos de bairros.

2.2 Sobre os jogos de bairro

Sobre a lógica de um grande improviso e promovido por inúmeros agentes, as primeiras performances futebolísticas foram os chamados jogos de bairros. Pé descalço, bolas feitas de meias, aqui iniciavam as “peladas”. Momento de promoção de sociabilidades entre crianças, jovens e adultos. A maior figura do futebol “moçambicano” cresceu batendo peladas no Bairro do Chamanculo, Mário Coluna, capitão da seleção portuguesa. Os jogos aconteciam a partir dos desafios entre bairros, apostavam latas de castanha de caju, não havia marcação do tempo nas partidas, quem marcasse os primeiros quatro gols ficava com toda a aposta. Coluna havia jogado em uma equipe suburbana intitulada *Acrobático*, equipe patrocinada por João Albasini. Esse clube organizava festas e bailes, com o dinheiro levantado compravam mais caixas de castanha de caju para apostar na sequência de jogos (DOMINGOS, 2012, p. 122).

Parece de uma simplicidade apostar castanhas de caju, mas essa fruta carregava consigo um duplo aspecto dentro da cultura em Lourenço Marques. Na cosmovisão daquela região, em especial o Sul, o caju era algo sagrado, existe uma relação muito forte entre a natureza e o homem. O outro aspecto está na própria economia do caju, as fontes bibliográficas, principalmente no trabalho de Zamparoni (1998), destacam esse duplo aspecto que aparece com muita clareza. São registradas fábricas cuja economia tem como matéria prima o caju e a própria castanha. Além disso, a fruta servia para alimentar de uma maneira diversificada as inúmeras famílias do subúrbio. Sobre a cosmovisão:

Na cosmovisão hegemônica no Sul de Moçambique, como de resto em muitas outras sociedades africanas, há uma indissociável relação entre a natureza e o homem, de maneira que qualquer ação que desequilibre a harmonia das forças naturais pode por em risco a saúde individual e do grupo social²⁴⁰. Assim, por exemplo, as árvores frutíferas nativas que asseguravam alimento e frutos para a fermentação de bebidas — *ncanhe*, *nqüenga* e cajueiro — eram cercadas de rituais; antes de cortá-las era necessário proceder a ritos especiais. Havia também uma série de tabus associados aos diversos produtos e atividades agrícolas ou de pastoreio; alguns excluindo homens, outros excluindo mulheres ou mulheres menstruadas, grávidas, puérperas, viúvas, ou ainda, proibição de se cultivar nos dias considerados sabáticos (ZAMPARONI, 1998, p. 85).

Zamparoni (1998) também destaca a indústria de transformação da castanha do caju, essa atividade industrial era considerada como trabalho sujo, pesado e mal remunerado. Enquanto o sistema colonial via tal fruto como algo para obtenção de lucro, as comunidades do subúrbio viam como algo sagrado e para uma alimentação diversificada, principalmente

em bebidas. A partir dessa disputa entre dois campos, surge o antagonismo, a disputa entre as duas vias. Logo, circulam as notícias de que os pés de caju do subúrbio seriam cortados, tudo isso em detrimento industrial, um favorecimento capitalista colonial. Defensor dos interesses da terra, *O Africano* reage em publicação denunciando tal ato. O jornal destaca o uso da fruta para a produção de algo que “envenenaria” a população, o jornal faz referência às bebidas alcoólicas produzidas a partir da fruta⁶⁴, o que daria um significado totalmente contrário aos valores e costumes dos povos pertencentes àquela região.

Neste trabalho, já foi registrado, através dos jornais, que se jogava praticamente em todo lugar. Vale também destacar a partir do cruzamento de fontes jornalísticas e bibliográficas, principalmente no trabalho de Nuno Domingos (2012), particularmente no acesso de suas entrevistas com jogadores daquela época, em especial aqueles que jogaram pelo subúrbio. Desse modo, destacamos as falas de Issufo Batata, jogador e treinador de uma diversidade de equipes do subúrbio de Lourenço Marques, Batata destaca que durante a década de 40 “em todo lugar se jogava”, depois da escola todos corriam para o futebol.

A forma de jogo mais popular era o chamado “mete a três”. Funcionava do seguinte modo: montavam as balizas com a matéria prima do subúrbio, o “caniço”, sem traves, quem marcava os três gols ia para a baliza. Sob a lógica de um grande improviso, jogando com “bolinhas de tênis”, borracha, meia e, com a pior de todas, a chamada “bola de porco”. Quem cabeceava uma “bola de porco” corria o risco de cortar a cabeça (DOMINGOS, 2012, p 122). Nos bairros de Mafalala e Chamanculo era comum jogar e apostar dinheiro, há registros de partidas no Campo da Glória e São José (subúrbio), jogos organizados pela missão no Largo da Igreja. Jogar por dinheiro significa a incorporação de uma economia de trocas a partir de contatos entre o “cimento” e o subúrbio. Nos jogos que envolviam dinheiro, geralmente usavam a lógica de jogo sem marcação do tempo, o mais comum era “dois vira e quatro termina⁶⁵”.

A dinamização do futebol no subúrbio fez surgir as rivalidades futebolísticas entre os bairros, em especial os vizinhos. A época mais frenética desses espetáculos ocorreu durante a década de 40 e 50. Nesse ambiente, surgirão os clubes de bairros, clubes informais, que recebiam seus nomes inspirados em equipes que faziam sucesso naquela época. Times como Benfica, Botafogo, Arsenal. Um dos mais conhecidos jogadores de Moçambique, Eusébio,

⁶⁴ *O Africano*, 15/11/1913, 31/11/1912 e 22/07/1916.

⁶⁵ Nessa modalidade de partida, após o primeiro time marcar dois gols, mudam de lado no campo, assim se encerra a primeira etapa. A equipe que chegar aos quatro gols vence e finaliza a partida. Nessa modalidade, a partida pode durar alguns minutos, como também prosseguir por horas. Em caso de uma longa duração, as equipes vão aos pênaltis, isso acordado entre as duas equipes.

havia se inspirado em um brasileiro que morava em Lourenço Marques naquela época, a ponto de Eusébio assumir a alcunha do nome de sua inspiração. Falava-se de um brasileiro chamado Néne, jogador do Bairro de Mafalala, que jogava descalço. Eusébio também tinha como inspiração o argentino Alfredo di Stefano, grande astro do Real Madrid (DOMINGOS, 2012, p. 124). Sobre Eusébio e o subúrbio:

Descrito na sua biografia como um espaço harmônico, pontuado por todo um “exotismo africano”: “o bairro indígena, aglomerado negro, tinha uma vida e um colorido especiais que nunca mais esqueci ...” (...) “o bairro de Xapamanini é um mundo repleto de movimento, onde há de tudo, desde o cinema ao comércio”: (...) “neste vaivém cruzamos-nos com nativas, pitorescas nos seus trajes, esguias e elegantes...” (Eusébio , 1966, p. 19); (...) “são assim os nossos bairros, coloridos, vivos e agitados” (Eusébio , 1966, p. 20). Neste terreno imperial onde “havia de tudo”, Eusébio era representado no papel de jovem membro de uma classe trabalhadora respeitável, composta por “bons rapazes”,⁷ estudiosa, trabalhadora, cristã: o negro idealizado do colonialismo português. Apesar do contexto de enorme precariedade dos subúrbios de Lourenço Marques, é normal que os seus habitantes guardem memórias positivas de um espaço que em grande medida construíram. Embora a descrição da periferia africana ser afim de um olhar exterior sobre África, misto de exotismo com propaganda, é provável que ela se aproximasse de algumas das memórias de Eusébio. (DOMINGOS, 2014, p. 165-166)

As partidas oficiais do subúrbio seguiam as regras do *fooball association*, mantendo a maioria das formalidades, como a presença de um árbitro. Diferentemente das peladas de bairros, que também contam como formas de jogos do subúrbio. Mas estas acontecem com números variáveis de jogadores, em campos improvisados ou no meio da rua, a duração do tempo é incerta, são jogos adaptados. Nas partidas formais, era comum haver pagamento para assistir ao espetáculo. Apesar de haver uma demarcação entre a pelada e o futebol formal da AFA, o dito futebol, sob regras, tem sua essência na informalidade das peladas, em que se prega a malícia, a ginga e o espetáculo da alegria do futebol suburbano.

Nas partidas registradas⁶⁶, há sempre um numeroso público e uma participação diversificada, que inclui meninas, senhoras, crianças. Na falta de arquibancadas, os espectadores traziam “bancos”, cadeiras, caixotes; o público interagiu com canções, barulho, batucada e danças, um verdadeiro espetáculo. Cada bairro tinha o seu “herói” local, aquele jogador destaque. Nas apresentações, os clubes tinham todo cuidado com a estética e padronização de seus uniformes, era comum, pois, fazia parte da assimilação, vestir-se como os europeus se vestiam para jogar. Mais tarde, com a institucionalização dos clubes, estes

⁶⁶ O Brado Africano 06/05/1933.

exigiram de seus associados a responsabilidade de obter o equipamento completo para praticar o esporte, isso inclui camisa, calção, meias e chuteira (DOMINGOS, 2012, p. 136). Clubes como O Grupo Desportivo João Albasini, Beira-Mar e Sport Nacional Africano usavam de grande formalidade em seus uniformes.



Figura 6: Eusébio no Sporting de Lourenço Marques

Fonte: <http://www.ocuriosodofutebol.com.br/2017/01/eusebio-no-sporting-de-lourenco-marques.html>

Os jogos do subúrbio são extremamente abertos, por lá, aceitavam qualquer indivíduo nos campos, diferente do que ocorria na “cidade de cimento”. As entrevistas de Domingos confirmam esse processo de maior abertura na aceitação de uma diversidade de praticantes. As falas de Issufo Batata afirmam que o subúrbio é um local “sem distinção”, para jogar ali, “não se exigem documentos”, não se olha a condição social, se é indígena, assimilado ou branco. No subúrbio não se atentava a essas questões, apesar de Hilário (jogador moçambicano que representou Portugal) relatar nunca “ter visto um branco a jogar no subúrbio”, não por exclusão, mas por opção, pois Batata afirma que quem quiser jogar por lá, que jogue. Até nos clubes cuja formação tinha uma essência extremamente religiosa era comum aceitar a todos, sem restrição de religião, as fontes destacam que somente um clube religioso tinha essa regra de aceitação com exceção, o Mahafil Isslamo; já o Atlético Mohametano, clube muçulmano, e o São José, clube de vertente cristã, estavam abertos a todos (DOMINGOS, 2012, p. 137). Em suma, através de uma análise comparada, podemos afirmar quão maior é a abertura no subúrbio.

Alguns clubes acabam promovendo a exclusão social, pois para participar era necessário ter um material completo. Nesse caso, em um mundo de crescente capital, como pensa Marx (1974), as condições materiais de existência determinam a participação em alguns clubes. Em um lugar composto por uma maioria negra, o fator classe começa a pesar e determinar a participação em alguns clubes, repito, alguns. *O Brado Africano*, por exemplo, destaca que no ano de 1943, as profissões dos atletas que compunham o Beira-Mar eram: “cinco tipógrafos, um encadernador num jornal, cinco serralheiros, um motorista, um empregado comercial, um empregado de farmácia, um estofador e um datilógrafo⁶⁷”, para aquele contexto, essas eram profissões privilegiadas. Desse modo, não era bem “qualquer um” que jogava o futebol da AFA, em reação a isso, existiam as peladas que apostavam castanhas.

Quando a condição material não proporciona a inclusão, pois até então para jogar tem que haver certa estabilidade financeira, não sendo possível “ao miserável” ou ao “desgraçado” jogar o futebol padronizado, tinha que ser “filho de fulano de tal que tem na sua casa, seu negócio”, comprar chuteira, caneleira, joelheira, calção... não era fácil nesses tempos (DOMINGOS, 2012, p. 137). Mas, em contrapartida, havia uma forma de superar a condição material através do talento. Geralmente, um jogador talentoso recebia a via de um patrocínio e acabava ascendendo à condição de praticante e, futuramente, almejando um emprego. Quando a rivalidade tornou-se intensa, dava-se preferência em contratar sujeitos assim, talentosos.

No subúrbio, a posse de uma chuteira significava um rito de transição das peladas de bairro ao futebol organizado⁶⁸. Nos futuros jogos institucionalizados, o uso da chuteira torna-se obrigatório, aqueles que tinham o hábito de jogar descalço, quando jogavam de chuteiras, muitos não se adaptavam, dessa forma, alguns ficavam pelo caminho. Devo salientar que por experiência, e mesmo em um ambiente de tempo e espaço diferentes, essas ações ainda ocorrem da “mesma maneira”. A partir da minha experiência no meio futebolístico, já presenciei casos de atletas que não conseguiam jogar de chuteiras, no meio da partida, tiravam-nas. De fato, a dinâmica era totalmente diferente ao jogar descalço, também presenciei muitos jogadores talentosos ficarem pelo caminho. Expostas as formas de jogos, dirigir-nos-emos ao processo de institucionalização do futebol suburbano.

⁶⁷ *O Brado Africano* 10/07/1943.

⁶⁸ Com o perdão do anacronismo, essa condição é válida para muitas realidades do futebol suburbano no Brasil. No final dos anos 90, lembro que ganhei minha primeira chuteira de um primo que morava no centro da cidade, estava rasgada, depois de conserta-la, passei a outro patamar, pois agora tinha uma chuteira. Na época, jogava em um clube do subúrbio de Bacabal-Ma, a Portuguesa, clube que aceitava crianças de pés descalços. Com a chuteira, pude ser aceito em um clube do centro, o Real Madrid.

2.3 A institucionalização do futebol no subúrbio de Lourenço Marques

O processo de institucionalização do futebol suburbano ocorreu a partir das articulações individuais dos clubes comovidos pelos jogos de bairros e pelas ações estruturadas da Associação de Futebol Africana. Essa ação conjunta fez crescer uma rede de sociabilidades que resultou na ação do associativismo esportivo. Com clubes formados por uma gama de agentes históricos distintos, tanto em praticantes quanto em espectadores, desenvolveu-se a partir daí um hábito de lazer pelo consumo do jogo de futebol.

A institucionalização do chamado futebol suburbano em Lourenço Marques ocorre nas décadas de 20 e 30. A equipe mais antiga do subúrbio, o Mahafil Isslamo, já tinha suas atividades estabilizadas em 1915, ano de sua criação. Esse clube era formado por muçulmanos advindos da ilha Comores, o clube além de promover a prática esportiva também promovia assistência social e ensino aos seus membros. Sobre as raízes que desencadearam o surgimento desse clube, Zamparoni (1998) aponta a grande ajuda de outra instituição, a Anjuman Anuaril Isslamo:

Em 1912, surge uma nova associação pretendendo suprir a lacuna deixada pela anterior. Foi então criada, pelos afro-maometanos, a Anjuman Anuaril Isslamo que, além de manter a escola, desenvolvia atividades assistenciais, independentemente da origem social do crente, tais como custear enterros, socorrer famílias pobres, para o que construiu quatro barracas de madeira e zinco. Para congregar a juventude, esta associação patrocinou a criação, em 1915, do Grupo Desportivo Mahfil Isslamo, tendo construído, com dinheiro de uma subscrição, um campo de futebol em Kokolwewne-Minkadjuíne, nos subúrbios de Lourenço Marques. (ZAMPARONI, 1998, p. 456)

Com um público formado por muçulmanos de diferentes origens: filhos de pai indiano e de mãe negra, negros convertidos ao islamismo e por indianos e mestiços, enfim, uma conjuntura extremamente diversificada culturalmente. Será a partir dessas divergências culturais que acarretarão conflitos religiosos, criando atritos entre os muçulmanos africanos e indianos. Dessa rivalidade surgirá outro clube, o Grupo Afro-Maometano. Para deixar mais claro esse processo de cisão entre os grupos muçulmanos e expor os principais problemas, Zamparoni (1998, p. 456) destaca:

Em 1927 que ocorreu um conflito que tornou mais explícitas as divergências entre os muçulmanos de origem indiana e os africanos. Estes últimos, organizados no *Grupo Afro-Maometano*, eram partidários de que as escolas da comunidade ensinassem a língua portuguesa e que os preceitos islâmicos deveriam ser difundidos nesta língua e mesmo em ronga. Tais práticas já

ocorriam desde 1907, quando Ahmad Dulla Ismael passou a traduzir os textos e livros escolares árabes para o ronga e os afromaometanos seguiam esta orientação na escola que dirigiam, localizada no bairro da Malanga, um dos mais populosos dos subúrbios laurentinos. Acontece, porém, que os maometanos indianos opunham-se a tal prática, exigindo que o ensino fosse ministrado somente em árabe e, exclusivamente, baseado no Alcorão. Tal discordância acarretou a invasão da escola por parte destes, já que o prédio onde a mesma funcionava pertencia à comunidade, sobre cujos destinos tinham hegemonia.

Entre o final dos anos 30, havia quase duas dezenas de clubes espalhados pelos subúrbios de Lourenço Marques, eles tinham seus regimentos aprovados pela administração colonial. O Mahafil Isslamo, por exemplo, submeteu seu estatuto à ação oficial em 1929, como regras e objetivos, o clube apontava que “pretendia congregar indivíduos maometanos de ambos os sexos, sem distinção de raças, nacionais ou estrangeiros, de conduta irrepreensível” (ZAMPARONI, 1998, p. 456). A aceitação de pessoas para esse clube estava estritamente ligada aos valores e condutas compatíveis com sua religião, o islamismo. Tendo, inclusive, a aceitação de mulheres, coisa rara para uma história que de fato sempre foi dos “homens” no tempo. Até então não foi registrada a participação de mulheres nesse esporte.

Mohamed Sicândar, então presidente do Victória de Malanga, havia passado um período na África do Sul, ao regressar, traria inúmeras contribuições para organizar os jogos no subúrbio de Lourenço Marques. Com o apoio de mais dois dirigentes de clubes, Castigo Miglietti (Tigre Gulama) e Samo Matafene (Clube Internacional), Sicândar organizaria uma competição semelhante às que ocorriam na África do Sul, juntos, ainda, fundariam em 1924 a Associação de Foot-ball Africana, AFBA, que mais tarde passaria a ser conhecida como Associação de Futebol Africana (AFA) (DOMINGOS, 2012, p. 125).

Victoria da Malanga foi o primeiro clube a ganhar um campeonato oficial organizado pela AFA, em 1925. Em 1926, o Malanga muda seu nome para Prime Rose; em 1929, o Prime passa a chamar-se Beira-Mar. Durante a realização de jogos no subúrbio, nas décadas de 20 e 30, os registros de *O Brado Africano* apontam a presença de outros clubes, como o Grupo Universal de Football, *Zebra Club*, *Espring Boat*, *New King*, essas são equipes de fora que iam jogar no subúrbio⁶⁹.

Vimos que no subúrbio, ao jogar, apostavam-se castanhas e dinheiro, Mohamed Sicândar traz algo novo de suas viagens para a África do Sul, por lá, Sicândar havia notado que as equipes lutavam por um troféu. Essa novidade acabou entrando nas competições de Lourenço Marques (DOMINGOS, 2012, p. 126). De fato, podemos afirmar que o modelo de

⁶⁹ *O Brado Africano* 19/07/1919 (*Zebra Club*), 14/01/1920 (*Espring Boat*), 12/05/1928 (*New King*)

futebol da África do Sul, ou melhor dizendo, o estilo inglês, também influenciou e inspirou as ações do mundo do futebol no subúrbio de Lourenço Marques, desde os nomes de algumas equipes, como na forma e na modalidade de reconhecimento do jogo e dos atletas em méritos, neste caso, troféus e medalhas. O dinheiro passa, as castanhas se vão, mas aquele troféu é para sempre, é algo dos atletas, um lugar de memória e narrativas futebolísticas que passarão de uma geração para a outra, a história e o reconhecimento do atleta e sua representatividade para o bairro. Assim, mesmo que diferente, o futebol passa a sensação de que todos pertenciam a um novo coletivo.

Até meados da década de 30, *O Brado Africano* destinava suas narrativas somente ao futebol da “cidade de cimento”, dava-se pouca importância ao futebol do subúrbio. Mas, a partir do endurecimento da administração local com a proibição de associações políticas, não apenas os clubes, mas também o jornal, usam do associativismo como forma de movimentos de protesto. O Tigre Gulama, por exemplo, clube fundado em 1920, rebatiza seu nome em homenagem a uma das principais figuras do associativismo em Moçambique, o clube é rebatizado como Desportivo João Albasini, redator de *O Brado Africano* e grande figura do Grémio Africano de Lourenço Marques. Clubes como O Clube Internacional e Sport Nacional Africano estavam ligados às associações pan-africanistas, estavam próximos do Congresso Nacional Africano e do Partido Nacional Africano (fundado em Lisboa em 1921). Outro que também possui ramos políticos anticoloniais é o clube fundado pela Igreja Luso-Africana, que funda o Luso-Africano, uma das mais fortes organizações religiosas de caráter messiânico do Sul de Moçambique, possuía raízes ligadas ao Grémio Africano (DOMINGOS, 2012, p. 126-127).

Em 1930, pela primeira vez, de maneira regulamentar e com calendário, foi realizado o campeonato de futebol da AFA. Diferente da Associação de Futebol de Lourenço Marques (AFLM), a AFA era mais aberta à participação de atletas negros, inclusive no subúrbio já existiam clubes compostos por esses agentes. Sobre esse campeonato e as ligas, Zamparoni (1998) faz uma discussão pela qual aborda o desenvolvimento das práticas racistas e um comparativo entre as duas ligas:

O futebol, longe de ser um esporte de conagração e um espaço lúdico, tornou-se, nesta conjuntura, num momento privilegiado em que as práticas racistas entre negros e mulatos se expressavam. Lourenço Marques contava com duas Associações de futebol, uma, a oficial da Colônia, denominava-se Associação de Futebol de Moçambique e a ela só podiam estar afiliados os clubes compostos por brancos nos quais a presença de jogadores de “cor” estava limitada a três por equipe. Assim criou-se a Associação de Futebol

Africana, para organizar campeonatos paralelos e congregar as equipes “africanas”, e em 1930, tinha nove clubes afiliados: Vasco da Gama, Sporting Club Azar, Grupo Desportivo João Albasini, Grupo Desportivo Beira-Mar, Grupo Desportivo Mahafil Islamo, Grupo Atlético Luso-Africano, Grupo Internacional Africano, Grupo Desportivo Nova Aliança e Atlético Club Mahometano; no ano seguinte, o número de clubes filiados subiu a doze¹⁴⁴⁴. Esta multiplicidade revela, por um lado a pululante vida desportiva, que alguns lamentavam porque consideravam que atraía “*todas as atenções dos africanos*”, e revela, por outro, a fragmentação opondo pessoas e facções da pequena burguesia filha da terra que opunha negros e mulatos. (ZAMPARONI, 1998, p. 518)

O racismo, muitas vezes explícito pela pretensão colonial e recalcado em muitos agentes, quando as partidas iniciavam, vinha à tona. Nos momentos de confusão e brigas, as agressões racistas vinham de todos os lados. O fechamento com solenidade do campeonato iniciado em 1930⁷⁰, tendo sua premiação em março de 1931, em que o campeonato foi vencido pelo Mahafil Isslamo, trouxe consigo uma série de conotações políticas e raciais em prol da unidade esportiva:

A solenidade de entrega dos troféus do campeonato, recém terminado em dezembro de 1930, se deu num clima de tensão e a maioria dos oradores apelou para a necessária unidade, não só para o avanço do desporto, mas para a consciência dos negros. Bento Mesquita Pimentel, eleito tesoureiro da Associação de Futebol Africana para o ano de 1931, afirmou que alguns clubes tinham se embrenhado em celeumas e fomentado “*mal-querenças, tão prejudiciais à nossa vida coletiva*”, que, além de antidesportivas, eram “*desprestigiosas à nossa dignidade de africanos*”. Francisco da Silva, presidente do Grupo Desportivo Beira-Mar, argumentou que o crescimento do esporte no meio africanista só seria viável com a união, “*esmagando o jugo anti-negrófilo que tem semeado há muitos anos o ódio de raça nesta cidade [...] eliminemos o ódio que há entre mestiços e verdadeiros africanos e ambos lutemos contra esses agressores, mostrando-lhes que somos uma raça nova, cheia de vida, que chega impetuosa à civilização*”. Apesar destes apelos, a situação não se amenizou e, como vimos acima, Enoque Libombo, que na solenidade representou o Grupo Internacional Africano, continuou sua pregação para a criação do Instituto Negrófilo, que ocorreu um ano depois e, segundo Raúl B. Honwana, o clube esteve na origem da criação do Instituto¹⁴⁴⁸. No início de 1931, o clube mudou sua designação para Sport Nacional Africano, retirando-lhe o designativo “Internacional”, acompanhando a onda nacionalista preconizada pelo salazarismo e corporificada no Acto Colonial, editado no ano anterior. (ZAMPARONI, 1998, p. 509)

Apesar dos conflitos e das situações adversas, o futebol no subúrbio de Lourenço Marques continuou intenso e cada vez mais popular, a ponto de, em 1º de agosto de 1934, ser reconhecido pela unidade colonial e ter seu estatuto aprovado. Surgem novos clubes para

⁷⁰ *O Brado Africano*, 13/12/1930.

compor a AFA, a exemplo do Alto Mar Nhafoco (em 1936, passa a ser chamado de Inhambanense), Beirense, o São José de Lhanguene (clube de uma missão católica). Falando ainda acerca da abertura da AFA para atletas negros, este último clube citado era constituído por homens negros, educados sobre aquela lógica assimilacionistas, no modelo “nacionalista da Igreja Católica” (DOMINGOS, 2012, p. 129). Equipes que eram de outras províncias dos arredores de Lourenço Marques acabaram fazendo parte do campeonato da AFA. As equipes “de fora” que vieram compor a AFA eram somente as que tinham identificação com o subúrbio, dessa maneira, o Zambeziano (Zambézia) e o Vitória Gazense (Gaza) foram inseridos para participar de alguns campeonatos.

Em 1935, a AFA constrói um campo em Xipamanine, o projeto da construção do campo segue dirigido pelos dois clubes muçulmanos, o Mahafil Isslamo e o Atlético Mohametano. Simultaneamente, o Beira-Mar fazia anúncio da criação do seu campo de futebol, campo edificado no Bairro de Chamanculo. Aí se fortalecia o associativismo desportivo entre “africanos”, algo clamado nas páginas de *O Brado Africano*⁷¹. Em um editorial, o jornal relata o nascimento do espírito associativista, para os idealizadores do jornal isso seria o advento de uma nova era dessa nascente “civilização”. Vale lembrar que *O Brado Africano* é grande defensor da assimilação e dos direitos dos povos de África de partilharem dos bens proporcionados pela “civilização moderna”. Ao contrário do governo colonial, os membros da pequena burguesia filha da terra enxergavam o futebol como algo civilizador, esse esporte aproximava o “africano” de uma consciência racional, fazendo desse esporte um lugar de discussão da vida política e um local de regeneração.

2.4 O Controle político e assimilação sobre o futebol suburbano

Em contexto político, o desporto no subúrbio ainda era um movimento frágil, apesar da concepção de que esse esporte ajudaria nos processos de assimilação e nas pretensões de revigoração físico, como vimos na primeira etapa deste trabalho. As articulações no subúrbio eram vistas pela administração colonial como um perigo ao sistema. A pequena burguesia filha da terra via aquele esporte como algo positivo, algo que colocaria o africano dentro da sociedade portuguesa. Por temer as articulações políticas naqueles clubes, a administração colonial acaba impondo uma rígida fiscalização sobre o associativismo do subúrbio, dessa forma, o regime busca “circunscrever” a formação de equipes e ter o máximo

⁷¹ *O Brado Africano*, 02/03/1935.

controle sobre os clubes já formados, além de controlar, a grande ideia era “cooptar” os membros. Era necessário saber o que acontecia naquele lugar, antes esquecido pelas políticas do governo. Devo chamar atenção e dar ênfase ao fenômeno do futebol no subúrbio de Lourenço Marques, esse esporte, através do seu associativismo, em especial o africano, fez com que tanto a administração colonial quanto a pequena burguesia filha da terra voltassem seus olhares àquela parte. Essa preocupação segue registrada nas fontes de *O Brado Africano*, que, a partir da década de 30, aumenta suas publicações sobre a temática do futebol no subúrbio e na própria articulação da administração colonial, com seus estatutos e leis que buscam controlar e limitar a ação dos clubes.

O controle político era feito pela Direção dos Serviços de Administração Civil (DSAC), quando iniciou o processo de aprovação dos estatutos dos clubes a rigidez aumentou. O Grupo Desportivo Beirense, por exemplo, ao aprovar seu estatuto foi investigado sob a suspeita de haver infiltrações de membros religiosos de uma vertente não condizente com a política colonial católica. Outras associações também tiveram problemas em aprovar seus estatutos, como o Grêmio Educativo de Moçambique, Grêmio Luso-Africano de Tete, Desportivo Nova Aliança de Maxixe, Inhambane (DOMINGOS, 2012, p. 131).

Mas qual o problema de ter uma ligação com uma entidade religiosa protestante? Bom, a resposta está no viés ideológico de algumas daquelas instituições, grande parte delas pregavam uma ação “desnacionalizadora”, algo terrível para o sistema colonial português que queria justamente o contrário. Mal vista pelo governo português, a Missão Metodista Episcopal Americana de Cambine despertava um senso reivindicador de direitos como boas “condições de trabalho, higiene e educação”. Desse modo, as aprovações dos estatutos desses clubes foram barradas. O Beirense teve seu estatuto não aprovado durante três tentativas, nos anos de 1942, 1949 e 1950. Como desculpa, a DSAC relatava haver muitos clubes “para a população de cor da cidade e subúrbios” (DOMINGOS, 2012, p. 131).

Outras instituições consideradas “desviantes” pela administração colonial eram a Igreja Wesleyana e a União dos Negros Lusitanos da Colônia de Moçambique, todas foram dissolvidas nos anos de 1937 por não estarem adequadas. Essas entidades, de fato, assimilavam os indígenas e despertavam neles os “verdadeiros” valores cristãos e não aquela hipocrisia do catolicismo português. Nessas missões, os indígenas aprendiam valores e línguas, a partir daí, disseminavam essas ideias aos demais colegas. Zamparoni (1998) faz apontamento em que muitos que participavam dessas missões falavam inglês fluentemente, envolviam-se em ações reivindicadoras, como abaixo-assinados, muitos dos que aprendiam a

“palavra” pregavam em Lourenço Marques em sua língua materna, a língua ronga (ZAMPARONI, 1998, p. 344 – 504). Sobre o temor da administração colonial:

O administrador do Maputo afirmava que a Igreja Metodista Wesleyana, que atuava em seu território, ensinava zulu e inglês mas, o que ele temia é que também propagava “*noções de liberdade, igualdade e de independência, que não só prejudicavam o indígena com noções falsas sobre as intenções das autoridades e do Governo, como causavam graves perturbações à manutenção da ordem, ao desenvolvimento económico do país, à paz, à boa harmonia e ao desenvolvimento moral e progressivo de povos, cujo espírito infantil, ainda não está preparado para conceber edéias e princípios que outros mais adeantados difficilmente comprehendem.*” (ZAMPARONI, 1998, p. 430-431)

Esse tipo de “educação libertadora” promovia articulações políticas nos clubes, estes acabavam contestando o sistema colonial português, a exemplo, a DSAC investigou e descobriu a existência de discussões políticas no clube Vitória Gazense, o órgão aponta que as discussões eram feitas em língua ronga, a fim de dificultar as investigações⁷². Vale destacar que a criação dos clubes no subúrbio parte também de uma reação a uma exclusão imposta pelos clubes da “cidade de cimento” à população negra.

Enquanto o poder colonial buscava afastar os clubes das influências negativas externas, por outro lado, desenvolvia outra forma de controle, que era a utilização do futebol como ferramenta de assimilação. Portanto, buscava-se um controle sobre os clubes e as mentes, incentivando “a fuga da condição indígena”, mas sempre impedindo-o de ascender socialmente. Uma condição social extremamente contraditória, mas essa era a lógica do colonialismo, iludir o colonizado e dar a ele o sonho de ser colono. Em um dos documentos analisados por Nuno Domingos (2012), o qual exhibe uma conversa em cartas entre membros do governo em um debate a respeito do apoio às instituições associativas do subúrbio e suas reais pretensões, conta-se que “em 12 de outubro de 1949, um subsídio pedido pela Associação Africana de Inhambane à Repartição Central dos Negócios Indígenas, o então responsável, capitão Montanha, escreveu ao secretário geral fazendo uma afirmação que” (DOMINGOS, 2012, p. 132):

De há muito tempo se vem reconhecendo ser de boa a política animar e amparar as associações formadas por nativos, prestando-lhes todo auxílio possível, com o objetivo principal de criar o espírito associativo na massa indígena e, simultaneamente, leva essas associações a colaborarem na obra colonizadora e civilizadora do governo, sendo meu entender, por este processo que se consegue uma assimilação lenta e proveitosa. (DOMINGOS, 2012, p. 132)

⁷² DSAC, aprovação de estatutos 1936-1937.

Demonstrando “interesse” no associativismo africano, o governo passa a marcar presença em algumas ações dos clubes do subúrbio. O ano de 1935, por exemplo, é marcado pela inauguração dos campos de alguns clubes. O Xipamanine e o Beira-Mar tiveram em suas inaugurações a presença de entidades do governo⁷³, podemos destacar a presença do governador-geral do Sul do Save e o Presidente da Câmara Municipal de Lourenço Marques. A “participação” foi apenas física, pois o governo não ajudou com nenhum recurso na construção do campo. Essas ações criavam uma via de mão dupla que satisfazia ambos os lados, pois, por meio dos clubes e do associativismo, conseguia-se uma aproximação com o governo e com o mundo colonial capitalista, criando dessa forma redes de ligações e apadrinhamentos em que se conseguia a ascensão, mesmo que pouca. Esse fenômeno ficou conhecido como “subordinação”.

Cada vez que o governo fazia-se presente no subúrbio, a nova burguesia negra promovia espetáculos futebolísticos articulados, inclusive contra equipes do “cimento”. No ano de 1932, foi organizada uma grande festa no subúrbio para receber o então ministro do Ultramar, Armindo Monteiro. Para a festa, também foi organizada uma partida entre o Ferroviário e um mesclado de atletas da AFA⁷⁴, eram “rituais de subordinação”, prova para alguns membros do governo de que também através do associativismo conseguiriam a assimilação. Para isso, era necessário um rígido controle sobre todas as ações dos clubes. A ideia era eliminar as condutas desviantes e incentivar os clubes a desenvolverem o sentimento proposto pelo nacionalismo colonial português.

Dentro do viés do associativismo, o controle do governo sobre os clubes despertou em seus fundadores e membros as necessidades de adaptarem-se às burocracias e formalidades para organizar um clube, essas formalidades são características da sociedade moderna colonial. Ao formar um clube, automaticamente, o indivíduo estava assimilando-se e assimilando o outro. Os indivíduos acabavam tendo que relacionar-se com as estruturas impostas pelo colonialismo e aprendendo-as “naturalmente”, logo, era necessário o domínio de procedimentos oficiais, como a língua colona (português). Era questão de tempo está adaptado ao modo de vida europeu. Dessa forma, como exemplifica Domingos (2013):

O associativismo foi um dos eixos fundamentais do processo de desportivização e da formação de um campo desportivo estratificado, onde a distinção se fazia pelo tipo de desportos praticados e pelo modo como eram

⁷³ *O Brado Africano* 20/07/1935.

⁷⁴ *O Brado Africano* 18/06/1932.

praticados: o ténis e a vela mais distintivos do que o futebol, o futebol dos colonos mais distintivo do que o jogado de pé descalço nos subúrbios das cidades africanas e por aí adiante num mosaico de significados que só a realização de histórias locais pode definir com precisão. O associativismo foi fundamental para garantir ao campo desportivo uma autonomia dos poderes políticos. Estes podiam ter controlo sobre as direcções mas não o tinham totalmente no que respeita às apropriações práticas e aos usos dos idiomas sociais criados pelo desporto espetacularizado. (DOMINGOS, 2013, p. 95)

Assim, esse controle “indireto” ficava transparecido nos meios de sociabilidades dos agentes, como por exemplo, em seus bailes e festas. Nas comemorações esportivas, era comum adotar os preceitos europeus, inspirados nos bailes dos clubes ingleses, tomados pelos sons de “jazz-bands”. As festas do Vasco da Gama eram marcadas por esse teor eurocêntrico. Já em clubes menos privilegiados, isso também era notado, mas ainda com muita influência da cultura local. Nos gêneros musicais ocidentais era perceptivo a introdução de batuques e danças “tradicionais”, “tradições inventadas”, apesar desse controle, é nítida a forma de resistência, o uso das ferramentas coloniais ao seu modo e em seu favor (DOMINGOS, 2012, p. 141).

O Munhuanense Azar, um dos clubes mais elitistas do subúrbio, comemorava suas festas com foguetes e bebidas. Em suas solenidades comemorativas de aniversário, eram organizados torneios em que equipes da África do Sul se faziam presentes⁷⁵, sobre esses eventos, *O Brado Africano* relata que em “12 e 13 de Julho de 1930” era anunciada uma partida de futebol entre equipes de Lourenço Marques e de Johannesburgo⁷⁶. Antes de existir como uma “comunidade imaginada”, Moçambique foi representada “futebolisticamente” como uma nação, tanto pelo subúrbio como pela “baixa”, quando se fazia um selecionado, chamavam-se “internacionais”. O Clube Beira-Mar foi um dos primeiros a representar Moçambique de maneira internacional, esse clube representou Moçambique na África do Sul. O Nova Aliança também representou a “nação” em Johannesburgo, em uma partida contra o Bantu Men’s Social Centre, um dos mais antigos clubes formado por negros e fundado em 1924⁷⁷. Há relatos de mais jogos entre um selecionado local do subúrbio contra equipes sul-africanas, em 1936, o All-Blacks Football Club, de Johannesburgo, que também teria feito partidas em Lourenço Marques contra os tais selecionados (DOMINGOS, 2012, p. 141).

Em suma, o controle político conseguiu apaziguar algumas noções contestadoras pelas quais os clubes, através de seus associativismos, poderiam lançar contra o sistema

⁷⁵ *O Brado Africano* 06/05/1933.

⁷⁶ *O Brado Africano* 19/07/1930.

⁷⁷ *O Brado Africano* 29/09/1934.

colonial. Mas, em contrapartida, esse associativismo também despertou o sentimento de viver em uma “comunidade imaginada”, principalmente ao formar uma seleção de “africanos” para representar aquela futura “nação”, despertando no público e no pessoal interações de “pertencimento, identidades raciais, bairrista e religiosas” (DOMINGOS, 2012, p. 142). Essa percepção levará a uma resistência ao colonialismo português a partir do despertar de um sentimento que acordará mais tarde, “lá pelos 1950”, a consciência comunitária, a “moçambicanidade”.



Figura 7: Bantu Men's Social Centre (1924)

Fonte: <https://www.news24.com/archives/witness/turning-oppression-into-power-20150430?mobile=true>

2.5 Fronteiras segregacionais

As partidas de futebol entre equipes do subúrbio e da “cidade de cimento”, o chamado futebol da “baixa”, de Lourenço Marques, eram quase que inexistentes, criava-se uma “fronteira” baseada no cunho racial, na segregação racista colonial. Desse modo, as equipes do subúrbio jogavam suas partidas em sua maioria entre os clubes da AFA. Como válvula de escape, ou por falta de opção, ou mesmo por tentar diversificar e dinamizar o jogo, as equipes do subúrbio acabavam optando por jogar contra equipes fora de Moçambique. Esses jogos internacionais, na verdade, eram fugas da intensa segregação que havia em Lourenço Marques. Na África do Sul, apesar de haver uma política que pareça ser mais segregacionista do que a dos portugueses, naquela região, muitos clubes eram compostos por negros, isso aproximava culturalmente o subúrbio de Lourenço Marques com os clubes

formados por negros na África do Sul. Essa dinâmica fica refletida no acesso às falas de antigos atletas como Mogne, que relata que em suas viagens entre o subúrbio de Lourenço Marques e a África do Sul: “não havia um branco dentro de campo” (DOMINGOS, 2012, p. 142). O atleta faz essa revelação em função da ênfase que na maioria dos casos, em que nas partidas havia brancos, havia também a exclusão e o racismo.

Em um contexto social extremamente segregado e racista, em que a geografia dual entre subúrbio e “cimento”, AFLM e AFA, deixa claro os processos de exclusão a partir de fronteiras coloniais e seu teor racista, o sistema colonial é “dono da terra”, do tempo, da divisão e classificação dos agentes e dos espaços. Vale reforçar, como afirmar Domingos (2014), que o colonialismo português intensifica sua segregação:

Desde a sua fase moderna, iniciada no final do século XIX e projetada pela industrialização da África do Sul, que Lourenço Marques se dividira entre um centro colono, predominantemente branco, e um subúrbio precário, predominantemente negro. Pela força, afastaram-se as populações locais para a periferia. Separada fisicamente, a mão de obra africana que se acumulava nos subúrbios, essencial para o funcionamento do sistema colonial, foi enquadrada por leis e normas. Estas regulavam uma discriminação racial, a qual era evidente não apenas na lógica do indigenato, mas que se traduzia no cotidiano, nos espaços públicos, nas escolas, nos transportes e nos locais de trabalho, onde sofreram durante muito tempo o flagelo do trabalho forçado. (DOMINGOS, 2014, p. 169)

É pela existência daquelas barreiras que o subúrbio tornou-se um lugar de liberdade, mesmo que relativa. Através da “cultura popular”, reivindicavam-se aqueles direitos não atribuídos da existência urbana. O Subúrbio era um refúgio, “tinham medo de ir à baixa”, esse sentimento de pertencimento e segurança daquele lugar fica refletido no caso de Eusébio:

Como Eusébio, os habitantes do subúrbio viviam “agarrados” aos seus bairros. Esta explicação da organização do espaço urbano, bastante utilizada pela própria retórica colonialista, remetia o ônus do isolamento social para a vontade dos suburbanos. O exemplo aparentemente inócuo de Eusébio, transmitido a partir dos desejos pueris de um jovem em relação ao seu bairro, ocultavam o processo político que esteve por detrás da edificação de uma cidade segregada. (DOMINGOS, 2014, p. 167)

“Agarrado ao seu bairro, Eusébio como outros jogadores africanos que viviam no subúrbio, separados do mundo do branco” (DOMINGOS, 2014, p. 168). Para Eusébio, o seu bairro indígena, considerado um aglomerado negro, tinha toda uma vida e um colorido especiais, que ele afirmava nunca esquecer e que tempos depois recordava com muita

saudade, pois lá viveu toda a sua infância. “São assim os nossos bairros – coloridos, vivos, agitados”, descreveu o jogador. Para a interpretação do mundo europeu, que conhece pouco sobre a vida “africana”, “poderá haver nisto algo de misterioso e de estranho”, mas não é uma coisa nem outra. “O que esses bairros têm, acima de tudo, é um encanto especial que nunca mais acaba” (Ferreira, 2004, p. 18, 20).

A ida de pessoas à “cidade de cimento” estava condicionada principalmente por questões de funções laborais. Hilário da Conceição, ao referir-se ao subúrbio da Mafalala, afirmava que aquele lugar “era uma fronteira”, um homem nascido ali, vai morrer ali, “sair dali para quê”, afirmou o antigo atleta. Essas fronteiras segregadoras são destaques em outras realidades coloniais. Desse modo, vejo ser de grande relevância fazer um paralelo entre as noções de futebol, esporte e lazer em outras realidades coloniais, de grosso modo, as realidades também de colonização portuguesa, os chamados PALOPs.

2.6 Futebol, esporte e lazer em outras realidades coloniais

Embora por caminhos diferentes, nas sociedades que foram colonizadas por portugueses, o futebol foi algumas vezes ensinado como forma de educar o africano negro, como elemento similar à educação e ao cristianismo, que seria capaz de civilizá-lo. Ao mesmo tempo, com o desenvolvimento do sistema colonial, a questão do racismo, a exemplo do caso de Moçambique, tornar-se-á patente no que tange ao esporte em geral e ao futebol em particular, nos PALOPs. Desse modo, são semelhantes às maneiras como ocorrem os fenômenos entre futebol e colonialismo nas outras realidades coloniais, em um comparativo entre Moçambique e Angola, Domingos (2013) destaca que:

Os desportos mais populares, mais baratos e facilmente praticados, de onde se destacou o futebol, difundiram-se, chegando às margens dos subúrbios de Luanda e Lourenço Marques, a cidades mais pequenas e mesmo a regiões mais afastadas dos centros urbanos. Em todos estes lugares os habitantes apropriaram-se destas práticas e integraram-nas no seu quotidiano. Fora da esfera direta do Estado, multiplicaram-se pelos territórios sob administração portuguesa associações e clubes criados primordialmente para promover modalidades desportivas. Assim, o peso dos clubes desportivos no movimento associativo, nomeadamente os que tinham no futebol a sua modalidade principal, foi muito significativo, característica presente nos territórios coloniais portugueses. (DOMINGOS, 2013, p. 97)

Ainda sobre um breve comparativo de fenômenos que ocorreram em Lourenço Marques e Luanda, capital de Angola, é louvável a interação associativista em confronto com a política colonial. Portanto, o associativismo pode ser considerado como uma forma de

resistência que, mesmo “aderindo” à lógica de assimilação moderna, criou uma cultura aos seus moldes, uma cultura própria. Domingos (2013) enfatiza:

A organização de competições autônomas, como nos subúrbios de Luanda e de Lourenço Marques, denuncia uma capacidade de desafiar o sistema colonial, mas não necessariamente por intermédio de um movimento politicamente organizado e confrontacional. Para lá do papel das associações e clubes desportivos enquanto plataformas de integração social, num sentido amplo, a exclusão racista presente na organização desportiva deu origem em vários territórios a uma luta pela integração que vinha sendo negada pelas instâncias de organização desportiva em conluio com a administração estatal. (DOMINGOS, 2013, p. 101)

Vejam agora as relações entre futebol, esporte e lazer em outras realidades coloniais adversas. Iniciaremos com Angola.

2.6.1 Em Angola

No campo da história, no Brasil, tem-se destacado os estudos de Melo e Bittencourt (2013), Andrea Marzano (2013) e Victor Andrade de Melo, que têm em comum o fato de enfocarem os PALOPs. Marcelo Bittencourt, grande especialista na história de Angola, tem desenvolvido pesquisas no contexto da política colonial portuguesa, com abordagens no campo esportivo, em especial o futebol e sua relação com a luta política.

Sobretudo a partir do contexto colonial, de 1870 a 1930, quando Angola estava sob domínio colonial, pode-se observar ênfases de estudos contemporâneos sobre esporte e, especialmente, o futebol. Neste tópico, elabora-se uma análise na qual se atenta para a ligação entre o esporte e a sociedade, destacando suas relações com os movimentos de resistência dentro do contexto colonial (RODRIGUES, 2015, p. 35).

Assim como na historiografia de Moçambique, a atual historiografia do esporte é construída tendo como fontes, sobretudo, periódicos, como jornais de circulações diárias, mas também uma série de outras fontes, fazendo uso comumente da história oral.

Os portugueses criaram “clubes esportivos” nos quais as participações eram exclusivas para colonos. Posteriormente, existe uma abertura para a entrada das elites filhas da terra, como aponta Marzano e Nascimento (2013, p. 55,56), segundo os quais, “práticas esportivas foram símbolos da presença europeia e da modernidade, e os clubes esportivos foram espaços típicos de sociabilidade dos colonos”. As elites filhas da terra, por sua vez, “que desfrutavam, pelo menos desde o século XVIII, de um lugar privilegiado na sociedade

[...] buscaram se aproximar do universo dos colonos por meio da participação nos clubes e competições esportivas, demarcando suas diferenças em relação aos indígenas”. Estes, “por não dominarem códigos culturais europeus, não eram considerados civilizados, sendo, em número crescente, submetidos a diferentes formas de trabalho forçado”. Houve acentuação dessa situação no contexto da política colonial, “progressivamente enformada pelo racismo emergente desde finais dos oitocentos, justificativo das medidas de exceção contra os africanos e, em especial, contra os chamados *indígenas*”.

Dessa forma, podemos fazer uma comparação aproximativa do caso de Angola com o caso da introdução do futebol no Brasil. Dentro da sociedade brasileira, inicialmente, era exclusivo das elites e, aos poucos, foram sendo incluídos os mais pobres e negros. Destacam-se o racismo sempre presente e as mais variadas formas de violência, da física à simbólica (RODRIGUES, 2015, p. 35).

Marzano e Nascimento (2013) apontam que até 1920 os clubes eram coletivos e participavam apenas as elites coloniais e as elites filhas da terra, que podiam competir oficialmente. Mas, questões econômicas e demográficas alteraram esse quadro. Com o aumento da população de portugueses nas grandes metrópoles, como é o caso de Luanda, ficará mais difícil à população negra, elite filha da terra, ser inserida nos cargos e na vida da cidade, enfim, no campo cultural e econômico. Essas tensões teriam repercussão direta no campo das associações recreativas. De fato,

[...] com o incremento da presença de portugueses, os angolenses sofreram um processo de subalternização, evidenciado pelo progressivo afastamento das áreas centrais da cidade, pelas dificuldades de ocupação dos cargos públicos e pela gradual exclusão dos locais de lazer frequentados pelos colonos. Uma vez afastadas desses espaços, as elites angolenses criaram clubes e formaram equipes, transformando as competições esportivas em palcos de conflitos característicos da situação colonial. Esse movimento explicaria a fundação, em 1924, do Club Atlético de Luanda, o qual agregou as mais importantes famílias da terra, descontentes com a crescente exclusão do Club Naval, que se tornaria um espaço ainda mais restrito aos colonos. (MARZANO; NASCIMENTO, 2013, p. 56)

No momento inicial, existia um movimento de aproximação com o mundo colonial, mas a partir do momento em que as elites formam seus clubes isso modifica a situação. A sociedade continua segregada: colonos, filhos da terra e indígenas. Esse cenário cria uma grande rivalidade esportiva. Essa rivalidade fica esboçada na formação do Club Atlético de Luanda, composto pelas grandes elites filhas da terra, o Club Naval e o Operário Football Club. A formação das ligas locais deixa clara a divisão entre clubes de colonos, clubes de elites e o novo fenômeno de clubes locais, formados por classes menos favorecidas:

No futebol, tal processo se tornou evidente com a criação, em 1925, da *Associação de Football de Luanda*, uma dissidência da *Liga de Football de Luanda*, originada em 1914. A partir de então, os clubes da cidade ficaram divididos em duas organizações: a Associação, agregando equipes formadas majoritariamente por africanos, e a Liga, com equipes de colonos [...] O Atlético tendia a agregar as famílias angolenses melhor situadas social e economicamente, enquanto o *Operário Football Club* era marcado pela presença de africanos dos estratos sociais menos favorecidos. (MARZANO; NASCIMENTO, 2013, p. 56)

Interessante observar que o esporte mobiliza as diferentes classes e grupos, evidenciando as rivalidades sociais que se relacionam às desigualdades econômicas e às diferenças culturais. Fica clara a divisão das agremiações no campo social esportivo, selecionando os clubes em modalidades de classes econômicas. Aquele esporte que era utilizado para assimilar, depois, para diferenciar, ganha cada vez mais uma conotação política que contribuirá para os movimentos revolucionários dentro da sociedade luandense.

Os dirigentes de clubes, a partir de 1950, faziam campanhas nas mídias disponíveis contra o governo colonial, exigindo melhores condições:

Numa determinada face interna da luta anticolonial, e, com maior precisão, em Luanda, talvez fosse mais interessante pensar na ideia de mancha para dar conta dos angolanos que pleiteavam o fim do colonialismo. As áreas de atuação desses homens, sempre muito jovens, eram as mesmas: o jornalismo, o esporte, a música, e as associações. Muitos dos nomes presentes nesses ambientes diferentes eram também os mesmos. Indivíduos que escreviam nos jornais defendendo melhorias na colonização, que eram dirigentes esportivos com aprovação do governo colonial, mas que ao mesmo tempo elaboravam panfletos independentistas e ajudavam no estabelecimento de contatos entre jovens da colônia e a guerrilha. (BITTENCOURT, 2010, p. 10)

Muitos movimentos de luta pela independência usam a estrutura das agremiações esportivas em função da falta de uma estrutura política organizada em Angola naquele período. O Clube Botafogo (nome que demonstra a influência do Brasil dentro do campo futebolístico em Luanda) foi fechado acusado pelo governo colonial de estar sendo utilizado para fazer política de organizações irregulares ou clandestinas, incentivando a luta armada (BITTENCOURT, 2010).

O futebol contribuiu para a ideia de reconstrução identitária e nacional. A formação dos clubes adquire um caráter nacional angolano, posto que busca afastar-se do padrão europeu.

Na afirmação de Gonçalves (2010), havia a participação de militares desportistas nos movimentos de guerras e lutas pela independência. No período pós-independência, nota-

se o esfacelamento de alguns clubes prejudicados pelo deslocamento ou baixas de atletas, bem como a falta de competições em função de movimentos de guerras civis e diminuição do capital estrangeiro, antes organizado pelas políticas econômicas portuguesas. Após a independência, o país estava a reestruturar-se e esses fenômenos atingiram as instâncias sociais organizadas em geral e, claro, os clubes, que ficaram sobrevivendo basicamente como instituições associativas.

Observa-se, assim, uma relação entre a história do futebol e a própria história social e política de Angola. Nos anos de 1920, das agremiações esportivas poderiam participar colonos e as elites filhas da terra. A partir da virada dos anos 1920-30, as elites filhas da terra foram excluídas dos primeiros clubes, o que coincidiu com a chegada massiva de portugueses na colônia, a exclusão dos clubes foi acompanhada da exclusão social, de modo que não conseguiam inserir-se nem nos poucos postos de trabalho, outrora ocupados por elas. Isso acabou levando, nos anos de 1950, a criação de agremiações compostos por negros africanos. As próprias elites filhas das terras formaram seus núcleos e, certamente receosas de serem confundidas com indígenas, não devem ter criado meios de incluir estes últimos, a grande maioria da população, que constituíram eles mesmos suas agremiações.

Quando os movimentos de libertação das colônias levariam os ideólogos do regime salazarista a defender que Portugal não tinha colônias na África, mas sim “províncias ultramarinas”, e que não havia nenhum tipo de discriminação, nomeadamente a racial, nos territórios portugueses [...] Tal situação geraria a inibição de referências à cor na imprensa e nos documentos oficiais, favorecendo a valorização de equipes esportivas multirraciais e o destaque à participação de africanos em equipes e competições da metrópole. (MARZANO, NASCIMENTO, 2013, p 58)

Durante o Estado colonial, a relação da administração com as agremiações sempre será de desconfiança, havendo perseguição violenta e política, o Estado estava sempre de olho nas articulações dos clubes. Processo semelhante ao que houve em Lourenço Marques, em especial no subúrbio. Historicamente, há sempre essa preocupação com a relação colonizador e colonizado. A breve nota exhibe essa reflexão:

Em Angola, desde o século XIX existia uma sensível relação entre a prática esportiva e as questões políticas locais. Vale lembrar que, já em 1922, muitas agremiações foram fechadas por Norton Matos, por suspeitas de envolvimento com movimentos autonomistas. Na década de 1960, em virtude do início dos conflitos armados, tornou-se mais aparente a associação esporte-política. Com isso, progressivamente aumentaram as desconfianças com os clubes. (BITTENCOURT; MELO, 2012, p. 204)

Característica de toda nação fascista era ter uma “polícia”, milícia especial para reprimir os considerados inimigos do Estado. Nesse contexto, um caso mereceria destaque, pois passaria a ter a intervenção da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), apesar das intervenções, as articulações continuam:

[...] o caso do Clube Atlético de Luanda. Fundado em 1924, em 1961 recebeu a alcunha de “clube dos terroristas”, pelo fato de por ele terem passado, como atletas ou dirigentes, alguns dos que iriam levar adiante a luta armada anticolonial. O apelido certamente alcançara os ouvidos da Pide (seria o caso de admitir a possibilidade de ter sido cunhado por seus próprios agentes), fazendo com que aquela polícia tenha se tornado mais alerta ao que se passava no âmbito esportivo. O órgão de segurança aumentou a pressão sobre as agremiações, inclusive sobre as menores, as de bairro, que não participavam dos campeonatos da colônia/província, como era o caso do Botafogo, que na área esportiva dedicava-se quase integralmente ao futebol, oferecendo ainda a seus sócios um serviço gratuito de consultas médicas e um curso de alfabetização. O clube possuía também um departamento cultural que publicava um pequeno jornal. Localizado na periferia de Luanda, o Botafogo tornou-se um ponto de encontro de pessoas de diferentes gerações e regiões de Angola; para alguns de seus adeptos, tratava-se de um espaço de conscientização política e realização de trabalho clandestino. Por tal perfil, em 1961, seria fechado, e alguns de seus dirigentes, presos, sob o argumento de que atuavam em organizações clandestinas. (BITTENCOURT, MELO, 2012, p. 205)

O fato é que com a intensificação das articulações políticas nos clubes acaba por acelerar a repressão por parte dos organismos do Estado, tanto na via burocrática quanto na via da violência. A documentação analisada por Melo e Bittencourt (2012) demonstra essa intensificação e investigação dentro dos clubes:

As investigações passaram a ser constantes. Por exemplo, os clubes deveriam submeter os nomes de suas diretorias eleitas à aprovação da autoridade governamental local, normalmente o governador, que antes de se posicionar consultava o Conselho Provincial de Educação Física e a Pide. No Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no fundo da Pide/DGS, foi possível consultar milhares de processos relacionados com agremiações esportivas de Angola, o que permite conhecer em detalhes como o controle foi exercido. Percebe-se que foram investigados todos os clubes da colônia/província, o que implica dizer que negros, mestiços e brancos passavam pelo crivo moral e político da Pide. A principal documentação a que tivemos acesso são os pareceres daquela polícia sobre os nomes eleitos para as diretorias dos clubes esportivos, posteriormente enviados às demais instâncias governamentais. Atenção maior era dada aos casos em que era identificado um manifesto desejo de independência ou de contestação do regime. Há casos de aprovação integral por parte da Pide dos componentes das diretorias em nenhuma ou com pequenas observações. Estas podiam ser de natureza política, como vemos no Ofício nº 2.328/1965, que trata da avaliação do corpo dirigente do Sporting Clube de Benguela, apontando-se apenas um indivíduo que no “campo político, embora não haja fatos

palpáveis, é suspeito de alimentar ideias separatistas”. Ou de natureza moral, como vemos no Ofício nº 2.333/1965a avaliação do Clube Recreativo e Beneficente do Bocoio, indicando que um dos diretores abusava no consumo de álcool. É possível observar reprovações de nomes sem maiores explicações. Esse é o caso do Ofício nº 2.332/1965, que não aprovou José Joaquim Diogo Branco, Etardo Alberto Palhares Costa e Manuel da Silva Antunes para a direção do Sport Club Portugal. Reprovações por razões políticas também são corriqueiras, enquanto as restrições de caráter moral parecem ser menos determinantes no veto. Quanto às observações de natureza política, iam desde um leve “demonstra tendências separatistas”, passando por ações mais concretas, como ter apoiado a candidatura de Humberto Delgado à presidência de Portugal, chegando até a denúncia de envolvimento explícito com atividades de contestação. Entre as acusações mais graves estava a de defender a independência de Angola ou a de ter demonstrado sentimentos “antiportugueses”. Do ponto de vista moral, eram levantados casos de homossexualidade, adultério, desonestidades diversas, existência de dívidas, problemas com a polícia e com a justiça. A documentação não deixa dúvida: a vida privada e pública era esquadrinhada. (BITTENCOURT, MELO, 2012, p. 205, 206)

A prova que demonstra que os movimentos associativistas dos clubes tinham ligações diretas com articulações políticas, inclusive de cunho nacionalista separatista, está no envolvimento de alguns clubes com o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), movimento que mais tarde decretará a independência de Angola. Desse modo, cabia ao sistema colonial buscar e descobrir possíveis articulações políticas nas agremiações:

[...] algumas agremiações eram consideradas mais suspeitas. Por exemplo, em ofício de 9 de setembro de 1967, que tratava da diretoria do Clube Atlético Lobito, a Pide relacionou alguns nomes que, segundo a investigação, estariam ligados ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA): Manuel Carlos da Piedade, Augusto Reis Françonny, Antônio Domingos Pitra e Hermano Gonçalves da Costa. O documento observa ainda que, dos 21 dirigentes, apenas três são europeus, dos quais dois “não merecem confiança”. As reuniões são apresentadas como relativamente secretas, sendo impedida a participação de Carlos Alberto de Oliveira Pereira, que os demais identificaram como colaborador do regime. Por fim, a acusação mais dura, de que o grupo parece propagar sentimentos antiportugueses. (BITTENCOURT, MELO, 2012, p. 207, 208)

Vejamos agora os apontamentos sobre a realidade desportiva em outros países.

2.6.2 Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe

A escrita da história do futebol e dos esportes em Cabo Verde inicia enfocando o período colonial, precisamente, o final do século XIX. Ali, nota-se a influência não apenas de portugueses, mas também de ingleses na introdução dos esportes, essa proximidade com

outras culturas veio contribuir na formação das identidades cabo-verdianas. De acordo com as análises de Marzano (2010), seus comportamentos se diferenciam dos colonizadores. Naquela região, os ingleses tiveram influência na introdução do golfe, críquete, ginástica e também o futebol.

A história do esporte em Cabo Verde apresenta semelhança com a dos angolanos. O esporte se relaciona aos movimentos de autoafirmação na questão das identidades. Melo (2010) afirma que as elites de Cabo Verde adotaram práticas semelhantes aos europeus, a fim de obterem status de igualdade na participação política, econômica e também desportiva. Do mesmo modo que em Angola e Moçambique, foram formados clubes esportivos e também houve movimentos de represália da administração colonial.

Inicialmente, a principal força desportista na sociedade cabo-verdiana estava na introdução do críquete e do golfe, pois as primeiras equipes a serem formadas são desses respectivos esportes, durante a década de 1870. Assim como em Angola e Moçambique, os primeiros clubes ou equipes eram frequentados apenas por colonos (ingleses e portugueses). Aos poucos, iam sendo convidados alguns cabo-verdianos para as partidas, ao serem introduzidos e aprenderem o esporte, que praticavam em suas horas vagas. Vale lembrar que essas modalidades de esportes despertam um status de “cavalheirismo” aos seus “elegantes”, “refinados” e “cultos” praticantes, um esporte de corte, de classe. A partir de 1920, clubes locais passaram a ser formados e competir com os colonos. Novamente, como em Lourenço Marques, há o fenômeno de rivalidade entre colono e colonizado.

O golfe foi introduzido em São Vicente no final do século XIX. A fusão de diferentes clubes fundados nos anos 1920 deu origem, em 1933, ao *Saint Vincent Club*, restrito a ingleses e a poucos convidados. Excluídos deste espaço, os mindelenses fundaram, em 1938, uma agremiação própria. Na altura, o golfe era praticado por ingleses, colonos portugueses e mindelenses. (MARZANO, NASCIMENTO, 2013, p 60)

Em Cabo Verde, o críquete e o golfe se popularizarão, servindo de bases para a eclosão de demandas políticas.

Como nas restantes ex-colônias, a independência de Cabo Verde traria discussões de cariz ideológico sobre a função e a natureza do desporto que se queria culturalmente desalienado. Nas investidas ideológicas dos dirigentes perpassavam os antagonismos entre as ilhas, que remontavam ao tempo colonial. A democratização matizaria a carga ideológica do discurso sobre o desporto, o qual seguiria representando o país. (MARZANO, NASCIMENTO, 2013, p. 60)

É possível que o futebol, embora não tão popular quando o golfe e o críquete no país, também tenha sido envolvido no processo de construção de uma identidade nacional e de crítica ao colonialismo.

O tema das práticas esportivas em Guiné-Bissau após a independência, ocorrida em 1973, ainda está por ser investigado. Seja por falta de estudos, seja porque as políticas militares e as intensas guerras do pós-independência dificultaram o exercício das práticas esportivas.

Os estudos relativos ao processo de libertação nacional analisam o componente político-militar, a luta armada levada a cabo pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), descurando outras maneiras e espaços de veiculação e sedimentação de formas de consciência ligadas à terra e as anticoloniais. (MARZANO, NASCIMENTO, 2013, p 61)

Outra questão importante abordada por Melo (2011), com relação à fraca prática do esporte em Guiné-Bissau, é o modelo de base predominantemente rural da região. A penetração de elementos da “modernidade” no país ocorreria apenas depois da Segunda Guerra Mundial, quando, por exemplo, foi introduzido o futebol. Após a implantação desse esporte, observar-se-á, dentro do campo esportivo, uma série de rivalidades entre os nativos, cabo-verdianos e colonos, por meio dos clubes. Outra questão importante nesse período está nas políticas de incentivo aos esportes:

Protagonizaram a cerimônia inaugural o governador-geral da Guiné, Capitão de Fragata Sarmiento Rodrigues, e o Primeiro-Tenente Peixoto Correa, presidente do Conselho de Desportos, criado pelo primeiro, tendo em vista incrementar o desenvolvimento da prática na província. Seus discursos nos ajudam a entender os motivos de tão alto investimento na prática esportiva. (MELO, 2011, p. 217)

Melo (2011) afirma que essas políticas tinham por objetivo dar melhores condições de vida aos colonizados e propor a eles o mesmo padrão moderno e civilizado das outras colônias, dando um sentido de grande nação colonial na qual todos fariam parte. Além do futebol, Melo também destaca outras práticas, como o hóquei em patins, basquetebol, vôlei, tênis, ciclismo, motociclismo e automobilismo. Dentre essa grande diversidade de práticas, inicialmente, apenas os colonos e os cabo-verdianos participavam das modalidades, logo, o esporte estaria propício a quem estivesse assimilado ou frequentasse os espaços sociais elitizados, nada que viesse a deixar a prática dos esportes como algo exclusivo de uma classe, pois, a partir de então, começam a aparecer nos subúrbios, e o movimento histórico volta a repetir-se, pois os movimentos anticoloniais começam a desabrochar dentro do campo

de criação dos clubes. Quando, por exemplo, em 1954, Amílcar Cabral cria o Clube Desportivo e Recreativo de Bissau:

O clube fora concebido como uma estratégia para gerar um espaço para a realização de atividades políticas, em um momento em que estava restrita a possibilidade de reunião. Tinha também a intenção de garantir o que Cabral compreendia ser um direito básico de todos: o acesso a práticas esportivas, recreativas e artísticas. Amílcar, enfim, entendia a iniciativa como uma alternativa para despertar a consciência da população para sua condição colonial, para conclamá-la a participar mais ativamente de ações de contestação. (MELO, 2011, p. 224)

Apesar do clube não ter recebido autorização do governo colonial, obteve, segundo Melo (2011), grande destaque no campo do imaginário para despertar a identidade nacional. A Constituição de Guiné-Bissau não apresentava nada a respeito das práticas esportivas, tinha apenas artigos referentes à educação, saúde e demais necessidades. Esse fato chama atenção para a desarticulação das práticas, pois ficavam à mercê do estado, como descreve Mendes (Apud MARZANO, 2013, p. 63):

Na Guiné-Bissau, no esporte, como em outros setores da vida social, era visível a dificuldade de passar das proclamações ideológicas às políticas setoriais. Não obstante, acentuou-se a dependência do Estado, tendo sido criadas comissões instaladoras de Federações que tiveram de fundar novos clubes e delinear as competições. Por decisão governamental, em 1988, erigiram-se as federações de atletismo, basquetebol e handebol (a de futebol existia desde 1974), pressupostamente para permitir a participação internacional, viabilizar a diversificação e a massificação da prática desportiva formal nas três vertentes, ou seja, desporto de lazer, popular e federado. Atentas às circunstâncias políticas, e não obstante a prática informal do desporto, as metas ficaram aquém do preconizado pelas instituições. Em 1999, existia uma Direção Geral dos Desportos — criada em 1981 —, um Comitê Olímpico e sete Federações, fundadas para permitir a participação em competições internacionais, mas que dificultaram a “organização interna do desporto”.

Embora o Estado cumpra papel significativo, senão determinante, não se pode deixar de considerar que existiu mobilização em meio dos desportos contra as políticas coloniais. E, claro, devemos ressaltar que o esporte terá sua contribuição como instrumento de construção de uma identidade nacional, mesmo que rompendo com os valores tradicionais.

A história do futebol nesses países está ligada ao chamado processo “civilizador” de seus colonizadores e vale sempre lembrar que, em todos os países de língua portuguesa, os esportes só tiveram bastante representação quando houve investimentos em grandes centros urbanos e na tentativa, ao menos inicial, de assimilar os africanos. No caso de São Tomé e

Príncipe, uma cultura ligada ao meio rural, a exemplo de Guiné-Bissau, informam Marzano e Nascimento (2013, p. 65, 66):

Justamente devido às prodigiosas receitas com a monocultura do cacau, a São Tomé e Príncipe faltaram condições para uma cultura de modernidade e, daí, para a sedimentação das práticas desportivas institucionalizadas e regulares. Tais fatos são explicados pela microinsularidade, pela falta de um pujante centro urbano e, ainda, pela feição da hegemonia das plantações baseadas no uso intensivo de mão de obra africana e na extroversão econômica. As tentativas de levar o progresso e a civilização ao arquipélago, no momento da chegada dos primeiros europeus, acabariam por definhar pelas condições adversas, a saber, ralo tecido demográfico nativo, cidade de dimensão exígua e orientação política no sentido de tornar o arquipélago uma colônia-plantação, isto é, território dominado pela extroversão econômica e usura da mão de obra importada. Não havia espaço para a diversificação social nem para a difusão da civilização do progresso, que não pelo trabalho extenuante dos africanos.

Apresentada nesse trecho a ideia de que o passado de Guiné não propiciava o desenvolvimento de práticas esportivas, contudo, isso viria a mudar na década de 1930, com a implantação de políticas durante o contestado período colonial:

Como noutras colônias, a nova orientação do colonialismo implicou a subalternidade dos ilhéus, a que estes tentaram reagir, mobilizando-se politicamente de finais do século XIX até aos primórdios do Estado Novo, quando a feição ditatorial impediu pela repressão a continuação das ações de reivindicações e de protesto. Curiosamente, foi o mesmo governador a ditar a repressão que, ao final da década de 1930, inspiraria a institucionalização do futebol e dos respectivos clubes, filiais ou réplicas dos da metrópole, à frente dos quais viriam a estar ilhéus e europeus. (MARZANO, NASCIMENTO, 2013, p. 66)

A partir desse movimento de institucionalização do futebol e dos clubes, percebemos sua aproximação com as características de seus colonos, existindo um vínculo entre colono e colonizado expresso no nome de clubes, os quais possuem os mesmos nomes dos times tradicionais de Portugal, como o Sporting e Benfica. Apesar dessa aproximação, ainda podemos notar um caráter de manifesta exclusão e racismo nesse período de crise, em que os grupos se isolam e não deixam brechas para outros adentrarem:

Ainda assim, quer por arrastamento dos efeitos da crise dos anos 1930 e da Segunda Guerra Mundial, que se somavam ao empobrecimento derivado da extroversão econômica, quer pela sua microinsularidade, São Tomé e Príncipe manteve-se uma terra pouco cosmopolita. Os colonos, parte deles de baixa extração social e cultural, estavam dispersos pelas roças de cacau e os que viviam na cidade reproduziram, até meados do século XX, modelos de conduta e relacionamento inspirados por um racismo contido, mas suficientemente operante para inviabilizar a cooperação necessária à aposta

num lazer partilhado como o do desporto. A vida cidadina era exígua e pobre, mais dada à pequena intriga do que à apropriação das novidades do mundo. (MARZANO, NASCIMENTO, 2013, p 66)

Caberia ao governo modicar essa situação. Isso viria a acontecer nos anos de 1960, quando toma uma série de medidas para conter esses conflitos internos de diferenciação.

A par da melhoria das condições sociais, as autoridades tentaram promover o esporte, principalmente o futebol, incentivando a criação de equipes nas vilas e induzindo a realização de campeonatos corporativos entre equipes das roças. Conquanto fosse mantida a diferença entre futebol federado — em que participavam, entre outros, o Sporting Clube de São Tomé e o Sport São Tomé e Benfica, filiais dos homônimos da capital portuguesa — e o desporto corporativo, tal equivalia a uma revolução nos hábitos e rotinas das roças, que, pragmaticamente, os roceiros acolheram bem. (MARZANO, NASCIMENTO, 2013, p. 66)

Podemos perceber a importância que o governo dá à prática esportiva do futebol. Para o governo, o futebol seria elemento de socialização.

Aos poucos, os clubes formados voltam a manifestar um caráter de clube exclusivo de determinada classe. “Na cidade de São Tomé e nas vilas, o futebol concitava interesse, ao mesmo tempo em que a rivalidade racial se insinuava dada a identificação do Sporting como clube dos nativos” (MARZANO, NASCIMENTO, 2013, p. 66).

Nesse contexto, será fundamental construir formas que evitem identificações dos locais são-tomeenses com os portugueses.

Em todo o caso, tal não apagava o apego ao futebol jogado em Portugal e aos respectivos clubes. Foi justamente esta afeição que os dirigentes quiseram remover do espaço público são-tomense no pós-independência. O fito político tinha maior alcance, atinha-se à criação do *homem novo*, liberto dos resquícios do colonialismo, entre os quais se contava esta afetividade para com os clubes de Portugal. (MARZANO, NASCIMENTO, 2013, p. 66)

O movimento de libertação de São Tomé e Príncipe ainda organizaria uma política das práticas dos desportos em massa, pois Marzano (2013) afirma que o movimento acaba organizando uma série de campeonatos, em especial de futebol, dos quais, contudo, nem todas as agremiações participaram.

A passagem do regime de partido único para a democracia representativa prometeu uma renovação ao país. No entanto, apesar de um ambiente político mais favorável às solidariedades horizontais e à autonomia do campo desportivo, o empobrecimento da década de 1990 teve efeitos

devastadores, fato a que se somou a inoperância das instituições desportivas, especialmente as futebolísticas. Por exemplo, a seleção de futebol sênior esteve oito anos sem competir e em quatro anos da primeira década deste século não se realizaram campeonatos de futebol. O desporto concita interesse, mas não necessariamente nos termos idealizados pelos políticos. Prevalece o afeto para com as equipes da antiga metrópole, matizado, agora, pela atenção com que se seguem outros emblemas de outros países, tal o indício da relação dos são-tomenses com o mundo, muito diversa do tempo colonial e pós-colonial. Por isso, não basta aos políticos acenar com intenções relativas ao esporte para promover a coesão entre os são-tomenses e, de caminho, aumentar a sua base de apoio. Os são-tomenses estão mais ligados ao mundo, e o apego ao desporto é somente mais uma face daquelas que compõem sua identidade plural. (MARZANO, NASCIMENTO, 2013, p. 67)

Dessa forma, podemos concluir acerca do caso especial de São Tomé e Príncipe, que os movimentos desportistas contribuíram para lutas no processo de independência e descolonização da terra. Mas, na realidade, o processo de colonização das consciências continuou vigente, como sintetizam os autores ao afirmarem a formação de uma identidade plural dos são-tomeenses.

Partiremos agora para a análise de um fenômeno que se adaptou ao mundo do futebol.

3 A MAGIA DO FUTEBOL EM LOURENÇO MARQUES: A COSMOVISÃO EM JOGO.

3.1 Problematizações de magia e cosmovisão como elementos da cultura futebolística

“Cosmovisão se refere a uma visão de mundo, esquema de pensamentos e ações, um conjunto de pressuposições que um grupo social sustenta sobre a formação e organização do mundo, inclusive do extrassensível ou sobrenatural”.
(SANTIROCCHI, 2016, p. 4).

Para início, por questões metodológicas, é necessário explicar o título desta parte do trabalho e problematizar a discussão com relação à temática. “A magia do futebol”, por questões de lugar e recepção de fala, tratando-se aqui do Brasil, geralmente, quando ouvimos o termo “magia” atrelado ao termo “futebol”, temos a tendência de imaginar questões relacionadas às habilidades dos jogadores, à ginga, ao drible, gol, todas as sensações que esse esporte pode proporcionar.

Mas, o termo “magia”, aqui empregado, por tratar de um antagonismo entre o sistema colonial português cristão e as práticas ditas “feiticistas” da população local de Lourenço Marques, antagonismo que surge daquilo que podemos classificar como uma relação entre o “sagrado e o profano”, logo, dentro da visão colonial portuguesa, toda prática que possuir um viés diferente daquilo que os europeus criaram, ou inventaram, será considerada como uma prática profana, nesse caso, classificada como “magia”, “feitiço”, elementos da natureza profana do negro, coisas do diabo, uma visão negativa da cultura do outro. Portanto, “magia”, aqui, faz referência aos rituais advindos das cosmovisões africanas que eram colocadas em prática antes, durante ou depois das partidas de futebol nos campeonatos locais, daí o subtítulo “a cosmovisão em jogo”. Era de objetivo das políticas coloniais eliminar tudo aquilo que era diferente do contexto religioso católico português, ou seja, eliminar as cosmovisões ou cosmogonias locais, Cabaço (2007) discute que:

A ação missionária definiu categoricamente o modelo de civilização a impor e, identificando os africanos como pagãos, introduziu a primeira classificação binária na relação com os povos colonizados: o europeu era o sujeito do processo civilizador e o africano seu objeto. A relação estabelecida era, pois, uma relação antitética que só se poderia resolver pela supressão da condição de *selvagem*: era preciso desestruturar uma cosmogonia para a substituir por outra. (CABAÇO, 2007, p. 91)

Ainda sobre a questão das visões que negativam o conjunto de práticas culturais em África, lembramos que fazem parte de algumas concepções do pensamento ocidental moderno, aquilo que Santos (2009) classifica como abissal, que criam uma série de distinções, ora visíveis ora invisíveis, dividindo as realidades sociais em dois lados distintos: “deste lado da linha”, pensamento, religião e a legítima cultura portuguesa; e o “outro lado da linha”, o não pensamento, a não religião e a não “cultura africana”, em suma, ilegítima. Enfatiza-se que este trabalho faz menção às cosmovisões africanas, particularmente as da região de Lourenço Marques.

Mas, por que utilizar o conceito “cosmovisão” em vez de “religião”? Por tratar de uma análise no diversificado continente africano, Oliva (2004) alerta que devemos ficar atentos para elaborar uma abordagem explicativa das relações, diferenças e percepções daquilo que os europeus classificam como religião. No entanto, é “fundamental relativizar o universo africano e demonstrar como as estruturas de explicação das relações sociais e de cosmovisões são diferentes dos ocidentais” (OLIVA, 2004, p. 452). Dessa forma, os princípios ou fenômenos “religiosos” em África não se tratam de questões singulares, não tendo assim as mesmas bases da religião ocidental, “por isso, para os povos da região seria mais adequado usar o termo cosmovisão e não religião” (OLIVA, 2004, p. 452). Algumas bibliografias, como a de Cabaço (2007), também classificam esses fenômenos como “cosmogonia”.

3.2 Um debate contemporâneo sobre o que a Europa classificou como feitiçaria

Refletindo acerca da utilização e compreensão da feitiçaria enquanto elemento constitutivo da cosmologia dos povos oriundos de Moçambique, a antropóloga moçambicana Maria Paula G. Meneses, em seu artigo intitulado: “*Corpos de Violência, Linguagens de Resistência: As Complexas Teias de Conhecimentos no Moçambique Contemporâneo*”, que se encontra na coletânea “*Epistemologias do Sul*”, organizada pela própria autora em conjunto com o teórico português Boaventura de Sousa Santos, denota-se os múltiplos sentidos que essa prática adquire no universo sociocultural desses povos. Utilizando-se a periodização clássica do campo historiográfico moçambicano, qual seja, levando em consideração o auge do período colonial, momento em que as práticas ligadas ao *ethos* tradicional dos povos moçambicanos foram duramente rechaçadas pelo aparato português, a autora apresenta os usos e costumes da prática da feitiçaria como elemento a ser combatido pela intelligentsia colonial e conseqüentemente como ponto de efetivação das políticas assimilacionistas.

Entretanto, não somente no período colonial, mas também no imediato pós-independência, as práticas de feitiçaria, bem como todas as atividades ligadas ao

conhecimento tradicionalista desses grupos étnicos afro-moçambicanos, seriam vistas como uma espécie de atraso, o cerne da questão é que em ambos os períodos a racionalidade cartesiana sobrepunha-se à lógica de mundo autóctone. Desse modo, a feitiçaria “Transformou-se no símbolo do mundo selvagem, numa prática a ser abolida com a introdução de uma racionalidade moderna” (MENESES, 2010, p.177). Urge matizar, a esta altura, que tal distanciamento por parte da “racionalidade moderna” em detrimento da tradição segue o modelo interpretativo descrito por Achille Mbembe (2001), qual seja, a compreensão do eu (*self*) africano como uma construção filosófica-ocidental, que destinou seus diferentes grupos e suas práticas culturais ao opaco mundo em que a história os tem confinado. Ontologicamente, o ser africano foi impedido de determinar sua própria subjetividade, consciência e forma de estar no mundo.

Para além dos usos e atribuições da feitiçaria, comumente compreendida a partir do viés espiritual – religioso – sobrenatural, outra dimensão nos é apresentada no âmbito cultural e social africano, a feitiçaria enquanto artefato político, geradora de solidariedade ou de conflito nessas sociedades autóctones. Como salienta Maria Paula Meneses, ainda são insólitas pesquisas no campo das Ciências Humanas que tratam de maneira pormenorizada das práticas tradicionais dos povos de Moçambique enquanto elemento político: “a dimensão mágica da política em África é, no entanto, frequentemente ignorada por muitos estudos políticos e históricos” (MENESES, 2010, p. 178). Para a autora supracitada, a dimensão mágica da política, todavia, perpassa diferentes agentes nas sociedades africanas, ora confundindo-se com o público e o privado e, ainda, sem sombra de dúvidas, reverberando nas identidades sociais desses mesmos grupos. A feitiçaria, dentre outras práticas culturais dos povos do continente, é constantemente ressignificada, mobilizada em certos momentos como símbolo de atraso ou como afirmação de uma identidade, deve, teoricamente, ser englobada em um contexto de conflito, nos discursos de poder que pretendem ganhar o estatuto hegemônico.

As tensões produzidas pela dicotomia quase maniqueísta que coloca o passado e o presente, ou modernidade *versus* tradição, como antagônicos, tem nas práticas socioculturais africanas sua teia de complexidades. Sendo assim, a feitiçaria, magia e bruxaria, ao longo da história, receberam conotações e transferências de sentidos do mundo ocidental, quando, na verdade, possuíam atribuições próprias para os povos do continente africano. Meneses (2010) acentua o debate da feitiçaria enquanto estrutura de poder que orienta e organiza o universo social de diversos povos de África, de um modo geral, e de Moçambique em particular. A história das práticas sociais tidas como tradicionais em África tem uma realidade que é

anterior à invasão europeia na região, seja no começo da exploração do continente, seja na moderna colonização que se estabeleceu com a partilha e perda de soberania local. Assim, para compreender categorias e conceitos do universo cultural africano é sumariamente importante ater-se às continuidades e rupturas que refletem as ordens política e social.

O discurso científico, o modo cartesiano de organizar as sociedades coloniais, é uma faceta apontada por Meneses (2010). Para a autora, a relação de alteridade proporcionada pelo domínio europeu na região não conseguiu de modo eficiente equacionar, tampouco eliminar, a persistência de práticas tradicionais dos povos africanos. O modo de vida europeu, sobretudo o característico do modelo de colonização portuguesa, tentou, em regra, transformar o ser africano em uma caricatura idealizada. Em um momento de afirmação dos mais variados campos de conhecimento, o *boom* científico notabilizou-se por acompanhar e balizar os procedimentos administrativos coloniais. As diversas ciências procuraram dar um sentido racional à colonização europeia em África. Nesse caso, práticas reguladoras e produtoras de sentidos para os grupos étnicos moçambicanos, a exemplo da feitiçaria, foram relegadas a formas simples e até mesmo inferiores de conceber o mundo. Esclarece a autora que: “esta negação da diversidade das formas de perceber e explicar o mundo é um elemento constitutivo e constante do colonialismo” (MENESES, 2010, p. 181).

A feitiçaria enquanto elemento do universo cultural africano, por vezes, é retratada como um aspecto negativo da falta de civilização de grupos etno-culturais, observados sob a égide positivista de sociedades menos complexas, em que a divisão do trabalho social não é organizada segundo a sociedade de classes. Dessa forma, a natureza mágico-religiosa das manifestações tradicionais africanas não é compreendida como fazendo parte de uma estrutura complexa socialmente organizada, presente desde tempos imemoriais (MENESES, 2010).

Traçando um paralelo com as práticas de feitiçaria na contemporaneidade moçambicana, Meneses (2010) aponta que perdura viva na memória social dos grupos afro-moçambicanos, seja no contexto rural, seja no urbano, a presença de elementos da tradição que permeiam o imaginário desses grupos. É muito comum no continente africano, segundo a autora, o entendimento de que acontecimentos fortuitos da vida humana, que seriam avaliados do ponto de vista cartesiano-ocidental, a exemplo de doenças, morte, conflitos, desastres, crises econômicas, serem obras de feitiçaria. Gerando, assim, novas remodelagens e designações para a noção de feitiçaria como parte integrante da identidade étnica desses grupos.

De acordo com Maria Paula Meneses, somente um estudo criterioso, despidido de preconceito na hierarquia de saberes, pode levar ao conhecimento dos significados da feitiçaria enquanto elemento da história contemporânea de Moçambique, capaz de apresentar um bom exemplo de “conflitos epistêmicos, que envolvem a manipulação de múltiplos saberes” (MENESES, 2010, p. 183). Fincado nesse entendimento que as pesquisas antropológicas, sociológicas e de ciência política deveriam estar amparadas no reconhecimento dessas práticas tradicionais, buscando suas arqueologias epistemológicas na historicidade dessas ações. Pode-se dizer que novas práticas se revestem e perduram com traços antigos, são comumente retroprojetadas em elementos históricos que dão continuidade e representam uma dimensão do mundo social.

3. 3 Cosmovisão africana: os clubes, o futebol, cuxo-cuxo, cuscuxeiro e o vovô.

Observamos nos capítulos anteriores que em Lourenço Marques ocorreu um processo de formação de clubes em que os primeiros eram formados, em sua maioria, por indivíduos de origem ocidental e as ligas eram organizadas por eles, fazendo desse esporte um elemento de segregação social e racial. Observamos também que a partir dessa cisão ocorreu um processo de formação de clubes por parte dos povos naturais de Moçambique, aqui, podemos observar que os clubes formados pelos povos de Lourenço Marques eram montados no subúrbio e por lá jogavam e organizam seus campeonatos. Portanto, essa observação é relevante para reforçar que existiam dois “futebóis” em Lourenço Marques: o futebol do subúrbio e o futebol da “Cidade de Cimento”, também conhecido como “Futebol da Baixa”, “o último pertencente aos portugueses e com pouca aceitação de negros em suas ligas”, como observa Domingos (2012).

É nesse ambiente do subúrbio que antigas práticas das cosmovisões africanas serão impregnadas nesse novo universo- o universo colonial e esportivo-, serão entrelaçadas ao ambiente dos clubes e das pessoas como forma de sobrevivência e competição no subúrbio. Essas práticas, aos poucos, irão ganhar o mundo esportivo em geral, inclusive adentrando nos clubes da “cidade de cimento”, tudo isso resultado dos processos de introdução do jogador negro do subúrbio nos “Clubes da Baixa”, fenômeno classificado por Nuno Domingos como processo de “criolização” do futebol. Observa-se que o talento era uma das formas de obter mobilidade social, a outra seria a assimilação.

Em Lourenço Marques, os jornais metropolitanos por volta de 1966 “alegavam” que o trabalho dos treinadores estava sendo “atrapalhado” por aquilo que os portugueses

chamavam de “macumba”, “magia negra”, “voodoo”, que eram exercidos pelos ditos “doutores da macumba”, que, segundo as crenças locais, teriam influências sobre os corpos dos jogadores e, claro, sobre o jogo de futebol em si. Os periódicos metropolitanos apontavam a proliferação do “cuche-cuche”. Uma nota publicada por *O Brado Africano*, no mesmo ano, rebate as falas do jornal metropolitano e define racionalmente esses rituais (DOMINGOS, 2012, p. 202-203).

Primeiro, não é “cuche-cuche” como diziam os portugueses, mas sim “cuxo-cuxo”. Cuxo-cuxo era um ritual executado por um “cuscuxeiro”, aquele que lançava das mãos ossos e outros adereços para fazer adivinhações, “uma prática bem comum entre os povos bantus (no sentido linguístico e não cultural) do Sul de Moçambique”, uma prática sincrética, que une elementos daquilo que no Brasil se chama de macumba, aquela de origem africana que une elementos do catolicismo e espiritismo, o “cuscuxeira” também exercia funções de curandeiro, dito na região como feiticeiro. Logo, o “cuscuxeiro” é aquele que faz, lança, joga um “cuxo-cuxo”, para nós brasileiros ele seria aquele que faz um “trabalho” para manipular a realidade. O termo “cuxo-cuxo” deriva de um sistema “onomatopaica” que imita o barulho dos ossos e dos outros objetos que sacodem dentro das mãos do “cuscuxeiro”, fazendo um barulho repetitivo que derivou e veio a tornar-se o termo “cuxo-cuxo” (DOMINGOS, 2012, p. 204).

Lembrando que nesta modalidade são abordados os fatores sociais e históricos que essas práticas proporcionam, seguindo a metodologia de análise e descrição de Thompson (1998), positivando e dando significados sobre determinadas práticas dos sujeitos ditos “de baixo”. Dessa forma, o “cuxo-cuxo” afetava a crença das pessoas, elas acreditavam que esse ritual poderia influenciar não somente a mente, mas também o corpo, podendo ser “usado para ferir, prejudicar, vencer” o oponente. Como Lourenço Marques vive um ambiente esportivo, o “cuxo-cuxo” cai bem a essa configuração social. Enquanto muitos observam esses fenômenos como algo sobrenatural, na verdade, o “cuxo-cuxo”, para esse momento da história de Lourenço Marques, seria um elemento motivador, semelhante a uma palestra feita por um capitão do exército antes de entrar no campo de combate ou mesmo das orações e preces que normalmente alguns jogadores até hoje, em diversos cenários do futebol mundial, fazem, como superstições, usar a mesma roupa, imagem de santos e outros ritos supersticiosos semelhantes aos de Lourenço Marques no período colonial, isso dava ao atleta mais esperança e um “acréscimo de força” (DOMINGOS, 2012, p. 204).

Através de uma análise social podemos afirmar que o “cuscuxeiro” era visto como algo ultrapassado para essa nova sociedade moçambicana, agora com médicos, aparelhos que

podem prever o tempo, podendo substituir o que antes o “cuscuxeiro” fazia. Dessa forma, o futebol é primordial para o retorno dessa prática e de quem exerce a função, tratando-se de uma adaptação à sociedade capitalista, a invenção de uma tradição, o “cuscuxeiro” vira profissão. Domingos (2012) aponta que esse tipo de crença era mal vista pela administração portuguesa e ofendia o trabalho das instituições católicas, pois não fazia parte dos processos de assimilação, portanto, era extremamente negativamente pela política colonial, mas impossível de ser controlada, ela, unida ao futebol, consistia em uma ação de resistência ao colonialismo. Sobre essa visão Cabaço (2007) explica:

A etnologia, buscando e fornecendo os instrumentos para uma aproximação científica da “questão indígena”, antevia com angústia a contaminação, pela economia, pela religião e pela política, do seu campo de estudo privilegiado: a penetração capitalista introduzia hábitos de consumo, exigia mão de obra, erodia as tradicionais relações sociais das comunidades; a ação missionária desvirtuava cosmogonias, combatia ritos, alterava estruturas simbólicas; a administração impunha normas, reprimia práticas sociais, coagia comportamentos, estimulava novos valores. As transformações dos povos colonizados eram condicionadas por relações de poder dominadas pela Europa. (CABAÇO, 2007, p. 93)

No ambiente esportivo, o “cuxo-cuxo”, na maioria das vezes, era conhecido principalmente no subúrbio como “vovô”, o termo era designado para classificar tanto a prática quanto para classificar quem a exercia, portanto, alguém pode mandar um “vovô” fazer um “vovô” contra você, algo comum no meio esportivo quando nos deparamos com uma série de entrevistas coletadas por pesquisadores. “Vovô”, na verdade, é um termo que sofre influência da língua portuguesa, Domingos (2012) aponta que na boca dos atletas mais velhos, o termo soava como “vuvu”, palavra que nas tradições daquela região em África designa “espírito dos mortos”, a exemplo, na Tanzânia utilizam a expressão “juju”, palavra que tem conotação referente a “feitiço” em competições de dança, podendo observar sua derivação em outras línguas, a exemplo do crioulo francês “joujou”, que designa “brinquedo”, ornamentos e amuletos para proteção. Outro termo variado estaria na sugestão de palavras do Corão “yajuju” e “majuju”, palavras que fazem referência ao Diabo e aos espíritos malignos, outras referências em Moçambique na língua ronga, o termo designa, ainda, os tambores pequenos. O certo é que o termo “vuvu”, em Lourenço Marques, sofreu um aportuguesamento (DOMINGOS, 2012, p. 206-207). Portanto, em várias línguas e culturas, o termo e suas derivações possuem ligações com o “sobrenatural”.

Os clubes do subúrbio consultavam os “vovôs”, quase sempre um homem mais velho, para exercer magias que influenciariam no jogo e na mente dos jogadores, levavam o

cuxo-cuxo para os clubes, usando de magia na bola, nas equipagens, nas traves e em diversos lugares onde seriam realizadas as partidas. Nessa lógica, existiriam na mente das pessoas duas formas de jogo, um jogo físico e sobrenatural, na fala de um atleta antes do jogo “temos vovô e vamos usá-lo” (DOMINGOS, 2012, p. 207).

Além da preparação física, era necessária, dentro desse contexto, uma preparação espiritual (mental), esta segunda ficaria sob a responsabilidade do “vovô”, que combatia o “vovô” adversário e organizava o jogo espiritual imaginário do clube em que servia. Basicamente, para estar preparado significava obedecer às dicas do “vovô” antes, durante ou depois das partidas. Geralmente, o “vovô” acendia e queimava certas coisas que só ele sabia e os jogadores deviam inalar, bebiam algo feito pelo “vovô”, às vezes, iam ao mar tomar banho ou enterrar algo na madrugada. Nos relatos, podemos observar inúmeras “simpatias”, como colocar sal em alguns lugares, nas botas, por exemplo, andar com certas moedas, não apertar a mão do adversário, observar o voo de certos pássaros para fazer previsões, tudo isso visando não ser atingido pelo “vovô” do adversário. Dessa forma, a vitória do time dependia do esforço dos jogadores e dos esforços do “vovô” (DOMINGOS, 2012, p. 209).

Cada clube contratava o “vovô” mais qualificado, aquele que dava mais resultados, o mais incrível é que a filiação religiosa de todos os envolvidos com o “cuxo-cuxo” não tinha nada a ver com suas religiões, o “vovô” e a religião atuavam em universos distintos, uma separação entre o sagrado e o profano. A religião, um fenômeno da vida do cotidiano; o “vovô”, uma prática, um conhecimento do mato, como diziam nessa sociedade, dessa forma, o “vovô” seria algo intrínseco ao futebol do subúrbio. O “vovô” era tão necessário que se um jogador não consultasse um curandeiro antes das partidas, ele acreditava que não iria se sair bem, ou que poderia acontecer algo pior, era uma obsessão, tornando-se um *habitus* da vida esportiva, sem ele “o jogador não consegue jogar” (DOMINGOS, 2012, p. 210).

Aos poucos, o que ocorria era um processo de racionalização da crença no jogo, tudo que o “vovô” falava era obedecido, caso contrário, perder-se-ia o jogo. Um episódio, digamos assim hilário em uma narrativa, conta-se que o vovô ao olhar a entrada de um estádio haveria notado a armadilha de outro “vovô”, em seguida, indicou que os atletas não passassem pela porta do estádio, então? “Que pulem os muros” e assim foi a entrada do clube treinado por um ex-atleta de Portugal chamado Hilário. Os serviços do curandeiro com as equipes e com os instrumentos de elaboração do jogo deviam ser obedecidos com rigor, pois no final a culpa sempre cairia nos atletas, a palavra do “vovô” estava acima deles, por exemplo, “vocês não fizeram como falei” (DOMINGOS, 2012, p. 2013 -2014).



Figura 8: Hilário Rosário da Conceição

Fonte: <http://www.sportingcanal.com/?p=1931>

Domingos (2012) explana que a partir dos processos de intensificação do capitalismo ocorre uma profissionalização dos “vovôs”, afirma-se que a AFA gastava inúmeras quantias para a preparação de seus clubes. Prova que essa ação de influência sobre os jogadores não se trata de um fenômeno sobrenatural e sim de influência cultural, podemos observar alguns dirigentes ganhando partidas afirmando que haviam contratado um “vovô” sem ter feito, causando uma influência mental pela qual obteriam a vitória. Em outros casos, quando os dirigentes não mentiam, falavam que não tinham feito “nada” antes do jogo, os relatos afirmam que os atletas entravam em campo derrotados. Aos treinadores que não aceitavam isso (o vovô), a solução era não treinar em África. Apesar das represarias sobre as práticas do “vovô”, era permanente a resistência:

Mas, apesar de toda esta expectativa e empenho, deste rearranjo espacial, da maneira como a casa era concebida, de como as pessoas rezavam, de como se vestiam, das festas e demais manifestações tipicamente inspiradas nos valores europeus, a verdade é que a forma como os demais aspectos da vida eram vivenciados estava sempre mediatizada pelas noções africanas a respeito destes mesmos aspectos. A noção europeia de sexualidade e família, por exemplo, confrontou, mas nem sempre suplantou, as atitudes africanas que diferiam daqueles ideais de monogamia ou das noções de pretensa

permissividade sexual¹⁴⁰⁴ e, a frequência às igrejas cristãs e manifestação pública de tal crença não impedia que as pessoas continuassem a recorrer ao universo cosmogônico circundante em busca de inteligibilidades, conforto espiritual e harmonia social. (ZAMPARONI, 1998, p. 504)

O “vovô” era visto como uma forma de proteção e direito comunitário, proteção porque guardava os atletas e suas traves, evitando que a bola entrasse; direito comunitário porque é um elemento de resistência e sobrevivência de uma sociedade violentada pela política colonial. Todos os membros da comunidade, independente de fatores como classe, religião, entre outros, todos recorriam ao “vovô”. O “vovô” é como símbolo do direito comunitário e de resistência, foi capaz de abalar um dos maiores símbolos do capitalismo português, o relógio.

Salienta Domingos (2012) que em uma partida do *derby* Muçulmano, Mahafil Isslamo e Atlético Mahometano, um “vovô” havia conseguido barrar um jogo manipulando o tempo, manipulando o relógio. O Atlético dirigia-se ao estádio para disputar a partida quando o goleiro da equipe havia percebido que tinha esquecido sua camisa, ao alertar a situação, o dirigente do clube olha para o relógio e afirma “que ainda há muito tempo”, retornam para buscar a dita camisa do goleiro, quando retornam para o estádio, o dirigente observa que seu relógio havia parado, perderam o jogo por “WO”, o relato termina com a observação que o relógio de todos os dirigentes havia parado. Tudo que aconteceu ficou na responsabilidade do “vovô” do time adversário (DOMINGOS, 2012, p. 2018).

Esses homens eram vistos como heróis da comunidade, em grande parte o mérito das vitórias ficava no crédito do “vovô”, aos poucos, com a introdução do jogador negro suburbano no espaço urbano, essa prática irá invadir a “cidade de cimento” e seus clubes, proporcionando ao futebol do grande centro urbano os mesmos fatores mágicos do subúrbio. Acerca das migrações para os centros urbanos e suas influências sobre o meio, Cabaço diz que (2007):

O crescimento da economia colonial estimulava a urbanização de contingentes cada vez mais numerosos de camponeses que o governo colonial, não obstante as restrições administrativas e a repressão, era impotente para conter. Essa migração de gente do campo tradicionalista para um habitat urbano onde era forte a presença da modernidade ocidental foi dando origem a um novo tipo sócio-cultural que o maniqueísmo estreito da colonização em Moçambique insistia em continuar remetendo para a classificação residual de *indígena*: era o africano da periferia dos centros urbanos que, mantendo suas cosmogonias e falando quase que exclusivamente a própria língua, se encontrava distante de sua comunidade, desenquadrado das relações hierárquicas, dos vínculos tradicionais, das práticas consuetudinárias, dos espaços rurais. (CABAÇO, 2007, p. 167)

Depois de chegar à “baixa”, o “vovô” passa ao contato com os europeus, é transportado para a metrópole e para outras regiões do mundo, manifestada sobre novas configurações em uma diversidade de regiões, como exemplo, hoje em alguns clubes no Brasil, principalmente no subúrbio. Lembro que, quando criança, às vésperas do clássico entre Vasco e Flamengo, meus tios tinham menos medo de Edmundo (atacante do Vasco nos anos 90) do que de seu massagista, Eduardo Santana, mais conhecido como “Pai Santana”, um “vovô” do Brasil. Essas práticas eram sempre reprimidas pelo governo colonial, seja de forma excludente, não dando acesso àqueles que não aderiram à religião do colonizador, ou mesmo violenta. Em uma passagem, Zamparoni (1998) expõe tal situação:

No “caniço”, as normas de convívio social, as amizades, os casamentos, nascimentos, mortes, festas e batuques obedeciam a uma lógica própria e eram realizadas com referentes cosmogônicos que não eram os do colonizador, ainda que este tentasse discipliná-los e que aqueles não permanecessem totalmente imunes às pressões e influências. (ZAMPARONI, 1998, p. 314)



Figura 9: Pai Santana, massagista e “Pai de Santo” do Vasco da Gama

Fonte: <http://www.ocuriosodofutebol.com.br/2015/11/o-folclorico-massagista-pai-santana.html>

Em suma, podemos notar a importância das cosmovisões e suas adaptações ao jogo de futebol e à realidade daqueles que as praticavam durante o período colonial em

Lourenço Marques, fazendo daquela região um ambiente repleto de “magia” no futebol. Portanto, foi possível observar que as cosmovisões foram reinventadas e adaptadas aos moldes da sociedade então vigente, fazendo do ambiente futebolístico um espaço para resistir e inventar tradições.

CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS

Nesta pesquisa que teve como base fontes jornalísticas e bibliográficas, amparadas por uma História Social do futebol e do colonialismo, observou-se o modo como a cidade de Lourenço Marques foi projetada e seus impactos sobre a população e a prática do futebol. Foram elencadas as práticas do futebol em um ambiente estratificado que dividiu a população e o esporte como um todo, havendo duas formas de jogo, aquele da “cidade de cimento” e o futebol do subúrbio. Foi possível captar como o futebol era praticado em Lourenço Marques e seu desenvolvimento enquanto jogo.

A presente pesquisa trouxe como diferencial o fator fonte e o ofício de historiador, arraigados juntos em uma ação que intenciona a busca da verdade. Buscou-se dar voz aos grupos subalternos a partir de uma análise do futebol suburbano. As formas de jogo praticadas pelos povos de África antes dos europeus não foram esquecidas. Foi necessário fazer um paralelo entre as formas de jogo para se chegar a uma noção de totalidade. Ver o futebol como um fenômeno unilateral é cair no fetiche do erro, portanto, como pilar base, sempre decorremos nas afirmações da escrita, baseado em fontes, o historiador não faz suposições a partir do nada, ele faz afirmações e apontamentos a partir das fontes.

Três, do que chamamos de unidades, foram essenciais para esta pesquisa: o tempo, o espaço e a ação (TODOROV, 1982). Em um trabalho anterior em que via apenas o tempo como norteador, acarretei-me no erro de não abordar a importância do espaço, desse modo, via o fenômeno do futebol como algo uniforme, determinado apenas pelo tempo e ação (aquilo que acontecia enquanto fenômeno histórico). Com a ajuda das “ciências auxiliares” (HÜSEN, 2007) e a utilização do acréscimo do espaço, pude ter uma visão geral do contexto histórico da realidade sobre o futebol de Lourenço Marques. Assim, abordou-se como unidades nesta pesquisa: o tempo da prática esportiva do futebol, de 1910 a 1950, respeitando os conceitos e não incorrendo em anacronismos; o espaço, levando-se em conta a espacialidade da prática futebolística; e a ação, ou seja, os fenômenos que o futebol proporcionou a partir da sua relação com o colonialismo. Portanto, afirmamos, tempo, espaço e ação condicionam a pesquisa.

Sobre teoria e método, este trabalho não dedicou um debate direto sobre teoria e metodologia da história. De fato, essas matrizes norteadoras já estão intrínsecas à escrita deste trabalho. Entretanto, a pesquisa não perpassa apenas desenvolver uma narrativa de como um jogo europeu foi disseminado em uma colônia, muito pelo contrário, sempre se buscou compreender a relação entre futebol, colonialismo, colonizador e colonizado através desse

esporte. Chega-se à conclusão que são inúmeras as relações entre futebol e colonialismo, o fato é que através dessa relação dual, os africanos adotaram e adaptaram o gênero expressivo do futebol para seus próprios fins. Foi possível, ainda, considerar que o jogo transformou aqueles que jogavam e, a partir dele, também foi possível ao praticante mudar o mundo em que vivia.

A partir deste trabalho, almejo um grande passo para o avanço de futuras pesquisas sobre o futebol em África, em especial, aqueles de estudos comparados. A magia do futebol, jogos de bairros e alguns clubes serão objetos de estudos comparados. Faço-me otimista por uma pesquisa que elenque as temáticas citadas acima com uma abordagem que proponha conexões atlânticas.

Nota-se também que o futebol em todas essas sociedades africanas, e também no caso do Brasil, manifestou-se em sua fase inicial numa conexão direta com a Europa, de certo modo, foi trazido pelos colonizadores. Em África, os colonos apreciavam a prática esportiva futebolística, criavam agremiações das quais não podiam participar os grupos locais. Posteriormente, passaram a aceitar os chamados assimilados, mas esse processo foi complexo já que, com a intensificação da colonização, nunca foram totalmente aceitos na cultura e na econômica dominante colonial. Ao mesmo tempo, esses grupos burgueses africanos criaram suas próprias agremiações, mas também, geralmente, procuravam distanciar-se dos chamados indígenas, não assimilados que, por seu turno, também criariam seus espaços de lazer, de prática do esporte. Assim, a história do futebol em África se conecta à própria história do colonialismo, das lutas anticoloniais e mesmo da construção da nação no continente.

Ao jogar, ou sendo “compelidos” a jogar os jogos dos colonizadores, defende-se que os corpos dos colonizados foram disciplinados e suas mentes orientadas em direção a novas ideias, tais como aquelas da modernidade europeia. Na verdade, o futebol acaba tornando-se um inimigo do colonialismo, sendo usado em favor do colonizado, como estratégia de sobrevivência, um local de reviver memórias quase apagadas e por uma rede que se favorecia dos fenômenos daquele esporte. A arte do improvisado em tempos de um capital devorador e excludente proposto pela ala do sistema colonial português foi característica das ações adaptadas ao meio do futebol, assim como foi a ação dos “vovôs” em um período de discriminação religiosa e racial.

Com o avanço do viés capitalista, antigas práticas sobrevivem ao mundo do capital, comparo o fenômeno do “vovô” ao “rough music” (THOMPSON, 1998), fenômenos que foram adaptando-se à lógica do capital. Thompson (1998) define o termo *rough music*, como um ritual que denota uma espécie de “cacofonia rude”, podendo ser constituído ou não

de uma “ritualidade” mais complexa em termos de sua elaboração, consistindo, assim, em uma zombaria hostil, áspera e rude, praticada contra os membros da comunidade que desrespeitam certas “leis”, fazendo da *rough music* um elemento mantedor da ordem local de uma dada comunidade.

Por fim, o modo como as pessoas em Lourenço Marques jogavam o futebol permitiu-lhes exprimir e reforçar suas formas de estarem no mundo, em grande parte, para transformarem a si próprias, uma tentativa de ascenderem a um universo que em sua grande parte os excluía. Para o ambiente colonial de Lourenço Marques, o futebol foi utilizado para resistir ao poder colonial. O futebol não é apenas um jogo, mas uma peça fundamental para moldar subjetividades e promover sociabilidades libertadoras.

REFERÊNCIAS

Jornais

O Africano (1909 a 1919)

O Brado Africano (1918 a 1935)

Bibliografia geral

ABDEL-MALEK, Anouar. O renascimento do Egito (1805-1881). In.: AJAYI, J.F. Ade. *História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880*, 2ª.ed. rev. e amp. Brasília: Unesco, 2010.

AFIGBO, Adiele Eberechukuwu. Repercussões sociais da dominação colonial: novas estruturas sociais. In.: BOAHEN, Albert Adu. *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*, 2ª.ed. rev. e amp. Brasília: Unesco, 2010.

ALAGOA, E.J. Do delta do Níger aos Camarões os fon e os ioruba. In.: ALLAN, Bethwell. *História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII*, 2ª. ed. rev. e amp. Brasília: Unesco, 2010.

ATIENO-ODHIAMBO, Elisha Stephen. Política e o nacionalismo na África oriental, 1919-1935. In.: BOAHEN, Albert Adu. *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. 2ª.ed. rev. e amp. Brasília: Unesco, 2010.

BARBOSA, Muryatan Santana. *A construção da perspectiva africana: uma história do projeto História Geral da África (Unesco)*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 32, nº 64, p. 211-230 - 2012

BARROS, Antonio Evaldo Almeida. *Entre a segregação e o arco-íris: John Dube na Memória e Nação Sul-Africanas*. 2012. 164f. Qualificação (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012.

_____. *As faces de John Dube: memória, história e nação na África do Sul*. 2012. 205f. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012. 2012b.

_____. *Identidades, Memórias e Representações em torno de um espetáculo esportivo glocal*. Salvador, Pós-Afro, 2010. (Mimeo)

_____. Usos e Abusos do encontro festivo: Identidades, Diferenças e Desigualdades no Maranhão dos Bumbas (1900-50). *Outros Tempos*, v. 6, p. 1-23, 2009.

_____. Ao ritmo dos Bumbas: obliterações e desigualdades na construção de um patrimônio festivo brasileiro (c. 1900-1950) In.: SANSONE, Livio. *A política do intangível: museus e patrimônios em nova perspectiva*. Salvador : EDUFBA, 2012.

BOAHEN, Albert Adu. O colonialismo na África: impacto e significação In.: BOAHEN, Albert Adu. *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*, 2ª.ed. rev. e amp. Brasília: Unesco, 2010.

BITTENCOURT, Marcelo, *Jogando no campo do inimigo: futebol e luta política em Angola*. In: Victor Andrade de Melo, Marcelo Bittencourt, Augusto Nascimento (orgs.) *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, Rio de Janeiro, Apicuri, 2010.

BITTENCOURT, Marcelo; MELO, Vitor. *Sob suspeita: o controle dos clubes esportivos no contexto colonial português*. In.: BITTENCOURT, Marcelo; MELO, Vitor. *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, Rio de Janeiro, Apicuri, 2010.

CABAÇO, José Luis de Oliveira. *Políticas estatais e identidade em Moçambique Discursos identitários e realidade colonial em Moçambique*. 2007, p. 276.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Apresentação. In.: _____(orgs.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CLARA, Nina Tiesler, João Nuno Coelho, “O futebol globalizado: uma perspectiva lusocêntrica”, *Análise Social*, vol. 41, n. 179, 2006, p. 315.

DAVIDSON, A.; ISAACMAN, Allen F. Isaacman; PELISSÉR, René. Política e nacionalismo nas Áfricas central e meridional, 1919- 1935. In.: BOAHEN, Albert Adu. *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. 2 ed. rev. e amp. Brasília: UNESCO, 2010

DAVIS, Natalie. Z. *Culturas do povo*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. *O Pensamento Africano Sul-Saariano*. Conexões e paralelos com o pensamento Latino-Americano e o Asiático (um Esquema). São Paulo: Clacso-EDUCAM, 2008.

DOMINGOS, Nuno, “O desporto e o Império Português”, In: José Neves, Nuno Domingos, *Uma história do desporto em Portugal*, Matosinhos, Quidnovi, vol. 2, 2011, p.107

_____. Desporto moderno em situações coloniais: o caso do futebol em Lourenço Marques. In: Victor Andrade de Melo, Marcelo Bittencourt, Augusto Nascimento (orgs.), *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, Rio de Janeiro, Apicuri, 2010.

_____. *Futebol e colonialismo, dominação e apropriação: sobre o caso moçambicano*. *Análise Social*, vol. XLI (179), 2006.

_____. *Futebol e Colonialismo: corpo e Cultura popular em Moçambique/ Nuno Domingos*. – Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2012, p. 326.

_____. *O lugar de Eusébio na “grande sociedade portuguesa”*. In: Esporte, cultura, nação, estado: Brasil e Portugal / organização Victor Andrade de Melo, Fabio de Faria Peres, Maurício Drumond. - 1. ed. - Rio de Janeiro : 7 Letras, 2014.

_____. *O campo de desportivização imperial português*. In: Esporte e lazer na África : novos olhares / Augusto Nascimento ... [et al.]. - Rio de Janeiro : 7Letras, 2013. 316 p.

EL FASI, Mohammed ; HRBEK, Ivan . Etapas do desenvolvimento do Islã e da sua difusão na África. In.: EL FASI, Mohammed. *História geral da África, III: África do século VII ao XI*. 2ª. ed. rev. e amp. Brasília: Unesco, 2010.

FERREIRA, Almir O. Futebol, *tecnologia e aprendizagem: Corpo, performance e criatividade*. Dissertação, PUC São Paulo 2010. 133p.

FERREIRA, Antonio Gomes. 2004. “o ensino da educação física em Portugal durante o Estado Novo”. *Perspectiva*. 22: 1974-224.

GENOVEZ, “O desafio de Clio: o esporte como objeto de estudo da História”, *Lecturas: Educación Física y Deportes*, Buenos Aires, n. 9, 1998.

GONÇALVES, Jonuel , Esporte em Angola: do ultra colonialismo à independência. In: Victor Andrade de Melo, Marcelo Bittencourt, Augusto Nascimento (orgs.) *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, Rio de Janeiro, Apicuri, 2010.

HABTE, Aklilu; WAGAW, Teshome ; AJAYI, J. F. Ade. Educação e mudança social. In.: MAZRUI , Ali A ; WONDJI, Christophe. *História geral da África, VIII: África desde 1935*, 2ª. ed. rev. e amp. Brasília: Unesco, 2010.

HAMA, Boubou; KI-ZERBO, J. O lugar da história na sociedade africana, In.: KI-ZERBO, Joseph. In.: KI-ZERBO, Joseph. *História Geral da África, I: Metodologia e Pré-História da África*, 2ª. ed. rev. e amp. Brasília: Unesco, 2010.

HAMPATÉ BA, A. A tradição viva. In.: KI-ZERBO, Joseph. *História Geral da África, I: Metodologia e Pré-História da África*, 2ª. ed. rev. e amp. Brasília: Unesco, 2010.

HERMENS, Bayle. Pré-história da África Central. In.: KI-ZERBO, Joseph. *História Geral da África, I: Metodologia e Pré-História da África*, 2ª. ed. rev. e amp. Brasília: Unesco, 2010.

HERNANDES, Leira Maria. África na sala de aula: visita a história Contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.

HUGOT, H. Pré-História do Saara. In.: KI-ZERBO, Joseph. *História Geral da África, I: Metodologia e Pré-História da África*, 2ª. ed. rev. e amp. Brasília: Unesco, 2010.

KI-ZERBO, J. Conclusão: Da natureza bruta à humanidade liberada. In.: KI-ZERBO, Joseph. *História Geral da África, I: Metodologia e Pré-História da África*, 2ª. ed. rev. e amp. Brasília: Unesco, 2010.

KODJO, Edem ; CHANAIWA, David. Pan-africanismo e libertação. In.: MAZRUI , Ali A ; WONDJI, Christophe. *História geral da África, VIII: África desde 1935*, 2ª. ed. rev. e amp. Brasília: Unesco, 2010.

LAYA, D. Os Estados Haussas. In.: ALLAN, Bethwell. *História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII*, 2ª. ed. rev. e amp. Brasília: Unesco, 2010.

LOPES, Carlos. A Pirâmide Invertida - historiografia africana feita por africanos. In.: *Actas do Colóquio Construção e ensino da história da África*. Lisboa: Linopazes, 1995

MAHJOUBI, A. O período romano e pós-romano na África do Norte. Parte I, O período romano. In.:MOKHTAR,Gamal. *História geral da África, II: África antiga*, 2ª. ed. rev. e amp. Brasília: Unesco, 2010.

MARQUES PEREIRA, Celestino. A educação Física na Suécia e na Dinamarca, Contribuições para Seu em Portugal. Lisboa: Ministério da Educação, Instituto para a Alto Cultura, 1939.

MARZANO, Andrea; NASCIMENTO, Augusto. O esporte nos países africanos de língua portuguesa: um campo a desbravar. In.: *Revista Tempo*. V.17 n 34, 2013.

MARZANO, Andrea. Práticas esportivas e expansão colonial em Luanda, In: Victor Andrade de Melo, Marcelo Bittencourt, Augusto Nascimento (orgs.). *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, Rio de Janeiro, Apicuri, 2010.

MAZRUI, Ali. A. O horizonte. In.: MAZRUI , Ali A ; WONDJI, Christophe. *História geral da África, VIII: África desde 1935*, 2ª. ed. rev. e amp. Brasília: Unesco, 2010.

MBEMBE, Achille. As Formas Africanas de Auto-Inscrição. Estudos Afro-Asiáticos, 2001 pp. 171-209.

MELO, Victor Andrade; BITTENCOURT, Marcelo; NASCIMENTO, Augusto (orgs.) *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

MELO, Victor. (Des)mobilização para a luta: o esporte como estratégia nos conflitos da Guiné portuguesa (décadas de 50 e 60 do séc. XX). *Métis: história & cultura*, Caxias do Sul, EDUCS, vol. 10, n. 19, jan./jun. 2011.

MELO, Victor. Jogando no meio do Atlântico: primeiros momentos do esporte em Cabo Verde. In: MELO, Victor Andrade; BITTENCOURT, Marcelo; NASCIMENTO, Augusto (orgs.) *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

MENDES, Paulo Fonseca, *O desporto na República da Guiné Bissau. Análise evolutiva da legislação e do nível de prática desportiva (1974-1999)* – Dissertação de Mestrado em Ciências do Desporto, Porto, Universidade do Porto, 2000.

NASCIMENTO, Augusto. Esporte em vez de política no ocaso do colonialismo em São Tomé. In: MELO, Victor Andrade; BITTENCOURT, Marcelo; NASCIMENTO, Augusto (orgs.) *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

NASCIMENTO, Augusto; BITTENCOURT, Marcelo; DOMINGOS, Nuno; MELO, Victor Andrade. Esporte e lazer na África : novos olhares / Augusto Nascimento ... [et al.]. - Rio de Janeiro : 7Letras, 2013. 316 p.

OLIVA, Anderson Ribeiro. *A história da África em perspectiva*. In.: Revista Múltipla, Brasília, ano 9, v. 10, n. 16, jun. 2004. p. 9-40. 2004

_____. *A História da África nos bancos escolares. Representações na literatura didática*. Estudos Afro-asiáticos, v. 25 n. 3, 2003.

PEREIRA, Matheus Serva. “*Beijo a mais, miolos a menos...*”: *representação, repressão e lazer dos grupos africanos subalternos nas páginas da imprensa de Lourenço Marques (1890-1910)*. In: NASCIMENTO, Augusto; BITTENCOURT, Marcelo; DOMINGOS, Nuno; MELO, Victor Andrade. *Esporte e lazer na África : novos olhares / Augusto Nascimento ... [et al.]*. - Rio de Janeiro : 7Letras, 2013. 316 p.

RANGER, Terence. *A invenção da tradição na África colonial*. In.: HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

RÜSEN, Jörn. *Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão*. Tradução de Marcos Roberto Kusnick. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 1, n. 1, p. 7-16, jul./dez. 2006.

RÜSEN, Jörn. *Metodologia – as regras da pesquisa histórica*. In: RÜSEN, Jörn. *Reconstrução do passado. Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica*. Tradução de Asta-Rose Alcaide. Brasília: UnB, 2007

RODRIGUES, Jandson Joubert Maciel. *Futebol, Esporte e Outras Artes na escrita dos Estudos Africanos*. 62 f. 2015. Monografia (Licenciatura em Ciências Humanas – Sociologia) – Campus de Bacabal, Universidade Federal do Maranhão. Bacabal/MA, 2015.

SALAMA, P. *O Saara durante a Antiguidade Clássica*. In.: MOKHTAR, Gamal. *História geral da África, II: África antiga*, 2ª. ed. rev. e amp. Brasília: Unesco, 2010.

SALIM, A.I. *A costa oriental da África*. In.: ALLAN, Bethwell. *História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII*, 2ª. ed. rev. e amp. Brasília: Unesco, 2010.

SANSONE, Lívio; FURTADO, Claudio Alves. *Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa*. Salvador: EDUFBA, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo; Editora Cortez. 2010. 637 páginas.

SHAW, Thurstan. *A zona guineana: situação geral (capítulo redigido em 1977)*. In.: EL FASI, Mohammed. *História geral da África, III: África do século VII ao XI*, 2ª. ed. rev. e amp. Brasília: Unesco, 2010.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *A cosmovisão do Reino do Kôngo*. 2016. 32f, Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-asiáticos, 2016.

SILIYA, Carlos Jorge. “*Ensaio sobre a cultura de Moçambique*”. / Carlos Jorge Siliya. - Maputo Descritores: Cultura Moçambique Cota: M.F . : [s.n.], 1996. - 288 p.

SOUZA, Glauco José Costa. “adiantaram-se bastante nos subúrbios”: o desenvolvimento do futebol na região suburbana do Rio de Janeiro. 116p. 2014.

STRUNA, Nancy *Social History and sport*. In: COAKLEY, Jay; DUNNING, Eric. *Handbook of Sports Studies*, London, Sage, 2007.

THOMPSON, E. P.. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Folclore, antropologia e História social. In.: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: UNICAMP, 2001.

THOMPSON, E. P. “*rough music*” In: THOMPSON, E.P. **Costumes em comum: estudo sobre a cultura popular tradicional**. 7ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 353-397

TODOROV, Tzvetan. “*A conquista da América: a questão do outro*”. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1982. 263p.

UNZELTE, C. *O Livro de Ouro do FUTEBOL*. São Paulo: Ediouro, 2002. 696p.

VANSINA, Jan. As artes e a sociedade após 1935. In.: MAZRUI , Ali A ; WONDJI, Christophe. *História geral da África, VIII: África desde 1935*, 2ª. ed. rev. e amp. Brasília: Unesco, 2010.

VESELY, R. O Egito sob o domínio do Império Otomano. In.: ALLAN, Bethwell. *História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII*, 2ª. ed. rev. e amp. Brasília: Unesco, 2010.

ZAMPARONI, Valdemir D. *Entre Narros&Mulungos*. Colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques, c. 1890- c.1940. 1998. 580f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.